

# A LONGA ACTIVIDADE DO TRACISTA FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA DOS CARMELITAS DESCALÇOS EM PORTUGAL

**Teresa de Campos Coelho**

[teresacamposcoelho@gmail.com](mailto:teresacamposcoelho@gmail.com)

Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas –  
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores | Comissão de  
Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços

## RESUMO BIOGRÁFICO

**Teresa de Campos Coelho** é Arquitecta, Doutorada em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa, é membro do CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), bem como da *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços*.

# A LONGA ACTIVIDADE DO TRACISTA FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA DOS CARMELITAS DESCALÇOS EM PORTUGAL<sup>1</sup> <sup>2</sup> \*

THE LONG ACTIVITY OF THE ARCHITECT FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) AND ITS IMPORTANCE IN THE CONTEXT OF DISCALCED CARMELITES ARCHITECTURE IN PORTUGAL

## RESUMO

Aquilo que hoje sabemos da actividade do carmelita descalço Frei Pedro da Conceição (1677-1745) constitui um caso de excepção no contexto da arquitetura da Ordem em território nacional, ainda insuficientemente estudada.

Analisando os desenhos que dele nos chegaram (e que são a maioria dos desenhos conhecidos da arquitectura que os Carmelitas Descalços construíram entre nós), no ensaio que aqui apresentamos tentaremos desvendar mais um pouco do percurso deste importante arquitecto articulando a sua obra, sempre que possível, com a profissão de *tracista* e com a normativa dessa mesma Ordem em Portugal.

## ABSTRACT

What we know today about the activity of the discalced carmelite Friar Pedro da Conceição (1677-1745) is an exception in the context of the Order's architecture in national territory, still insufficiently studied.

Analysing his drawings (which constitute the majority of the drawings that still exist made by the Discalced Carmelites for the architecture they built among us), in this essay we will try to reveal a little more about this important architect articulating his work, whenever possible, with the profession of architect and with the norms of this Order in Portugal.

\*A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

<sup>1</sup> O artigo que aqui apresentamos não teria sido possível sem a colaboração do investigador João Loureiro, pela partilha e cedência de documentos, troca de informações e sobretudo pelas longas horas de discussão sobre a presença da OCD em Portugal pelo que, embora não assinado por si, este artigo possa ser considerado também da sua autoria.

<sup>2</sup> A autora não usa o acordo ortográfico. Da sua responsabilidade é também a tradução das citações que faz de livros publicados em língua estrangeira usadas neste artigo.

*Em geral conseguira este reino de V. Majestade, respeitosa estimação entre os estranhos, vendo confirmada por experiência na presente Crónica, a opinião que Teresa tinha da nação portuguesa, dócil, propensa e disposta para as maiores finezas da perfeição e religião. A V. Majestade se julgará também a boa estreia: principiar o seu reinado dando licença para que esta bem escrita história se publique.*

D. Francisco Brandão, Cronista Mor<sup>3</sup>

### **Carmelitas Descalços, uma *Ordem de devoção Real* <sup>4</sup>**

A relação de amizade entre Santa Teresa (1515-1582) e D. Teotónio de Bragança (1530-1602), nascida certamente do seu encontro em Salamanca em 1574 - Santa Teresa assumiria o papel de guia espiritual do ilustre português que chegaria mesmo a promover a publicação do *Camino de perfección* em 1583 (VECHINA O.C.D., 2019: 17 e nota 9) - muito terá contribuído para o estabelecimento da Ordem em Portugal, motivo que traria a Lisboa o Padre Mariano em 1581 [Fig.1]<sup>5</sup>. Atraindo de imediato a simpatia de Filipe I e do Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida (1531-1585), os carmelitas instalar-se-iam numas casas na Pampulha (convento de São Filipe) e seguidamente na Costa do Castelo (sob a invocação da Madre de Deus), onde ficariam até à inauguração do convento masculino dos Remédios em 1611 (iniciado em 1606).

Sob protecção do Arquiduque Alberto (1559-1621) seria então fundado, quase de imediato, o convento feminino das Albertas em 1585<sup>6</sup>, coincidindo com a presença de S. João da Cruz em Lisboa e o já citado vizinho Convento de São Filipe. A protecção dos Áustrias aos Carmelitas Descalços, certamente influenciada pelo forte espírito

<sup>3</sup> (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 7. Excerto da *Aprovação* do I Tomo da *Crónica dos Carmelitas Descalços* da autoria de Frei Belchior de SANTA ANNA, e da respectiva informação dirigida a D. Afonso VI em 16 de Novembro de 1656, aclamado e jurado Rei de Portugal no dia imediatamente anterior.

<sup>4</sup> Este tema foi já por nós desenvolvido na nossa tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014, Parte III, Cap. 3, (COELHO 2018, pp. 263 a 281).

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür*, E.A.-100V, nº 188. Santa Teresa segura uma cartela onde se pode ler *Estas Leyes cõ brevedad azén acertar lo Eterno*, mostrando a Regra e o Hábito da sua Ordem a Ambrósio Mariano que afirma *Abrense mis ojos à vista de esta Regla*.

<sup>6</sup> Neste convento entraria a sobrinha do Arquiduque, a Infanta Micaela Margarida (1582-1663) filha natural do Imperador Matias da Alemanha (1557-1619), que como Madre Micaela Margarida de Sant'Ana fundaria em 1642 o Convento de Santa Teresa de Carnide - [Fig.2], BNP, *Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertür*, E.A.-100V, nº 22. A quarta e última figura está identificada como sendo a Madre Micaela de Sant'Ana, que segura uma cartela onde se pode ler *A que serven los Reynos en la huera de la muerte*. A seus pés uma coroa caída e, ao fundo, o estuário de um rio com uma caravela portuguesa, que deverão representar Lisboa e o Tejo.



A este episódio junta-se também a lenda então posta a circular que contava que *Leonor Rodrigues teve uma visão em 1639 (...) na qual via o Duque de Bragança sentado num trono real e Santa Teresa que com a mão lhe punha um ceptro*<sup>8</sup>.

E não menos significativa era a devoção de D. Luísa de Gusmão (que terá tido origem ainda na Casa dos Duques de Medina Sidónio, seus pais) levando a que os religiosos, reunidos em 11 de Maio de 1642 em Figueiró dos Vinhos, decidisse que seria da maior conveniência oferecer-se o Padroado da Província de S. Filipe do Reino de Portugal à *Sereníssima Rainha*, que o aceitaria por Alvará de 26 de Setembro do mesmo ano<sup>9</sup>. A D. Luísa de Gusmão dedicaria também Frei Belchior de Santa Anna o I Tomo da *Cronica dos Carmelitas Descalços da Província de S. Filipe do Reino de Portugal*, publicada em 1657 (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 3)<sup>10</sup>. A Rainha iria retribuir estas honrarias, nomeadamente ao entregar aos Carmelitas Descalços o Convento de Corpus Christi em Lisboa, por si fundado na sequência de um voto

---

*tardará muito tempo, que tenha Rey Portuguez, e mais não há de ser El ElRey D. Sebastião...* (MARIA O.C.D., 1753: Lº VII, Cap. III, Tº 15, 15).

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. III, Título 27, p.22.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. XXVIII, pp. 285 a 287: *Eu a Rainha faço saber aos que este Alvará virem; que pela particular devoção, que tenho á Santa Teresa de Jesus, Fundadora da Refórma das Carmelitas Descalças, e pela querer mostrar em alguma cousa aos Religiosos, e Religiosas de sua Ordem, hei por bem, e me práz de aceitar de aceitar o ser Padroeira da sua Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal, como mo tem pedido com instancia. E para que assim se tenha entendido, lhe mandey passar a presente, que se cumprirá, e valerá, posto que seu effeito deva durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer Ley, Regimento, ou Ordenação em contrario. Pantaleão o fez em Lisboa a 26 de Setembro de 1642. E eu, Francisco de Lucena o fiz escrever = Rainha = Há V. Magestade por bem, pela devoção, que tem á Santa Madre Teresa de Jesus, Fundadora dos Carmelitas Descalços, de aceitar por sua Padroeira da Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal = Para V. Magestade ver. Igualmente significativo da devoção da Casa de Bragança aos Carmelitas Descalços é o testemunho que nos dá Frei João do SACRAMENTO no Tomo II das *Crônicas* sobre o uso do escapulário pelos membros da família real: *O rei D. Pedro II vestiu-o no ano de 1704 no nosso convento dos Remédios de Lisboa da mão do P. Fr. Antônio da Natividade, prior da casa; a cuja imitação o buscaram muitas pessoas das primeiras qualidades do reino assim naquele como noutros conventos da provincia. O Senhor Rei D. João V que reina no presente recebeu-o da mão do P. Fr. João de Santa Teresa, prior que foi do nosso convento de Santarém; e das de outros prelados os serenísimos infantes seus irmãos cujos nomes andam todos escritos nos livros dos nossos conventos de Lisboa. Da mesma ceeste gala usa a rainha nossa senhora Dona Mariana de Áustria e com devotíssima piedade e vigilante diligência o faz vestir aos serenísimos infantes, seus filhos* (SACRAMENTO O.C.D., 1721: 1286, 1287).*

<sup>10</sup> Para a Província de S. Filipe, criada em 1612 (e depois da separação com Espanha em 1772/3, designada por *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*), seriam escritos ainda mais três tomos de *Crônicas*: o II Tomo, escrito em 1721 por Frei João do SACRAMENTO (SACRAMENTO O.C.D., 1721), o III Tomo, da autoria de Frei José de Jesus MARIA (MARIA O.C.D., 1753) e, finalmente, o IV Tomo, ainda manuscrito e inédito, escrito por Frei Manuel de S. BENTO entre 15 de Agosto de 1799 e 4 de Abril de 1800, mas já transcrito por Frei José Carlos VECHINA em 1990, actual arquivista da Província Portuguesa, a quem agradecemos o ter-nos facultado o seu acesso. Na *Apresentação* a este manuscrito Frei José Carlos VECHINA diz-nos também que é possível que tenha existido ainda um V Tomo das *Crônicas* (cujo paradeiro se desconhece), uma vez que no *Capítulo Geral* celebrado em 1808 foi nomeado Cronista Geral o P. Fr. João do Espírito Santo. Antes deste, parece ter existido também outro cronista, frei Manuel de S. João Evangelista que, de acordo com Isabel Tavares de PINHO, vem citado num documento do Arquivo Distrital de Braga como cronista da Ordem e um dos primeiros intervenientes no projecto do convento feminino do Desterro de Viana do Castelo (PINHO, 2008-2009: 324).

pela sobrevivência de D. João IV ao atentado de 20 de Junho de 1647, convento de que estes religiosos tomariam posse em 1661<sup>11</sup>.

No mesmo período a protecção real seria ainda fortalecida pelo apoio dado por D. Maria de Bragança (1644-1693), filha natural de D. João IV que, tendo entrado no Convento de Santa Teresa de Carnide com apenas seis anos de idade, aplicaria os rendimentos que o seu pai lhe deixara no engrandecimento deste convento, iniciada com a construção da nova igreja em 1662, e na fundação do vizinho convento masculino de S. João da Cruz em 1681. Em Santa Teresa entraria também D. Luísa de Bragança (1679-1733), filha natural de D. Pedro II cuja educação seria confiada à sua tia, de onde sairia em 1695 para desposar Luís Álvares Pereira de Melo, 2º Duque de Cadaval.

Nos reinados seguintes os Carmelitas Descalços continuariam a usufruir da protecção real, até à extinção das ordens religiosas em 1834, como o demonstra a construção do Convento e Basílica da Estrela, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus, último grande convento carmelitano construído em Portugal, na sequência de um voto da rainha D. Maria I, feito em 1760, caso viesse a ter um filho varão.

### **Em defesa do *modo próprio* da arquitectura carmelitana. O papel determinante dos architectos e tracistas.**

Nas últimas décadas a historiografia de arte tem vindo a reconhecer a importância dos *Carmelitas Descalços*, no âmbito da arquitectura religiosa em Época Moderna. Aos estudos de alguns irmãos da Ordem junta-se já uma extensa bibliografia, sobretudo de especialistas espanhóis<sup>12</sup>, que muito tem contribuído para o esclarecimento das suas características, normas construtivas, formação e estatuto de mestres e tracistas que a produziram.

A existência ou não de um *estilo carmelitano* na arquitectura tem constituído um tema de apaixonada discussão no seio dessa mesma historiografia da arte.

<sup>11</sup> *A sereníssima rainha, ensinada do seu agradecimento ordenou com devoto zelo que no mesmo lugar em que Domingos Leite havia intentado executar o seu perverso designio se fundasse um convento com a invocação de Corpus Christi. Entregou-se este convento à nossa Ordem pela muita devoção que a mesma senhora professava a N. Madre Santa Teresa e a seus filhos que sempre estimou com demonstrações de amor particular. Tomámos posse da igreja e de doze celas com algumas poucas oficinas e 12 de Junho de 1661 em que se disse a primeira missa com assistência dos sereníssimos infantes D. Pedro e Dona Catarina e toda a nobreza da corte* (MARIA O.C.D., 1753: nº 36).

<sup>12</sup> A estes juntam-se ainda autores italianos e, mais recentemente, alguns historiadores portugueses, assunto que retomaremos adiante.

Se alguns autores argumentam que as características de organização do espaço e de simplicidade não são exclusivas das construções carmelitanas, entre os mais reputados historiadores espanhóis contemporâneos, como Bustamante García, Bonet Correa ou Muñoz Jiménez (só para citar alguns nomes) é indubitável de que no *Carmelo Descalço* existe na realidade um estilo artístico próprio, o qual resulta da aplicação consciente de determinados aspectos que se repetem derrubando fronteiras cronológicas e espaciais, tornando-o um *estilo identitário* como o definiria Muñoz Jiménez:

...em meados do século XVII os carmelitas descalços tinham como próprio e peculiar da sua Ordem o estilo do Maneirismo classicista, na época já superado pela novidades ornamentais do chamado primeiro Barroco espanhol de Juan Gómez de Mora, Carbo-nel, ou Pedro de la Torre. Tal «estilo carmelitano» tornou-se patente ou consciente em datas já tardias, em comparação com as formas novas do já citado Barroco (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 21)<sup>13</sup>.

Com efeito, é no primeiro terço do século XVII, após o período de estabelecimento e de experimentação<sup>14</sup>, que os princípios de pobreza e sobriedade defendidos nos escritos teresianos<sup>15</sup> iriam encontrar na arquitectura classicista herreriana um

<sup>13</sup> Veja-se também MUÑOZ JIMÉNEZ, 1985:15-95.

<sup>14</sup> Para a definição da arquitectura carmelitana e cronologia da sua evolução e importância do papel que tiveram os tracistas e arquitectos veja-se, entre a vasta bibliografia que poderíamos citar: SAGRADA FAMÍLIA O.C.D., 1948; SANTA TERESA O.C.D., 1937; SAN JOSÉ O.C.D., 1948; BUSTAMANTE GARCÍA, 1975; ECHEVERRIA GONI y FERNÁNDEZ GRACIA, 1982; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1985; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1986; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989a; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989b; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1989c; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990b; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1992; BERGANZA (1996); MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2013; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014 - com extensa bibliografia na nota 1, pp. 341-342; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2017; NARVÁEZ i CASES, 1995; NARVÁEZ i CASES, 2003; NARVÁEZ I CASES, 2004; NARVÁEZ i CASES, 2015; STURM, 2002; BLASCO ESQUIVIAS, 2004; ALONSO y SÁNCHEZ, 2011; CASTILLA, 2016. A historiografia espanhola divide esta evolução do *Carmelo Descalço* em dois grandes períodos: o primeiro, desde os começos até à exclausuração (1562-1833) e o segundo da restauração (1868) até aos nossos dias. Quanto ao primeiro, aquele que mais interessa ao nosso estudo, MUÑOZ JIMÉNEZ define para ele as seguintes fases, citadas também por outros autores: 1) 1562-82 - *Conventos teresianos e de S. João*: extrema simplicidade e ecletismo formal, variedade de instalações; 2) 1582-1600 - *Anos de experimentação*: depuração formal e procura de uniformidade arquitectónica. Frei Elias de San Martin e defesa de retorno a uma pobreza inicial; 3) 1600-1635 - *Classicismo Carmelitano*: Juan Bautista de Toledo e Juan de Herrera, irão impor à Ordem um classicismo maneirista. Importância do Padre Geral Frei Francisco da Madre de Deus e a definição do papel dos tracistas oficiais da Ordem implicariam a adopção de um modelo unitário; 4) 1635-1700 - *Barroco carmelitano*: maior riqueza arquitectónica e decorativa. Existência de duas tendências: uma mais fiel ao estilo tradicional da Orem (Frei Nicolau da Purificação), outra mais inovadora sobretudo nas fachadas (Frei Alonso de S. José, Ávila); 5) Século XVIII - *Maior diversidade arquitectónica*: barroco tardio, rococó ou classicismo a partir de 1750, a par de modelos anacronicamente fiéis ao classicismo herreriano, como por exemplo, Frei José da Conceição (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 45; MUÑOZ JIMÉNEZ 2014: 345-346; STURM, 2002: 74).

<sup>15</sup> Muito interessante é o paralelo que Beatriz BLASCO ESQUIVIAS estabelece entre os princípios que Santa Teresa, movida pelo seu sentido prático e resolutivo, defende para as construções carmelitanas, e três das categorias fundamentais da arquitectura definidas por Vitruviuso na Antiguidade, e desenvolvidas

complemento (ou, se quisermos, a imagem estética correspondente a esses mesmos princípios) que ajudaria a definir aquele que os historiadores de arte reconhecem hoje como um verdadeiro estilo arquitectónico carmelitano (ou *modo próprio*<sup>16</sup>); ele constituiria nos séculos seguintes a principal corrente dentro da Ordem (ainda que anacrónica), já quando o Barroco, Rococó e Neoclassicismo tentavam impor os seus cânones estéticos. Este *estilo carmelitano* - que para a sua arquitectura escolhe a simplicidade do estilo toscano definindo, em simultâneo, uma tipologia que na cenografia urbana se assume como um elemento identitário da Ordem (facilmente reconhecível pela característica fachada das suas igrejas<sup>17</sup>) - é considerado já pelos historiadores *uma das mais importantes arquitecturas do Antigo Regime espanhol* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 341), ou até mesmo como [Arquitectura Carmelitana] *a proposta mais espanhola da Idade Moderna*<sup>18</sup>.

Entre os principais factores que terão sido determinantes para a sua formação poderemos citar aqueles que resultam directamente de uma tomada de consciência da sua importância dentro da própria Ordem, a que não é alheio o papel que tiveram alguns definidores e priores que se ocuparam dos assuntos referentes à construção dos novos conventos<sup>19</sup> como, por exemplo, Alonso da Madre de Deus que no final do século XVII foi um dos seus mais importantes impulsionadores de obras de arquitectura (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 351). Através de dinâmicas e formação próprias<sup>20</sup>, assegurariam uma prática que conduziria a uma homogeneidade

---

posteriormente por Leon Battista Alberti e por todos os comentadores vitruvianos: *firmitas* (no recomendar que as construções da Ordem fossem fortes e mais que pudessem), *utilitas* (no defender da estreita relação entre forma e função, eliminando o supérfluo nessas mesmas construções), e *venustas* (no abolir da sumptuosidade e adorno, defendendo harmonia entre as partes (BLASCO ESQUIVIAS, 2004: 146-148).

<sup>16</sup> Por vezes definido também como *classicismo carmelitano*, *classicismo maneirista*, *estilo comum* ou *estilo carmelitano*, consolidado na tipologia do Real Mosteiro da Encarnação de Madrid (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 22; STURM, 2002: 81).

<sup>17</sup> Rectângulo encimado por frontão triangular ladeado por esferas sobre plintos cúbicos; três arcos (podendo o central ser mais elevado) formando uma galilé, sobre a qual se repete uma composição tripartida constituída por uma grande janela central, acompanhada a um e outro lado pelas armas do Reino ou dos padroeiros e da Ordem. A par desta tipologia, de influência paladiana com nártex porticado (e a mais identitária da Ordem), juntam-se ainda outras duas tipologias menos divulgadas: fachada vignolesca (inspirada no modelo de Vignola para Il Gesù em Roma), e fachada com torres laterais que deriva do modelo vignolesco. (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83).

<sup>18</sup> Expressão usada por A. BONET CORREA na conferência sobre "Arquitectura Carmelitana" em 27 de Março de 1985, em Ávila, nos *Actos conmemorativos del aniversario del nacimiento de Santa Teresa de Jesús* - citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 22 e nota 8.

<sup>19</sup> Aos definidores gerais e provinciais cabia, por exemplo, verificar e até mesmo em alguns casos autorizar, modificar ou rejeitar os projectos para os novos conventos nas diversas províncias. Era também obrigatório que toda a intervenção com um custo superior a 100 ducados fosse sujeita à licença escrita do competente padre provincial (STURM, 2002: 64 e 75).

<sup>20</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ elenca como elementos determinantes na definição da arquitectura carmelitana: uma clara normativa das suas constituições no que diz respeito às medidas e formas dos edifícios e, conseqüentemente, de um cânone arquitectónico; processo de aprendizagem dos arquitectos tracistas

construtiva<sup>21</sup> perfeitamente controlada pela normativa carmelitana<sup>22</sup>, essa homogeneidade configuraria a primeira versão da igreja carmelitana. Esta seria aplicada de imediato na Igreja de Santo Hermenigildo em Madrid<sup>23</sup>, que então se iniciava, e elevada à sua máxima expressão na Igreja do Convento da Encarnação da mesma cidade por Frei Alberto da Madre de Deus (1575-1635), carmelita descalço hoje reconhecido como um dos mais importantes arquitectos espanhóis de Época Moderna, que nela *teve o privilégio de reunir o protótipo da arquitectura carmelitana com a elegância da mais refinada arquitectura cortesã* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001: 480). Nesta obra colaboraria também o não menos notável arquitecto, Juan Gómez de Mora (1586-1648)<sup>24</sup>.

---

dentro da Ordem com outros frades (ou irmãos leigos) arquitectos, e também através da colaboração com outros arquitectos de renome exteriores a ela; recurso à tratadística espanhola e italiana, bem como a outra produzida dentro da própria Ordem - como a de Frei Andrés de S. Miguel (?-1651), de Frei Juan del Santissimo Sacramento (?-1650) e de Frei Joaquin del Niño Jesús (?-1830); estreita articulação entre os princípios de rigor e simplicidade dos postulados teresianos, e o classicismo/herreriano do Escorial em que iria encontrar o modelo conveniente a esses mesmos princípios, o qual se perpetuaria anacronicamente no tempo (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 342-344).

<sup>21</sup> Também Saverio STURM enuncia um conjunto de factores que, através de um controlo apertado dos projectos para as novas fundações da Ordem, contribuíram para essa mesma homogeneidade construtiva: normativa métrico-tipológica bastante rígida, apesar de alguma liberdade compositiva nos quadros dos esquemas funcionais pré-fixados; triagem sistemática de projectos por um pequeno círculo de agentes; uma atenção especial na implantação da igreja, e nos aspectos distributivos, funcionais e de ordem decorativa e construtiva; entrega da responsabilidade da construção aos técnicos da Ordem; relação consolidada de alguns artistas com a Congregação (STURM, 2002: 152-153).

<sup>22</sup> Ver caixa de texto.

<sup>23</sup> Resultante das recomendações e da *traça moderada*, esta primeira versão da igreja carmelitana serviria de modelo para outras igrejas da Ordem - igreja de nave única, privada de capelas ou nichos laterais, com terminação rectilínea no presbitério, transepto de braços muito curtos, pilastras (e não colunas) de ordem toscana (preferidas pelo seu carácter de simplicidade), cobertura em abóbada e cúpula cega no cruzeiro; fachada coroada por frontão sobre pilastras laterais, portal único sobrepoiado por nicho com estátua e brasão da Ordem. Sobre este assunto veja-se, em especial: SAN JOSÉ O.C.D, 1948: 127-128; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 28-30; STURM, 2002: 74-75. Em 1608 a intervenção de Francisco de Mora em S. José de Ávila iria trazer uma importante alteração a esta primeira tipologia, com a introdução de capelas laterais e fachada com pórtico, o que já tinha sido utilizado em Lerma (CERVERA VERA, 1982: 45-47 citado em STURM, 2002: 75). Viriam a ser adoptadas também quatro tipologias construtivas distintas (podendo ainda ser considerada uma quinta tipologia referente aos colégios): conventos masculinos (cujas igrejas poderiam ter uma ou três naves), conventos femininos (tipologias alteradas em relação aos masculinos devido às regras de clausura, e igrejas com apenas uma nave), hospícios e desertos (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 47; STURM, 2002: 81).

<sup>24</sup> Sobrinho do arquitecto régio Francisco de Mora (1553-1610) que, como vimos, foi determinante para a arquitectura carmelitana (e fortemente influente na obra de Frei Alberto da Madre de Deus), Juan Gómez de Mora foi também ele arquitecto régio, ao serviço de Filipe III de Espanha, tendo sido nomeado em 1610 Mestre das Obras do Real Alcazar de Madrid. Responsável pela remodelação da Plaza Mayor desta cidade, trabalhou ainda no vizinho Convento da Encarnação obra em que protagonizou, em 1613, uma disputa com Frei Alberto da Madre de Deus a propósito da parede do convento que o Carmelita tinha tratado directamente com a Rainha, disputa essa que terá sido resolvida pelo Rei com uma solução salomónica (ANTONIO SÁENZ, 1987, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 2001: 482).

Em conformidade com os princípios defendidos pela reforma teresiana, nas Constituições de 1581 (nas quais interveio S. João da Cruz como 3º definidor), no Capítulo 2º recomendava-se que as suas casas não fossem feitas com suntuosidade mas sim com simplicidade e que as celas não tivessem mais de 12 pés de “quadro”. A construção de novas edificações, feitas de raiz, iria impor a partir de finais do século XVI a procura de uma uniformização tipológica que daria origem à chamada *traça moderada* - em 1594 Elias de San Martin iniciaria um processo de homologação dos projectos, com a participação do tracista da Ordem Frei Francisco de Jesus. E em 1600 o Geral de Espanha, Francisco da Madre de Deus, reuniria todos os frades peritos em arquitectura para elaborarem um modelo-tipo para as futuras construções. Em 1604, as constituições emanadas do Capítulo de Pastrana (*Constitutiones Fratrum Discalceatorum B. Mariae de Monte Carmelo Congregationes Hispaniorum, auctoritate Apostolica Sanctissimi D. N. Clementis Papae Octavi auctae et recognite*, editadas em Uclés em 1623) determinam já que *não se fabrique nenhum convento nem se comece obra notável sem que seja precedida pela traça dos artífices da ordem, em que esteja delineada a forma que deverá ter (...) e que não se junte ou tire coisa alguma sem a especial licença do Padre Geral, e o consentimento do mesmo artífice* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 27). Nas *ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España*, impressas em 1700, vêm também explicitados numerosos preceitos sobre o papel dos tracistas, construção de edificios e proporções de alguns espaços (ver Fig.24 e caixa no fim do texto). Em 1754 a *Carta Pastoral* de Frei Manuel de Jesus Maria recomendava que se seguisse o tradicional estilo carmelitano, perante a progressiva tentação de adopção de um estilo mais decorativo, de acordo com os cânones estéticos então em vigor. No Capítulo Geral de Espanha celebrado em 1784 recomendava-se também que conventos e templos não deviam ser magníficos, definindo-se medidas e proporções para as várias dependências (II Parte Capítulo 6º - *Regla Primitiva y Constituciones de Los Religiosos Descalzos de la Orden de Nuestra Madre Santissima la Bienaventurada Virgen María del Monte Carmelo, de la Primitiva Observancia, en esta Congregacion de Espana é Indias, confirmadas por N. M. SS. P. y S. Pio Papa VI, en el dia 14 de Marzo del año de 1786, ano duodécimo de su pontificado. Traducidas del idioma latino al castellano.*

Madrid: Imprensa de D. Joseph Doblado, 1788): as igrejas deveriam ter de largura entre 7 e 8 metros e conforme o valor desta seriam determinadas outras medidas, nomeadamente a altura; os claustros não deveriam ter mais de 18 metros nem menos de 16 de um ponto a outro, com largura entre 2 e 3 metros; as celas não poderiam ultrapassar 3 metros quadrados, e a sua altura não poderia exceder os 3 metros, excepto as destinadas aos doentes que poderiam ser maiores; as oficinas inferiores teriam entre 3 e 3,5 metros de altura, de modo que as paredes do convento desde o pavimento do claustro até ao tecto medissem 6 metros. Para a normativa referente à arquitectura dos *Carmelitas Descalços* veja-se, entre outros: SAN JOSÉ O.C.D., 1948: 117-119; ECHEVERRIA GONI y FERNANDÉZ GRACIA 1982; MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990<sup>a</sup>; NARVÁEZ i CASES, 1995; STURM, 2002; CALVO, 2011. Entre nós até à criação da *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo* em 1772/3, e pelos exemplares que conseguimos consultar, circulavam as constituições espanholas redigidas em castelhano, ainda que algumas delas impressas em Portugal. Delas sobressaem, pelos dados que nos fornecem relativos à organização espacial dos conventos, as publicadas em 1653 [Fig.3], que referem: *Não se façam curiosamente os Conventos das nossas Religiosas (excepto a Igreja) e edifiquem-se conforme as plantas que os tracistas da nossa Ordem fizerem, e não de outra maneira, e nos edifícios se cumpra a necessidade, e não a superfluidade. As paredes façam-se o mais forte possível, e a cerca alta não tenha menos de 19 a vinte pés desde a superfície da terra. Sejam as hortas capazes, de maneira que possa haver campo, em que se façam Ermidas, para que as Monjas se possam apartar e fazer oração (a exemplo dos santos Padres) as quais não serão encostadas à cerca: e nenhuma janela do Convento dê para a rua, senão para dentro da clausura, e todas as que derem para a horta tenham grades.* (REGLA E CONSTITUICIONES, 1653: Cap. XII, nº 5). Estas constituições são impressas num período em que na Província de S. Filipe existiam apenas os conventos femininos de Santo Alberto (1585) e o Convento de Santa Teresa de Carnide (1642) fundado pela Madre Micaela Margarida de Sant'Ana (1582-1663), o qual deveria estar então em plena construção. Nesta Província, no século XVII, assistiríamos ainda à fundação dos conventos femininos de S. João Evangelista em Aveiro (1658), e ao de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais em Lisboa (1681). Em 1665 em Lisboa, seriam também publicadas em latim, as

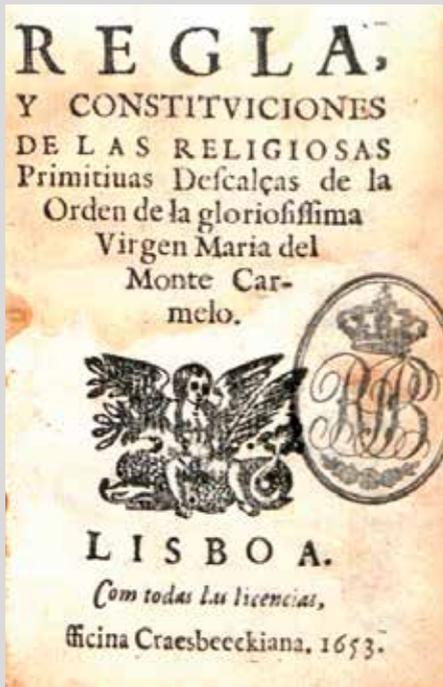


Fig. 3. Folha de rosto de *Regla y constituciones de las religiosas primitivas descalças de la Orden de la gloriosissima Virgen Maria del Monte Carmelo*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1653. BNP S.C. 6678 P. Foto de Teresa Campos Coelho.



Fig. 4. Folha de rosto de *Constituciones Fratrum Discalceatorum Beatissimae Virginis Mariae de Monte Carmelo Primitivae observantiae, Congregationis Hispaniae*. Lisboa: Apud Henricu Valentem Oliveriam, 1665. AOCDF. Foto de João Loureiro.

*Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Espanha* confirmadas por Alexandre VII em 1658 [Fig.4]. Outras constituições seriam publicadas, já depois da criação da *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*, no reinado de D. Maria I em 1790, com alguns aditamentos aos diferentes capítulos [Fig.5]. Teremos assim, na *Adição* ao capítulo XII, ponto 3, as punições previstas para alterações feitas nos edifícios não autorizadas pelo Definitório: *As Preladas terão hum grande cuidado na observancia de tudo o que fica estabelecido ácerca dos edificios: e não poderão accrescentar, diminuir, ou mudar cousa alguma no todo, ou em parte de qualquer edificio, do Convento, nem fazer de novo Tribunas, ou Retabulos de quaesquer Altares, concertar, ou mudar os que estiverem feitos sem licença escrita do Definitorio, e planta approvada pelo mesmo. A Prelada, que o contrario fizer, será privada do officio por quatro mezes; e as subditas, que nisso forem culpadas, serão castigadas com a pena de privação de voz, e lugar pelo mesmo tempo; e as*



Fig. 5. Folha de rosto de *Regra Primitiva e Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosíssima Virgem Maria do Monte do Carmo* (1790). AOCDP. Foto de João Loureiro.

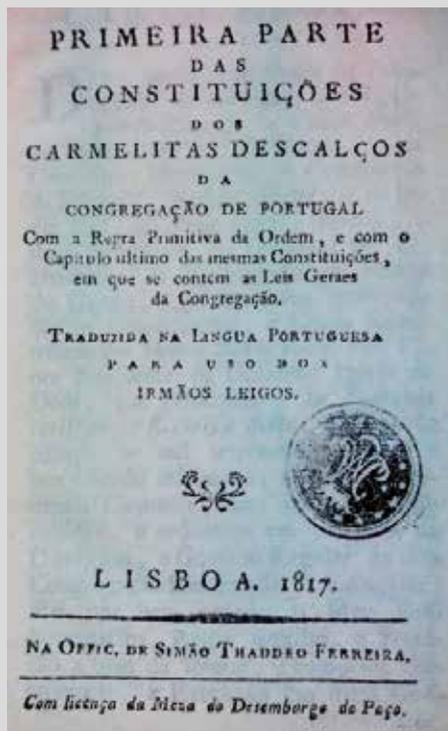


Fig. 6. Folha de rosto da *Primeira Parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal* (1817). AOCDP. Foto de João Loureiro.

que não tiverem voz e, lugar, com outra pena proporcionada esta (REGRA PRIMITIVA E CONSTITUIÇÕES, 1790: pp.129 e 130). Em 1817 seriam publicadas as *Constituições para uso dos irmãos leigos* [Fig.6]: a par da recomendação de pobreza na fabrica dos edifícios, no Ornato dos Templos, Altares, e em tudo o mais que haja de servir ao uso, como é usual na Ordem desde as primeiras constituições, determina-se também que o Convento será de hum só andar térreo, e que nenhum Superior possa conceder licença aos Seculares para ter o direito de Padroado, Capela ou Sepultura própria nas Igrejas, ou até mesmo edificar nelas Coros, ou Tribunas, ou abrir portas, janelas ou frestas, competências atribuídas ao Definitório e ao Capítulo Geral, respectivamente; recomenda-se ainda, entre outros, o uso restrito de alfaías de ouro ou prata, e para o Deserto (Buçaco) que os Altares serão pintados á similhaça de marmore, ou de outra cor, com frizos dourados (pp. 93, 94, 270 e 271). Agradecemos ao investigador João Loureiro ter-nos fornecido estes elementos pertencentes ao Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal (AOCDP).

A tipologia da igreja carmelitana seria exemplificada no templo que Frei Alonso da Madre de Deus (1628-1708) mandou construir na casa natal de S. João da Cruz em Fontiveros, o qual reproduz em menor escala, como se de uma maquete se tratasse, as linhas e modelos mais característicos do estilo carmelitano<sup>25</sup>.

Como foi salientado por diversos historiadores, entre os factores que contribuíram também para a formação deste estilo está o papel determinante que arquitetos e tracistas formados dentro da Ordem (e/ou em contacto com importantes arquitectos a ela exteriores) tiveram na definição das tipologias e controle da própria construção (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 342-344; STURM, 2002: 149-154).

Referimos já como em 1604, em Pastrana, se determinava que não se fabricasse nenhum convento ou obra notável sem que resultasse da traça de um dos artífices da Ordem. Aos tracistas (existiria pelo menos um por cada Província) juntavam-se os mestres da Ordem a quem caberia solucionar problemas menores e mais práticos, nomeadamente na ajuda da implantação do convento e igreja, vigiando a sua execução (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 349-350), muitos deles *irmãos leigos* ou *donados*<sup>26</sup>. Estes desempenhariam também um papel importante na vida económica

<sup>25</sup> Para este assunto veja-se: MUÑOZ JIMÉNEZ, 1998: 109-128; MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 361. Este autor traça-nos também um resumo biográfico deste Padre Geral devoto de S. João da Cruz (1546-1591) que ocupou os mais altos cargos dentro da Ordem - Leitor em Salamanca, Prior em Ávila, Valladolid, Alba de Torres e Segóvia, Reitor em Salamanca, Provincial de Castela-a-Velha, três vezes Definidor Geral, e Geral de toda a Espanha, tornar-se-ia um dos mais importantes promotores da arquitectura do *Carmelo Descalço* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2013: 275).

<sup>26</sup> Uma explicação interessante sobre os *irmãos donados* e o seu estatuto na Ordem, é-nos dada por Frei João do SACRAMENTO, na *Crónica dos Carmelitas Descalços* (Tomo II), publicada em 1721: *Fundou-se esta como as outras províncias da nossa reforma em religiosos coristas e leigos conforme o estilo comum das repúblicas monásticas, política e sagrada mente derivado da celeste monarquia onde repartidos em diversas jerarquias se aplicam os anjos a diferentes ministérios, bem que todos servem ao mesmo Senhor ou cuidando da custódia dos homens e governo do universo, ou contemplando unicamente na face do eterno Pai. Porém mostrando a experiência que equivocando-se uns religiosos com outros na forma e cores do hábito pedia o concurso dos negócios que em cada um dos conventos se ofereciam; arbitraram os superiores instituir uma nova espécie de frades que com o hábito e com nome diferente dos outros pudessem sair sós às colheitas das esmolas dos fiéis e empregar-se no serviço das casas. Porém não intentaram com esta novidade extinguir a antiga classe dos irmãos leigos senão conservá-la em menor número do que existia antes. Conforme a isto não excedem em cada província o número de dez salvo o definitório geral dispensa com mais algum e ordenam as actas capitulares que sejam artífices dos officios mais precisos nas comunidades. A confusão gerada em torno do seu estatuto levou à necessidade de a Igreja fazer alguns esclarecimentos ao longo dos anos em virtude de estes não serem obrigados a fazer, inicialmente, os votos religiosos, tal como se pode verificar no Breve de Urbano VIII de 1638 sobre os mesmos, que Frei João do SACRAMENTO também publica e traduz, e que aqui transcrevemos em parte: ...no Capítulo terceiro da segunda parte, que trata da recepção e profissão dos Irmãos Donados, se determina, que de licença do Provincial e por votos secretos do Convento, se recebam três, ou quatro Irmãos para cada uma das Casas, com Hábito e nome de Donados, distinto do que trazem os outros Religiosos, sem capelo, e com capa de cor parda, para buscar as esmolas com que os seus Irmãos se sustentem e juntamente para os outros serviços das Casas, aos quais não podem acudir os outros Religiosos, como ocupados da Oração, Contemplação e outros ministérios da Igreja (...) se determina que depois de dois anos façam os seus votos simples, os quais feitos, se procederem na Religião louvavelmente cinco anos, de licença do Provincial e votos secretos do Convento (intervindo a sua devota petição) se admitam à profissão solene; e assim admitidos e passado o ano inteiro da sua aprovação e Noviciado e propostos*

da Ordem, nomeadamente no fornecimento de mão de obra especializada no campo das artes - alguns deles eram oriundos de famílias de artistas e, como tal, já treinados nos diferentes campos artísticos<sup>27</sup>.

Isso mesmo é provado pela *Carta Pastoral* que em 1698 o Geral Frei Juan de la Anunciación difunde, na qual recomendava que os irmãos *laicos* aceites nas comunidades fossem *artesãos de qualquer arte que pudesse servir a Ordem, e que nessas artes não fossem principiantes*<sup>28</sup>. E leigo terá sido também o primeiro arquitecto da Ordem, segundo o testemunho que nos deixou Frei José de Santa Teresa a propósito do 4º Capítulo Geral celebrado em Madrid em 1594 e do importante papel que Frei Elias de San Martín teve para o desenvolvimento da arquitectura carmelita *dió facultad al Hermano Fray Francisco de Jesus, buen Arquitecto lego de profesión, y el primeiro de la Ordem*<sup>29</sup>.

A outros notáveis carmelitas seriam reconhecidas também capacidades técnicas - basta citar o próprio S. João da Cruz que tinha conhecimentos rudimentares de carpintaria adquiridos na sua infância em Medina del Campo (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 353), ou Ambrósio Mariano cuja experiência em engenharia hidráulica terá sido utilizada por Filipe I no Tejo, antes de ele ter abraçado o Carmelo Descalço, como nos relata Frei Belchior de Santa Anna no Tomo I das *Crónicas dos Carmelitas Descalços: chamado do Duque de Seza, para fazer certas traças em que andava ocupado quando lhe foram às mãos cartas do Rei Dom Filipe, o Prudente, que lhe mandava nelas chegasse à corte; porque o queria empregar em tirar do Tejo algumas levadas de água para a veiga de Aranjuez* (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 84).

Dentro da Ordem a aprendizagem far-se-ia na prática adquirida ao lado de um dos mestres<sup>30</sup>, prática essa apoiada também na leitura de manuais de carpintaria

---

*três vezes ao Convento e aprovados dele como os outros Religiosos por votos secretos e guardadas todas as outras circunstâncias que se devem guardar, façam os três votos substanciais de Religião, Obediência, Castidade e Pobreza, segundo a Regra primitiva da dita Ordem, sem mitigação até à morte, na mesma forma que os outros Religiosos da dita Congregação prometendo-os espontaneamente nas mãos dos seus Superiores, retendo porém o Habito e nome de Donados* (SACRAMENTO O.C.D., 1721: Livro V, Cap. VIII). Entre os *irmãos donados* mais importantes que exerceram a profissão de arquitecto, poderemos referir o nome do célebre Frei Alberto da Madre de Deus, ou do português Frei Alberto da Virgem.

<sup>27</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ refere que em Espanha, dos mais de sessenta nomes conhecidos de artistas carmelitas, só constam cinco com uma tradição familiar artística, embora devam existir mais; convertidos em irmãos leigos, nunca se terão ordenado sacerdotes (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 353).

<sup>28</sup> ANUNCIACION O.C.D., 1698, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 28 e nota 24, e em STURM, 2002: 78.

<sup>29</sup> SANTA TERESA O.C.D., 1683: 4, citado em PONCE DE LEON, 1997: 123, e em CALVO, 2011: 226.

<sup>30</sup> MUÑOZ JIMÉNEZ refere que a partir dos vinte e dois casos de artífices estudados dos quais dispõe dados seguros, sete anos e meio é o tempo que medeia entre a tomada do hábito regular (cerca dos vinte e um anos) e a execução de uma primeira traça conhecida (trinta e seis anos, média que depois de ponderada, pode baixar para os vinte e oito anos e meio), tempo mais que suficiente para uma formação prática e teórica sob tutela de um mestre mais experimentado, e consulta de tratados. O autor refere ainda que

e na tratadística, nomeadamente na que foi elaborada por membros de outras comunidades religiosas, como terá acontecido com o tratado do agostiniano Frei Lorenzo de San Nicolás *Arte y uso de la Arquitectura*<sup>31</sup>.

Prática e reflexão teórica levariam a que alguns carmelitas fossem, por sua vez, autores de tratados - neste âmbito distinguem-se os trabalhos de Frei André de San Miguel (1577-1652) na Nova Espanha, carmelita pioneiro na produção teórica sobre arquitectura, Frei Juan del Santíssimo Sacramento (1611?-1680) - pintor elogiado por Palomino, que tinha também amplos conhecimentos de arquitectura - e, já mais tarde, Frei Joaquín del Niño Jesus (1760-1830) a quem a historiografia tem vindo a dedicar maior atenção e bibliografia<sup>32</sup>.

Embora muitos dos artífices carmelitanos tenham permanecido no anonimato, o trabalho de alguns tracistas e arquitectos não se limitaria a uma actividade no seio da Ordem, na qual estavam sujeitos aos cânones estéticos por ela definidos - muitos deles afirmaram-se também como arquitectos de notável talento nos projectos que elaboram para encomendadores privados ou para outras ordens religiosas, demonstrando estarem a par de toda a evolução da arquitectura da época - um dos casos mais emblemáticos é o de Frei Alberto da Madre de Deus que, trabalhando para diversos encomendadores (com especial enfoque para o Duque de Lerma) revela na sua obra uma forte influência da “arquitectura cortesã”, como já vimos na expressão utilizada por Muñoz Jimenez para definir a sua intervenção na Igreja da Encarnação de Madrid.

Apesar da controvérsia em torno da intervenção de Frei Alonso de S. José para Ávila, que anuncia já a permeabilidade a outros estilos que se faziam sentir na arquitectura da Ordem a partir de meados do século XVII e durante todo o século XVIII, os seus tracistas e arquitectos foram, sem sombra de dúvida, os agentes fundamentais na definição do chamado *estilo carmelitano*.

---

destes vinte e dois casos, cinco conheciam os livros, e nove destes tracistas de título oficial carmelitano, eram sacerdotes que na maioria dos casos chegaram a ser vigários, priores e até definidores da Ordem em Espanha (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 355-356).

<sup>31</sup> Publicado em duas partes, em 1633 e 1663, as noções técnicas e teóricas que integra terão exercido uma notável influência na arquitectura até ao século XVIII, especialmente da Andaluzia - sobre este assunto veja-se: LOPEZ GAYARRE, P. A., 1989, citado em MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 41 e nota 47, e em STURM, 2002: 78.

<sup>32</sup> Para estes tratadistas veja-se, entre outros trabalhos: MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 348-349; STURM, 2002: 86-99; NARVÁEZ CASES, 2002; Site *Castell Interior* de 4 de Dezembro de 2014 (disponível em <https://castellinterior.com/2014/12/04/el-tracista-carmelita-fra-josep-de-la-concepcio-protagonista-de-larquitectura-del-barroc-catala/>) e de 7 de Janeiro de 2019 (disponível em <https://castellinterior.com/2019/01/07/joaquin-del-nino-jesus-fandos-sierra-1759-1830-principios-de-albanileria-versio-digital/>), publicações com ampla bibliografia sobre o assunto.

Voltando a citar Muñoz Jiménez: *há que recordar como ao longo de mais de dois séculos e meio se mantém uma fidelidade, raras vezes não cumprida, a traças reguladas, numa atitude de clara anacronia - que se converte em verdadeira diacronia estilística* (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 360).

## Estudos sobre o Património Artístico da Ordem em Portugal

Contrariamente ao que aconteceu em Espanha, onde nas últimas décadas o estudo sobre os Carmelitas Descalços e a sua expressão artística, em especial no domínio da arquitectura, tem assistido a uma enorme evolução, com uma vasta produção bibliográfica produzida pelos mais reputados historiadores de arte (como ficou comprovado nos pontos anteriores), em Portugal está ainda por fazer uma análise pormenorizada das suas fundações no nosso território. A este facto não é alheia a grande ausência documental, resultante da extinção das ordens religiosas em 1834, com dispersão da documentação, na sua esmagadora maioria ainda por localizar, o que tem dificultado bastante o trabalho dos nossos investigadores.

Aos quatro tomos das *Crónicas dos Carmelitas Descalços*<sup>33</sup>, viriam juntar-se ao longo dos tempos outros trabalhos<sup>34</sup>, nomeadamente os que resultaram do

<sup>33</sup> Como referimos anteriormente (veja-se supra nota 10), para a Província de S. Filipe, criada em 1612 (e depois da separação com Espanha em 1772, designada por *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo*), seriam escritos quatro tomos de *Crónicas*: I Tomo escrito em 1657 por Frei Belchior de SANTA ANNA (SANTA ANNA O.C.D., 1657: 3), o II Tomo datado de 1721 por Frei João do SACRAMENTO (SACRAMENTO O.C.D., 1721), o III Tomo, da autoria de Frei José de Jesus MARIA (MARIA O.C.D., 1753) e, finalmente, o IV Tomo, ainda manuscrito e inédito, escrito por Frei Manuel de S. BENTO entre 15 de Agosto de 1799 e 4 de Abril de 1800, transcrito por Frei José Carlos VECHINA. Temos também da existência também de outros cronistas: Frei João do SACRAMENTO refere que no tempo que decorreu entre Frei Belchior SANTA ANNA e ele foram nomeados “primeiro ao P. Fr. Francisco do Santíssimo Sacramento em 30 de Janeiro de 1665, depois ao P. Fr. André dos Reis pelos anos de 1667 (Liv. 2 dos definit, fol 101)” (SACRAMENTO O.C.D., 1721: *Prologo. Aos que lerem*). Referida é também a existência de Sebastião de São Cirilo (1571-1667), que cerca de 1667 terá escrito *Factos históricos acontecidos nesta Provincia* [S. Filipe], *com as vidas de algunos religiosos, que florescerão em virtude* (GRAS, 2018). Mais recentemente destacam-se no Carmelo Descalço em Portugal os nomes de Frei David do Coração de JESUS, Frei Jeremias Carlos VECHINA (recentemente falecido) e Frei José Carlos VECHINA, arquivista da Ordem. A estes junta-se Frei Silvério de SANTA TERESA que escreve também sobre a província portuguesa de S. Filipe.

<sup>34</sup> Não cabendo aqui a listagem exaustiva destes trabalhos, referiremos apenas aqueles que no âmbito do Património Artístico da Ordem em Portugal, constituíram monografias em livro, ou resultaram de trabalhos académicos, a saber: *Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos frades carmelitas descalços, Marianos em Lisboa: precedido de um estudo biographico ácerca de Salvador de Sá e Benevides e seu jazigo* (DAGGE, VARNHAGEN, 1872), *O Convento de Nossa Senhora dos Remédios: Convento dos Marianos* (VIEIRA, 1938), *O convento de N. S. dos Remédios* (FIGUEIREDO, 1943), *A reforma teresiana em Portugal* (JESUS, 1962), *Retábulos e painéis no Convento dos Cardaes* (RITA, BEJA, KLÜLL, 1992), *Carmelitas Descalços - Teresias - em Pernambuco. Padroado e vida conventual* (PONCE DE LÉON, 1995), *O Convento dos Cardaes: veios da memória* (AAVV, VIEIRA coord, RAPOSO coord., 2003), *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus* (COSTA, 2004), *Descalços e de Burel Vestidos - Convento de Nossa Senhora do Carmo em Figueiró dos Vinhos* (MARQUES, 2009), *O Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo de Figueiró dos Vinhos no contexto*

importante impulso que constituiu para o conhecimento da Ordem em Portugal a realização do Congresso Internacional: *A Reforma Teresiana em Portugal* (Fátima, *Domus Carmeli*, 22 a 24 de Outubro de 2015)<sup>35</sup>, a partir do qual seriam produzidos outros importantes estudos, nomeadamente no campo das Artes no âmbito da arquitectura, retabulística, pintura e azulejaria<sup>36</sup>. Alguns destes trabalhos debruçam-se sobre importantes questões da arquitectura, nomeadamente no que diz respeito às variantes tipológicas e aplicação da normativa da Ordem nos conventos da nossa província<sup>37</sup>.

---

*da Província Portuguesa de S. Filipe de Portugal* (LUCAS, 2012), *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)* (SILVA, 2018), *A azulejaria barroca nos Conventos da Ordem do Carmo e da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal* (CARRUSCA, 2015), *Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços* (LAMEIRA, LOUREIRO, VECHINA, 2015), *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras* (AAVV, BORGES coord, 2016), *Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII* (MARINHO, 2018).

<sup>35</sup> *Actas do Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal" - 2015*, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017 (AAVV, TEIXEIRA O.C.D., coord., 2017). De referir ainda outros Congressos ou Encontros de interesse para o estudo do Património Artístico da Ordem em Portugal, onde foram apresentadas comunicações sobre esse mesmo património: Ciclo de conferências "Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil", (Évora, 2013), Congresso Internacional "Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património" (Lisboa, Sociedade de Geografia, 19 a 22 de Julho de 2017) e, mais recentemente, o Ciclo de Conferências "Apresentação da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural" (Fátima, *Domus Carmeli*, 28 de Abril de 2018).

<sup>36</sup> Na impossibilidade de apresentar aqui todo o elenco de participantes e respectivas comunicações, remetemos para as referidas actas.

<sup>37</sup> Sobre a variante tipológica e a normativa na Província Portuguesa salientamos os seguintes trabalhos: Ponce de LÉON (PONCE DE LÉON, 1995; 1997: 126 a 131, 157 a 161) a propósito do Convento de Santa Teresa em Olinda; Sandra Costa Saldanha a propósito do Convento do Coração de Jesus em Lisboa (COSTA, 2002; 2004); Eduardo DUARTE, sobre o Convento dos Cardais em Lisboa (DUARTE, 2003: 71 a 107); Paulo Varela GOMES que analisa a tipologia do Convento do Buçaco (GOMES, 2004; 2005) e a arquitectura das igrejas conventuais femininas da Ordem (GOMES, 2007: 263 a 267); Miguel SOROMENHO sobre a intervenção de Teodósio de Frias no Convento de Corpus Christi em Lisboa (SOROMENHO, 2004); Margarida Herdade LUCAS que analisa as proporções dos espaços do Convento de Figueiró dos Vinhos, comparando-as com as determinações das constituições carmelitanas (LUCAS, 2012); Filomena MONTEIRO e Maria do Céu TERENO sobre os conventos carmelitanos de Évora (MONTEIRO 2011; TERENO 2013; TERENO, MONTEIRO, 2016); Teresa de Campos COELHO, sobre a tipologia e intervenção dos Nunes Tinoco em Santa Teresa de Carnide (COELHO, 2016). A par dos trabalhos que mencionámos anteriormente, não podemos deixar de citar outros que surgiram de interesse para o estudo dessa mesma arquitectura em Portugal, nomeadamente nos dois congressos já realizados. Teremos assim, no Congresso *A Reforma Teresiana em Portugal* (Fátima 2015): Solange ARAÚJO, *Convento de Santa Teresa de Ávila em Salvador - inserção, tipomorfologia e património*; Miguel PORTELA, *Uma arquitectura para a oração: os claustros dos conventos dos Carmelitas Descalços em Portugal (séculos XVI-XVII)*; Teresa de Campos COELHO, *O arquitecto João Nunes Tinoco (c. 1616-1690) e a sua actividade junto dos Carmelitas Descalços*; Maria do Céu TERENO, Marízia PEREIRA e António TERENO, *Hidráulica de Conventos Carmelitas Descalços em Évora: Convento de Nossa Senhora dos Remédios e Convento de São José da Esperança*; Filipe Gonçalves TEIXEIRA, *O Deserto do Buçaco: paisagem do sagrado. A herança dos Carmelitas Descalços*. Também no Congresso *Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património* (Lisboa 2017) surgiram outras comunicações de interesse para a mesma temática: Patrícia ALHO, *O ciclo da água no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa. Análise ao sistema hidráulico superior*; Filipe Gonçalves TEIXEIRA, *O Santo Deserto do Bussaco. Da autenticidade e da integridade da mais complexa cerca conventual de legado dos Carmelitas Descalços*; Ana Assis PACHECO, *Dona Marianna de Cardenes, fundadora de ermidas de habitação no Buçaco e na Arrábida (séc. XVIII)*; *Entre a Regra e a Arquitectura: apontamentos sobre a obra de alguns tracistas na Ordem dos Carmelitas Descalços*, comunicação por nós feita em colaboração com Miguel PORTELA. Outros autores, relacionados com as obras de Frei Pedro da Conceição, virão citados ao longo da análise das respectivas obras.

Este Congresso evidenciou também a necessidade urgente da formação de uma grupo de trabalho que divulgasse e fomentasse esses mesmos estudos, nascendo assim a *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural*<sup>38</sup> (e a sua revista *Studia Carmelita* que agora se publica), na qual se integrou não só a maioria dos participantes nesse Congresso, bem como outros investigadores que, desde então, têm demonstrado interesse em participar neste projecto.

Deste modo, os nossos investigadores têm vindo a fomentar o desenvolvimento de trabalhos que se debruçam sobre a presença da Ordem em Portugal, no qual se inclui o projecto agora em curso sobre o estudo das fundações e da arquitectura carmelitana em território nacional com o apoio da referida Comissão<sup>39</sup>.

Dada a integração da Província portuguesa de São Filipe na Congregação espanhola (e inevitável obediência à normativa imposta para a mesma) desde a sua fundação até ao 3º quartel do século XVIII (quando se formou a *Congregação da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo* em Portugal em 1772), os muitos trabalhos que em Espanha se têm publicado sobre o Carmelo Descalço no Espaço Ibérico têm sido um auxiliar precioso para a definição de uma metodologia de trabalho e, conseqüentemente, para o estudo da Ordem em Portugal.

### **Alguns tracistas e artífices da *Província de S. Filipe do Reino de Portugal*, e um tratadista carmelita descalço português**

A já citada escassez de dados e documentação tem tornado difícil o estudo sistemático das características e enquadramento da arte dos Carmelitas Descalços entre nós. Mais difícil se torna a elaboração das biografias dos seus verdadeiros protagonistas, muitos deles trabalhando anonimamente na estrutura da Ordem. Basta referir que nas quatro Crónicas conhecidas para a Província Portuguesa<sup>40</sup>,

<sup>38</sup> Sob orientação do Reverendo Padre Joaquim Teixeira, Provincial da Ordem quando da realização do Congresso, realizado em 2015.

<sup>39</sup> Partindo do inventário das fundações dos Carmelitas Descalços em território nacional (LOUREIRO, 2017) pretende-se, assim, fazer o estudo e análise dos diferentes edifícios à luz das muitas influências e factores que os originaram, tendo em especial atenção: aplicação das directivas das diferentes *Constituições* na prática da sua arquitectura; tipologia e estilo carmelitano; papel que arquitectos e tracistas tiveram dentro da própria Ordem (e até mesmo no discurso da arquitectura civil) e conseqüente influência mútua entre arquitectura religiosa e civil; listagem de artistas que trabalharam para a Ordem, com enfoque para aqueles que a ela pertenciam, e análise das respectivas obras; integração e especificidade da produção nacional no contexto ibérico.

<sup>40</sup> Frei José Carlos VECHINA diz-nos, na *Apresentação* do Tomo IV das *Crónicas* que, como afirmámos anteriormente, está ainda inédito e foi por ele transcrito, que é possível que fosse escrito um V Tomo das

são referidos os nomes de pouquíssimos artífices e apenas de dois arquitectos - Frei Alberto da Virgem, e Marcos de Magalhães, arquitecto exterior à Ordem.

O primeiro, cuja actividade foi já referenciada por alguns autores a propósito da sua intervenção na escolha do local para a implantação de um *Deserto* (Buçaco), como cita Frei João do Sacramento no Tomo II das *Crónicas: Para mais pública e conhecida benevolência do seu ânimo mandou o padre geral no ano seguinte de 1626 ao definidor Fr. António que passasse a Portugal a escolher o sítio, comissão que o padre estimou pela causa e agradeceu pela confiança que se punha nele. Tomando por seu companheiro ao Irmão Alberto da Virgem, também português, natural da vila de Chaves e arquitecto de fama, partiu com ele para o reino.* (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, cap. IX nº 78)<sup>41</sup> - sobre este arquitecto Frei João do Sacramento elabora ainda um pequeno resumo biográfico no final do mesmo Tomo<sup>42</sup>.

No entanto, ao analisarmos agora em pormenor os quatro Tomos das *Crónicas*, podemos verificar que a sua actividade como tracista na Província de Portugal não se limitou ao Buçaco, mas começou efectivamente alguns anos antes, na fundação do Convento de Nossa Senhora do Carmo no Porto (1617), e na do convento homónimo em Viana do Castelo (1618)<sup>43</sup>. Da sua participação no Porto dá-nos testemunho Frei

---

*Crónicas* da Ordem em Portugal, pois no Capítulo Geral celebrado em 1808 foi nomeado Cronista Geral o P. Fr. João do Espírito Santo (S. BENTO O.C.D.,1800-1990: *Apresentação*).

<sup>41</sup> Interessante é a justificação que é dada na decisão final tomada, quando em 1626 o Padre Geral vem visitar Portugal, na escolha do local para implantar o *Deserto*, preferindo o Buçaco a Sintra, por esta ser *corte na aldeia* e, como tal, contrária aos princípios carmelitanos de pobreza e de isolamento: *Como se ali não o conduzira mais que a serra de Cintra levando na sua companhia ao padre definidor, Fr. António, ao padre provincial, secretários e o Irmão Alberto, foi ao convento de Cascais e sem demora ver a serra de Cintra, em distância de duas léguas. Correu e discorreu o distrito e havendo-o registado todo, fez juízo de que era corte na aldeia, povoado de quintas, conventos, paços reais; o que tudo servia mais para casa de recreio e regalo que, no ser retiro, buscavam os reis e grandes de Portugal, que para casa de compunção, penitência e soledade como os carmelitas portugueses deviam pretender e solicitar como bons ermitãos* (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, cap. IX nº 87) - sublinhados nossos.

<sup>42</sup> "Alberto da Virgem", *Índice dos Pontos Principais que neste Segundo Tomo se Contem. No qual unicamente se expressa o número dos parágrafos para inconfuso e facil encontro das matérias que se procuram: Irmão donado, natural de Chaves, professo de Castela e arquitecto de ofício veio com o P. Definidor Geral Fr. António do Santíssimo Sacramento buscar o sítio para a fundação do deserto da província. Examinou a serra do Bussaco. Foi destinado para um dos fundadores da mesma casa.* (SACRAMENTO, 1721: *ÍNDICE*) - sublinhados nossos.

<sup>43</sup> Fundados por iniciativa de Fr. Martinho da Madre de Deus, de acordo com a decisão do Definitório de 14 de Janeiro celebrado no Convento dos Remédios em Lisboa, do plano fazia ainda parte a fundação de um terceiro convento em Tomar, a qual não ocorreu por ser demasiado perto de Figueiró dos Vinhos (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.VII, 633). A fundação prevista para Tomar daria lugar, mais tarde, à fundação do *Deserto* do Buçaco. Frei João do Sacramento no Tomo II das *Crónicas*, dá-nos mais alguns esclarecimentos sobre a fundação destes conventos: *sendo prelado superior desta província, alcançado por intervenção de D. Francisco de Sandoval e Roxas, primeiro duque de Lerma, um alvará de licença para erigir três conventos neste reino em virtude do qual estava já fundado o de Nossa Senhora do Carmo na cidade do Porto e outro da mesma invocação na vila de Viana, Foz do Lima* (SACRAMENTO O.C.D.,1721: Lº IV, cap. XII,101).. Muito interessante é a referência à intervenção do importante I Duque de Lerma (1553-1625),

Belchior de Santa Anna, no Tomo I: *Comunicou logo por carta os seus desejos ao governador daquela cidade [Porto], Diogo Lopes de Sousa, depois conde de Miranda, senhor de grande autoridade, ilustríssimo e perfeitíssimo varão em cargos de paz em quem se achavam com vantagens o político e prudente como cristão por excelência heróico. Festejou ele muito os intentos do Padre provincial e respondeu-lhe: Que os prosseguisse e executasse com pressa porque queria favorecê-las com cuidado igual à devoção que tinha aos religiosos carmelitas descalços (...) O governador Diogo Lopes de Sousa por ter bem entendido o grau da sua virtude pelo trato contínuo que tinha com eles ficou-lhes com tanta afeição que ia muitas vezes ao convento e tratava-os com notável chaneza (...) Chegou a tanto a estima que fazia até do mínimo irmão donado que escolheu para padrinhos de uma filha e um filho aos irmãos Belchior de Jesus e Alberto da Virgem como diremos nas suas vidas (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.V, 633; cap.VI, 643). E sobre a sua intervenção em Viana do Lima, na sequência das decisões tomadas no Capítulo celebrado em Lisboa em Maio de 1618, diz-nos ainda o mesmo cronista: Foi ali o Irmão Fr. Alberto, tracista da Ordem com cujo parecer resolveu-se em buscar outro sítio (SANTA ANNA O.C.D., 1657: cap.VII, 648). Outros dados inéditos sobre Frei Alberto da Virgem aparecem-nos ainda no também inédito Tomo IV das *Crónicas*, numa anotação manuscrita ao seu Índice: O P. Alberto da Virgem q. morreo em Coimbra em 1651. Deve pedir se o obito, esteve 21 annos no Bussaco, foi dos fundadores delle, e foi tirado para a fundação de Olhalvo (S. BENTO, O.C.D.,1800: Índice final)<sup>44</sup>. Esta afirmação é da máxima importância pois confirma Frei Alberto da Virgem como tracista da Província Portuguesa (como já afirmámos, existiria pelo menos um por cada província), permitindo atribuir-lhe uma longa actividade agora documentada entre 1617 (Porto) e cerca de 1651 - dele poderão ser muitos dos conventos fundados nesse período, nomeadamente a primeira fase do Convento de Santa Teresa em Carnide (1646), antes da intervenção do architecto régio João Nunes Tinoco (1616-1690) na igreja iniciada em 1662 por iniciativa da Infanta D. Maria de Bragança (1644-1693), filha natural de D. João IV (curiosamente fora também João Nunes*

---

valido de Filipe III de Espanha (II de Portugal), para quem trabalhou o architecto carmelita descalço Frei Alberto da Madre de Deus (1575-1635), como já vimos. Não menos interessante é o facto da sua filha Joana de Sandoval ter casado com o VIII Duque de Medina Sidónia e o I Duque de Lerma ser, como tal, avô materno de D. Luísa de Gusmão (1613-1666), constituindo um antecedente que vem reforçar a ligação da Rainha com os Carmelitas Descalços.

<sup>44</sup> Transcrito como afirmámos por Frei José Carlos VECHINA, tem anotado que esta última parte tem uma letra diferente do resto do manuscrito, deduzindo que seja posterior, mas não muito (o que não põe em causa, no entanto, a sua veracidade).

Tinoco quem substituíra Frei Alberto da Virgem no projecto do Convento de Olhalvo, ao traçar as suas plantas em 1658).

No II Tomo das *Crónicas*, a par de Frei Alberto da Virgem aparece também o nome do Irmão António das Chagas, oficial de alvenaria que integrou o grupo de fundadores do Convento do Buçaco (SACRAMENTO, 1721: Lº IV, Cap. XVI, nº88; PONCE DE LÉON, 1997: 147,148; GOMES, 2004: 40)<sup>45</sup>.

O segundo arquitecto mencionado é Marcos de Magalhães<sup>46</sup>, arquitecto de renome, que Frei Manuel de São Bento refere no IV Tomo das *Crónicas*, a propósito do Convento de Olhalvo e do que lhe terá ordenado Frei Sebastião da Conceição quando da descoberta de uma mina de água: *Apenas elle ouviu noticia tão gostosa; ordenou sem perda de tempo, que o arquiteto Marcos de Magalhães passasse áquelle sitio, e no da prodigiosa fonte fabricasse huã boa mey (sic) de agua e a conduzisse por limpos aquedutos para o convento* (S. BENTO O.C.D., 1990: Liv. X Cap. XXIX, 185)<sup>47</sup>. Marcos de Magalhães trabalhara já na obra da Igreja, iniciada ainda antes do Convento<sup>48</sup>. Frei Manuel de São Bento refere também o nome de um mestre carpinteiro a trabalhar em Olhalvo, Antonio Dias, que *bebendo as aguas da sua fonte achou tão prompta, e tão cabal a saude, que ficou trabalhando alguns annos nas obras do convento sem pedir algum salario* (S. BENTO O.C.D., 1800: Lº X, Cap. XXX, 187).

Outros artífices são citados a propósito da construção do Convento de Santarém, para o qual André Quadros doara umas casas, com *vistosos jardins e terra tão sufficiente para cerca que os nossos architectos o demarcaram acomodado para se fundar nele um bom convento* (SACRAMENTO, O.C.D., 1721: Lº IX, Cap. II, 680),

<sup>45</sup> O *Deserto* do Buçaco seria desenvolvido por este último autor numa publicação posterior (GOMES, 2005).

<sup>46</sup> Para Marcos de Magalhães veja-se, sobretudo, "Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)" (SERRÃO, 1983) e "Marcos de Magalhães" (MOREIRA, 1989).

<sup>47</sup> Segundo Frei Manuel de S. Bento fez-se escritura do padroado a 10 de Julho de 1646 e *nella se estipullou que o senhor bispo daria a igreja acabada, e sacristia com os ornamentos necessarios, e que tudo com as pinturas da igreja custaria trinta mil cruzados: Que fazia mais as obras necessarias, e daria cerca conveniente, em que commodamente podessem habitar os religiosos (...) a 21 de Junho deste anno de 1648 se tornou posse da igreja, hospicio, e terras adjuntas, que o illustrissimo D. Manoel da Cunha, bispo de Elvas, eleito de Evora, depois de Lisboa, e ultimamente inquisidor geral, tinha no lugar de Adolhalvo* (S. BENTO, 1800: Liv. X, Cap. XXIX).

<sup>48</sup> Apesar de o cronista nos dar como data para a sua construção o ano de 1647, ela deverá ter começado alguns anos antes, pois de acordo com o livro de obra da capela-mor existem já pagamentos que recuam a 1643. Nesse mesmo ano Mateus do Couto (pela data trata-se, sem dúvida, de Mateus do Couto "Tio") assinava uma declaração em como se obrigava a que seu cunhado, Domingos Vicente, fizesse os quatro arcos em pedraria do coro e da capela-mor. Em 1646 aparece-nos já o nome de Marcos de Magalhães na obra, que a deverá ter dirigido a partir desta data, e prepararam-se já as pinturas da capela: em 1644 e 1645 António Carvalho recebia pagamento por várias pinturas encomendadas pelo Bispo, nomeadamente um S. Pedro, e um Cristo na Cruz. Em 22 de Outubro de 1644 eram pagos a André Reinoso vinte mil réis por algumas pinturas e concertos (COELHO, 2018: 281, nota 244).

obra em que são também referidos outros nomes: *Neste presente anno de 1655, aós 30 de Julho, dia dos santos Addon, e Sennan, e vespera de santo Ignacio fundador da sagrada Companhia de Jesus, ás nove horas da manhã, andava hum pedreiro, e na companhia delle hum official de Marçenaria, aquelle chamado Manoel Mendes, e este João Henriquez, desmachando (sic) huã janella nas casas que forão de Miguel Quadros* (S. BENTO O.C.D., 1800: LºXII, Cap. XII, 511).

Arquitectos e outros artífices aparecem também citados noutros documentos. Sabemos que quando Frei Luís da Silva, Arcebispo de Évora, financiou a nova obra do Convento de São José das Carmelitas Descalças da mesma cidade, como afirma o seu anónimo cronista *mandou logo o Provincial dous Irmaãos, hu insigne architecto, e outro não menos, pedreiro hum, e carpinteiro outro, p.ª q estes fizeçem a planta do Convento seg.º as leis da rellegião, e juntos os materiais necessários, se deo principio á obra, e porq o Convento dos rellegiosos dos remedios fica algum tempo distante, e os M.ªs não faltacem na obra tempo algu, lhes mandava, por ordem do Arcebispo, todos os dias, o vedor da Caza em os dias de trabalho, de jantar com grandeza p.ª os dous irmaãos*<sup>49</sup> - o insigne architecto era, sem dúvida, o mestre pedreiro que, ao dar a traça para o convento, teria certamente de obedecer em tudo ao estipulado pela Ordem para a sua construção.

Um *insigne carpinteiro* foi também Frei Manuel da Conceição (1690 - 1735), natural de Moreira da Maia que, tendo professado no convento do Porto em 1688, foi no ano seguinte para o convento de Nossa Senhora do Carmo em Viana com o objectivo de trabalhar no retábulo da capela-mor (LAMEIRA, LOUREIRO, VECHINA, 2015: 60, 208, 209).

E surgem-nos ainda os nomes de Frei Pedro da Encarnação que terá projectado o convento feminino de Santa Teresa em Coimbra<sup>50</sup>, e de Frei Luís de Santa Teresa a dar a traça para o convento do Desterro de Jesus Maria José, também feminino, em Viana do Castelo (então Viana do Lima)<sup>51</sup>.

No Brasil terá trabalhado Frei Martin de São José, mestre pedreiro presente na primeira construção de Olinda em 1686 (PONCE DE LÉON, 1997: 149). O autor refere

<sup>49</sup> *Memória da vida e morte do 10º Arcebispo de Évora D. Fr Luis da Silva Telles* (SARANTOPOULOS, 1986-97:145). Sublinhado nosso.

<sup>50</sup> Os estudos estariam já feitos em 1714, e só em 23 de Junho de 1744 entrariam as freiras no convento (DIAS, 1995: 87).

<sup>51</sup> Fundado por iniciativa do Cônego Correia Seixas, para o que D. Maria I dera a respectiva autorização em 1778, conforme documentação publicada que inclui, entre outros, a autorização do Arcebispo de Braga, D. Gaspar e de Frei João de S. Joaquim, como pareceres da Câmara e do Corregedor de Viana (COUTINHO, 1986: 24 a 35). Frei Luís de Santa Teresa trabalhou no convento entre 1780 e 1785 (D'ALPUIM, 1979:127; PINHO, 2008-2009:325).

ainda Frei Joseph, *leigo de Santa Teresa*, mestre de obra do cruzeiro do Convento do Carmo de Goiana em 1719, e autor da planta da cadeia da mesma vila em 1724, que Ponce de León considera poder tratar-se de Frei Joseph da Conceição “insigne na arquitectura civil” e “mestre de obra”, carmelita descalço que assinara um conjunto de plantas (ponte, casa da câmara e cadeia) - e, muito possivelmente, o mesmo que iremos encontrar também a fazer as “advertências” para o Convento de Olhalvo (PONCE DE LÉON, 1997: 156,157).

Mais curiosa é a referência ao irmão Frei José de Jesus Maria, carmelita descalço “leigo de capa branca” que fez o risco da Igreja de S. Martinho de Santarém em 1713, por se tratar de uma obra para uma igreja paroquial, e não para a Ordem<sup>52</sup>. Apesar de sabermos que os irmãos carmelitas *davam a traça* para obras de outros encomendadores (o caso mais notável será talvez o de Frei Alberto da Madre de Deus a trabalhar para o Duque de Lerma), obras nas quais podiam dar maior liberdade à sua imaginação, de acordo com a evolução da própria arquitectura (o que a sobriedade das regras impostas pela Ordem não lhes permitia executar para as suas obras ou, quando o faziam, geravam intensa polémica, como aconteceu com a intervenção de Frei Alonso de São José no convento de Ávila), entre nós são praticamente inexistentes as referências a este tipo de encomenda, que só voltaremos a encontrar com Frei Pedro da Conceição (1677-1745), segundo tracista da Ordem conhecido na Província Portuguesa depois de Frei Alberto da Virgem (act.1617-1651)<sup>53</sup>, cuja obra analisaremos em seguida.

À semelhança do que acontecia nas outras províncias, em Portugal também é conhecida a participação de arquitectos externos à Ordem a trabalhar em conventos e igrejas da mesma, sobretudo arquitectos reais para encomendas régias ou da esfera da Corte - o próprio Francisco de Mora (1556-1610) terá dado a traça para o

<sup>52</sup> Segundo o texto de Mário de Sousa Cardoso *Notas para a História Local. A Igreja de S. Martinho, Bispo*, escrito em 2002 para o *Correio do Ribatejo*, a igreja localizava-se onde se encontra hoje o edifício do Teatro Rosa Damasceno. Abertos os respectivos alicerces e colocada a primeira pedra em Maio de 1716, numa obra dirigida pelo mestre pedreiro Manuel Gomes, a frontaria da Igreja ficaria registada num desenho atribuído ao Cônego Joaquim Maria Duarte Dias antes da sua demolição em 1877. O autor cita para estes dados, as *Notas Avulsas* do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém do Cônego Joaquim Maria Duarte Dias, e a obra de José Campos BRAZ (BRAZ, 2000), informações que agradecemos ao investigador António Monteiro e João Loureiro. Pelo que pudemos observar no referido desenho, a fachada era constituída por três panos verticais separados por pilastras de cantaria, o central sensivelmente duplo dos laterais, sendo estes dois rematados cada um deles por uma torre sineira, numa composição em que as alusões a uma tipologia carmelitana se expressam apenas no conjunto do portal - sobrepojado por um nicho com a imagem do orago, ladeado por dois janelões, e um óculo central num registo superior. Não sabemos se se trata do desenho original, pois a igreja poderá ter sofrido alterações posteriores. E embora a tipologia das igrejas da Ordem admita a existência de duas torres (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83), a sua existência não foi pacífica, como veremos quando falarmos do convento e igreja de Olhalvo.

<sup>53</sup> Fica por apurar ainda se Frei José de Jesus Maria terá tido o cargo de tracista de Ordem.

Convento dos Remédios de Évora, fundado em finais do século XVI pelo Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança.

E, para além de Marcos de Magalhães, de que já falámos, temos Pedro Nunes Tinoco a dar a traça para os túmulos de D. Brás Teles de Meneses e de Dona Catarina de Faro Henriques, sua mulher, pais de Fernão Teles de Meneses, situados no transepto (do lado da Epístola) do Convento dos Remédios em Lisboa<sup>54</sup>, o filho João Nunes Tinoco com obras documentadas em Olhalvo e Santa Teresa de Carnide (CARVALHO, 62: 84, 85; CARVALHO, 1971: 71, 101, 102), e o neto Luís Nunes Tinoco a quem é atribuído o túmulo da Infanta D. Maria (SERRÃO, 2003: 136). De João e Luís é também, muito possivelmente, a traça inicial do Convento de São João da Cruz de Carnide (COELHO, 2018: 279). De citar anda a intervenção de Teodósio de Frias na Igreja do Convento de *Corpus Christi* em Lisboa, iniciada em 1648 (SOROMENHO, 2004), a qual viria a ser reconstruída após o terramoto de 1755 pelo arquitecto do Senado Remígio Francisco de Abreu, bem como de Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785) a traçar a *Real Basílica e Convento do Sagrado Coração de Jesus* em Lisboa, última grande construção dos Carmelitas Descalços em Portugal antes da extinção das ordens religiosas em 1834.

Estas referências confirmam o que dissemos anteriormente a propósito da dinâmica da prática da arquitectura na construção dos edifícios da Ordem, cujas traças poderiam ser elaboradas quer por arquitectos carmelitas (que por sua vez podiam ainda assinar projectos para o exterior, como veremos com Frei Pedro da Conceição), quer por arquitectos exteriores, quase sempre régios, em obras de iniciativa particular, por vontade expressa dos seus encomendadores, ou por relações familiares entre eles e os próprios carmelitas. É o caso do arquitecto régio João Nunes Tinoco (1616-1690) irmão do Carmelita Descalço Frei Pedro da Purificação, que desempenharia importantes cargos na hierarquia da Ordem (COELHO, 2018: 67,68)<sup>55</sup>.

Em qualquer dos casos vimos já também que toda a obra deveria obedecer aos princípios definidos dentro da Ordem, e escrupulosamente vigiada pelos

<sup>54</sup> Esta hipótese terá já sido colocada por Vítor Serrão. Veja-se LIMA, 2006: 323 nota 795; COELHO, 2018: 177.

<sup>55</sup> Professou no Convento dos Remédios em 13 de Maio de 1638, figurando no respectivo documento como filho do também arquitecto régio Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640) natural de Lisboa, e de Maria Ribeira de Lemos, natural de Proença-a-Nova, Priorado do Crato. Deverá ter nascido por volta de 1620, quando o pai andava a fazer o levantamento das igrejas do desse mesmo Priorado. Desempenhou os seguintes cargos relevantes dentro da Ordem: no 17º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 17.4.1660, foi eleito Prior de Figueiró (superior que era de Lisboa); no 21º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 7.5.1672, foi eleito Prior do Bussaco; no 22º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 4.5.1675, foi eleito 2º Definidor e 2º Substituto; no 25º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 22.4.1684, foi eleito 1º Sócio e Provincial. Está sepultado no Convento de Olhalvo.

seus tracistas, o que nos coloca uma questão já por nós abordada a propósito da intervenção de João Nunes Tinoco no Convento de Santa Teresa de Carnide - a do papel que terão tido os arquitectos exteriores à Ordem na construção de igrejas e conventos para a mesma. Como então afirmámos, *ao arquitecto caberia, para além de assegurar a construção de um edifício coerente com o modelo adotado pela mesma, a definição dos pormenores arquitectónicos, a gestão da obra e até mesmo, muito possivelmente, a escolha de artistas de renome para a elaboração de todo o programa decorativo, isto é, a definição da “obra total”, tarefa de primordial importância* (COELHO, 2016: 41).

Neste âmbito parece ter constituído excepção o projecto de Mateus Vicente de Oliveira para a já citada *Real Basílica e Convento do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa*, obra da iniciativa de D. Maria I (1736-1816) - como salientou Sandra Costa Saldanha, a necessária *fiscalização do projecto* por um tracista da ordem terá sido substituída pela intervenção de Frei Inácio de S. Caetano (1719-1788), carmelita descalço confessor da *Rainha a quem, juntamente com o marquês de Angeja, é dada jurisdição para decidir casos duvidosos e que ambos entenderem ser de melhor accerto na execução desta obra no caso de dúvidas ou necessidade de alterações ao projecto (...)* Neste domínio em particular, *parece-nos que Frei Inácio terá desempenhado um papel bastante mais preciso. Ciente das rigorosas normas estabelecidas pela sua Ordem para a construção dos edifícios, o carmelita não terá sido alheio ao planeamento da parte conventual, cuja opinião seria fulcral no acerto dos naturais desajustes de um arquitecto que, pela primeira vez, traçava um edifício desta natureza* (COSTA, 2004: 51).

Doado o edifício às carmelitas descalças em Fevereiro de 1781, como salientou também Sandra Costa Saldanha, o patrocínio régio terá determinado imposições que modificaram não só as normas arquitectónicas usuais na construção dos conventos dos carmelitas descalços, mas também os próprios hábitos das religiosas, impedindo que se consumasse uma vida de clausura e pobreza - expressos, entre outros, na construção de um edifício enorme com inúmeras dependências e janelas abertas para a rua; a inobservância da regra terá levado mesmo a que a madre priora, ao entrar no convento, tenha tomado a iniciativa de alterar a funcionalidade atribuída a alguns espaços. Ainda que as normas carmelitas *tenham sido pontualmente observadas, foram na generalidade violadas, quebrando princípios elementares da clausura e pobreza, fundamentais para a sua definição tipológica (...)* afastando-se claramente, *não só na forma mas também na intenção dos princípios teresianos* (COSTA, 2002).

Não obstante os grandes desvios às normas que esta grande obra de patrocínio régio representava, sabemos que no *Ordinário* celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa a 12 de Dezembro de 1785 houve necessidade de se proceder a um esclarecimento sobre o conteúdo da *Lei 2.p. Cap. 3.§.2.n.8: q. prohibe sem Liç.<sup>a</sup> por escrito do Defin.<sup>o</sup> G.<sup>al</sup> acrescentar, diminuir, ou mudar alguma couza nos Conv.<sup>tos</sup> q. se fundarem de novo: Que comprehende aos antigos, dando-se a mesma razão de não alterar arbitriam.<sup>te</sup> as plantas, e sem motivo grave<sup>56</sup>.*

Assegurava-se assim entre nós (à semelhança do que acontecia também nas outras províncias) a *sobrevivência de uma tipologia planimétrica e de fachada* a qual José Eduardo Horta Correia ao analisar a arquitectura portuguesa maneirista reconhecia já que, contrariando o que aconteceu com as outras ordens religiosas, os Carmelitas Descalços haviam definido desde muito cedo (CORREIA, 1984: 126,127).

Esta homogeneidade, resultante dos princípios de austeridade e das normas impostas pela Ordem mereceria mais tarde um interessante comentário a Gonzaga Pereira que, desconhecendo certamente a existência de uma tipologia definida para os seus conventos e igrejas, intui a semelhança entre todos eles: *Tudo o que diz respeito a plantas de templos, feitas no seculo decimo setimo, são quaze a mesma formatura; os alçados não percizão d'era; parece que os artistas herão uns imitadores* (PEREIRA, 1927: 95).

Outra pertinente questão prende-se com a formação que tinham os nossos carmelitas no âmbito da arquitectura. Apreendida e praticada (ao que parece, por uma maioria de *irmãos leigos*) no contacto com os Irmãos mais experientes, e até mesmo com os arquitectos exteriores à Ordem, não terá sido descurada também a formação teórica, como o provam as obras de Frei André de San Miguel, de Frei Juan del Santíssimo Sacramento e de Frei Joaquín del Niño Jesus. Apesar dos estudos que têm vindo a ser realizados sobre as livrarias das instituições religiosas em Portugal<sup>57</sup>, nos quais se incluem as dos Carmelitas Descalços, está ainda por fazer a análise pormenorizada dos livros que existiam nas suas bibliotecas relacionados

<sup>56</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Livro das Ordens e Decretos dos Capitulos Geraes, Deffinitorios, e de N. N. M.<sup>to</sup> RR. PP. Geraes, mandado fazer pelo Decreto seguinte fielm.<sup>te</sup> tresladado*, ms. 620, fls. 42-45 (agradecemos uma vez mais a João Loureiro a referência a este documento).

<sup>57</sup> Em especial a seguinte bibliografia: *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII* (CAMPOS, 2013) *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (GIURGEVICH, LEITÃO, 2016). De referir também as seguintes comunicações apresentadas no Congresso *Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico - História, Arte e Património* (Lisboa 2017): Fernanda Maria Guedes e Campos *Autores carmelitas na antiga livraria do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa (OCD)*; Rosa Maria Sánchez *Uma livraria ibérica? O espólio bibliográfico das Carmelitas Descalças de S.<sup>to</sup> Alberto*.



Fig. 7. Frei Luiz de Santa Tereza, folha de rosto do *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761). BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

com as artes e a prática da arquitectura, desconhecendo-se ainda também o impacto que estes tratadistas terão tido entre nós.

Desconhecida é também a obra que os Carmelitas Descalços portugueses poderão ter produzido de apoio à intensa actividade da Ordem na nossa província - até agora conhece-se apenas o *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* [Fig.7] da autoria de Frei Luís de Santa Teresa<sup>58</sup>, de quem já falámos a propósito da traça que deu para o convento feminino de Viana do Castelo. Citado por Figanière em 1841 na *Revista Universal Lisbonense*<sup>59</sup> e no *Diccionario e Bibliographico Portuguez* de Inocêncio<sup>60</sup>, é confundido por vezes com o seu homónimo, o também carmelita descalço D. Frei Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco. Embora

a grande *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* estabeleça já que estamos perante

<sup>58</sup> *TRATADO DE GEOMETRIA PRATICA, E PORTUGUEZA, No qual se trata da definição das linhas, do modo, e fôrma de traçar em o plano as Figuras Rectilineas, e Curvilineas, e de medir quaesquer Figuras tanto de corpos sólidos, como de superficies. Tudo por estilo moderno. Composto por Fr. Luiz DE SANTA TEREZA Carmelita Descalço.* Coimbra: Na offic. de Antonio Simoens Ferreira; Impressor da Universidade. Anno 1761. *Com todas as licenças necessarias.*

<sup>59</sup> *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses physicos, moraes e literários, por uma sociedade estudiosa*, nº1, 1841, "Lista de alguns Artistas Portuguezes, e de varios estrangeiros que trabalharam em Portugal, coligida de escriptos e documentos", p. 72 - J.C. de F [Jorge César de Figanière].

<sup>60</sup> (SILVA, ARANHA, 1858-1958: Tomo V, 332, Tomo XVI, 69). Ainda no século XIX aparece citado no *Catalogue of the Spanish Library and of the Portuguese Books Bequeathed by George Ticknor to the Boston Public Library: Together with the Collection of Spanish and Portuguese Literature in the General Library*. Boston, Publilibrary. Ticknor Collection, James Lyman Whitney, G. K. Hall, 1879, p. 520. Encontrámos também outras referências em: jornal *O Instituto* (vol. 53, 1909: 413), *Les mathématiques en Portugal* (GUIMARÃES, 1909: 214); *Subsídios para o estudo da flora camoniana: fruta da ilha dos amores* (VENTURA, 1936: 13); *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXVII, p. 27. Mais recentemente aparece citado também em duas teses de mestrado: na de Maria Helena Cunha de Freitas QUEIRÓS que o distingue do homónimo bispo Pernambucano (QUEIRÓS, 2007: 16 e 17), e na de Luís Miguel Martins GOMES que analisa sumariamente o seu tratado, referindo-se também aos autores nele citados, e o define como *trabalho extremamente consistente, de carácter prático, e bem referenciado nas suas influências, este manual surge como uma referência a ter em conta no panorama do conhecimento setecentista português* (GOMES, 2007: Anexo 1, 324 a 326, Figs. 242 a 246).

duas entidades diferentes<sup>61</sup>, este assunto viria a ser definitivamente esclarecido e perfeitamente fundamentado por Maria Helena Queirós (QUEIRÓS, 2007: 16 e 17).

Sabemos hoje que o Frei Luís de Santa Teresa arquitecto e tratadista, de seu nome Luís Lourenço Portela, nasceu em 16 de Outubro de 1726 na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate em Viana do Castelo<sup>62</sup>, vindo a falecer no Porto em Novembro de 1792. No Porto faria também a primeira profissão nos Carmelitas Descalços, em 30 de Maio de 1745, e todos os outros votos num percurso que terminaria com a *Profissão Solene* em 1751<sup>63</sup>.

No *Prólogo* do seu *Tratado* (que dirige ao leitor) Frei Luís de Santa Teresa é explícito sobre a intenção e possível utilidade da sua obra: escrito obedecendo a um desejo antigo, nele apresenta *algumas definições de linhas, de superfícies, e de corpos explicadas com os mesmos vocabulos de que uzaõ os Pedreiros deste*

<sup>61</sup> Vol. XXVII, p. 271.

<sup>62</sup> Luis, filho de Andre Lourenço, e sua mulher Hyeronima Rodrigues. Meus fregueses, que moram no arrabalde da Portella, nasceo aos dezasseis dias do mes de Outubro de mil, e setecentos, e vinte, e seis anos, e hoje aos vinte, e nove dias do dito mes, e anno eu o Padre Antonio Joseph de Sancto Theodoro, vigario desta Parochial Igreja de Nossa Senhora de Monserrate nella o baptizei, e lhe pus os sanctos óleos: foram Padrinhos Sebastião Luis, que mora na rua de Sancta Catharina, e Saturninha Maria de Magalhaens, mulher de João Alvres Vieira, que mora na rua de Sam Sebastiam, de que tudo o fis este termo, que comigo assignaram Sebastiam Luis, Padrinho, e João Alvres Vieira: Viana, dia, mes, e anno, ut Supra (ADB - Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Monserrate - Viana do Castelo, 1718-1731, fl. 163).

<sup>63</sup> Aos 30 de Mayo de 1745 das 3<sup>ª</sup> as 4 horas da tarde no Oratorio do S.<sup>to</sup> Professado do Porto estando prez.<sup>to</sup> a Sta Communi.<sup>do</sup> dos Irmaons mais os PP Fr. An.<sup>to</sup> de S. Joaquim, o P. Fr. Antonio da Trin.<sup>do</sup> recebeu nosso S.<sup>to</sup> habito das maons do P.<sup>o</sup> M.<sup>o</sup> Fr. Ignacio de S. Jozé o Irmaõ Luis de S.<sup>to</sup> Th<sup>a</sup> que no seculo se chamava Luis Lourenco Portella filho legitimo de Andre Lourenco natural da Frg<sup>a</sup> de Ancora, e de Jeronyma Roiz natural de Frg<sup>a</sup> de Monserrate da V<sup>a</sup> de Vianna todos do Arcebispado de Braga, Comarca de Vianna, precedendo todos os requizitos e ceremonias q mandaõ nossas Constituicoens, e Ceremonial &<sup>a</sup>. Era G.<sup>o</sup> N. M.<sup>o</sup> R.<sup>do</sup> P. Fr. Diogo de S. Rafael, P.<sup>al</sup> desta Prov.<sup>cia</sup> N. P. Fr. M.<sup>el</sup> de Jhs M<sup>a</sup> Jozé, e P.<sup>or</sup> deste Conv.<sup>to</sup> N. P. Fr. An.<sup>to</sup> das Chagas. E por assim passar tudo na ver.<sup>de</sup> fis este termo que assigney com N. P. P.<sup>or</sup>, e mais PP. Abayxo assignados. Porto 6 de Junho de 1745. Tinha de i.<sup>do</sup> 19 annos. Aprovado sucessivamente nos seis meses, um ano, e cinco anos de Noviciado, a 15 de Fevereiro e a 12 de Abril de 1751 faria os segundos e os últimos votos p<sup>a</sup> a Profissão Solene, efectuada a 10 de Junho do mesmo ano: Aos des de Junho de 1751 das 9 p<sup>a</sup> as des horas da manha no choro deste N. Conv.<sup>to</sup> do Porto ao tempo da missa do dia fés a sua proficam Solene o Ir. Luis que no seculo se chamava Luis Lourenco Filho legitimo de Andre Lourenço e de sua Mulher Jeronima Roiz naturais da V<sup>a</sup> de Vianna Frg<sup>a</sup> de N. Senhora de Monserrate Arcebispado de Braga termo e Comarca de Mesma V<sup>a</sup> de Vianna precedendo todos os Requezitos e Ceremonias q mandam nossas Constituicoens leis e Breves Pontificios ordenam. Fes a sua proficam nas maos do P. Vigario Fr. Pedro da Vizitacam na forma seguinte / Eu o Ir. Fr. Luis de S.<sup>to</sup> Th<sup>a</sup> faco a m<sup>a</sup> profecam, e prometo obediência castid.<sup>e</sup> e pobreza a Ds e a Bem aventurada sempre Virgem M<sup>a</sup> do monte do Carmo, e a N. P. G.<sup>o</sup> Fr. Niculao de Jesus M<sup>a</sup> e a seus successores segundo a Regra premetiva da dita ordem isto he sem metigacam athe a morte: Era P.<sup>or</sup> deste Conv.<sup>to</sup> N. P. Fr. Joam de Sta Thereza, P.<sup>al</sup> desta provincia Fr. Fran.<sup>co</sup> da Purificaçam e G.<sup>o</sup> N. M. R. P. Fr. Niculao de Jesus M<sup>a</sup>, e declaro que este Ir. tinha tomado o S.<sup>to</sup> habito, p<sup>a</sup> Ir. de vida activa, e o dispensou o definitorio p<sup>a</sup> que fosse de capa branca, e por asim ser na verde fis este termo que assignou o mesmo P.<sup>o</sup> Vigario com os mais Clavarios e o mesmo Ir. e se lhe intimaraõ as condiçoens que tem determinado Nossos Capitulos Geraes. E o hir p<sup>a</sup> ultramar q.<sup>do</sup> a obediencia o mandar e a tudo Respondeo que aceitava; e se lhe deu a proficam dia mes e anno ut supra, Fr. Pedro da Vizitacaõ, Fr. Bento de S. Jozé Vigario M.<sup>o</sup> de Prof.<sup>os</sup>. O Irmaõ Fr. Luis de Sta Thr<sup>a</sup>. (agradecemos ao Frei José Carlos Vechina a cedência de todos os documentos referentes às diferentes profissões do Irmão Luís de Santa Teresa, das quais transcrevemos aqui apenas uma parte).

*nosso tempo: acharàs também alguns methodos de medir áreas, circumferencias, paredes, e superficies de abobedas, e de outras mediçoens necessarias aos Mestres de obras*<sup>64</sup>.

Aprovada a publicação pela Ordem em 30 de Setembro de 1758<sup>65</sup>, a sua utilidade é também realçada nas diferentes licenças que a acompanham: a 24 de Abril de 1756, Frei Manuel do Nascimento, Qualificador do Santo Ofício, salienta a sua grande importância *maiormente nestes tempos; em que por serem muitas as obras, e se esperarem muitas; he preciso não só saber formalas, mas também saber exactamente medilas*<sup>66</sup>, opinião que não era alheia, certamente, à urgente necessidade de reconstrução provocada pelo Terramoto havido uns meses antes; na licença do *Ordinario*, o Dr. Jozé Thomaz Borges refere a *utilidade dos que por officio se occupaõ em Obras de Architectura Civil, aos quaes magistralmente dirige para o bem regulado de semelhantes Obras*<sup>67</sup>; e, finalmente, na licença do Paço, o P. M. Theodoro de Almeida da Congregação do Oratório salienta a sua importância, não só por não serem abundantes obras semelhantes, mas também pela clareza da exposição<sup>68</sup>.

<sup>64</sup> *Benevolo, e amigo Leitor, agora vejo satisfeito o desejo, que sempre tive de apresentarte este breve Tratado de Geometria, que tenho composto ajudado da doutrina, e preceitos de alguns Autores dignos de todo o credito, que suas próprias obras publicão: não te disgostes pela piquenés da obra, que posto seja limitada, nella acharás algumas definiçoens de linhas, de superficies, e de corpos explicadas com os mesmos vocabulos de que uzaõ os Pedreiros deste nosso tempo: acharàs também alguns methodos de medir áreas, circumferencias, paredes, e superficies de abobedas, e de outras mediçoens necessarias aos Mestres de obras; e para que venhas no conhecimento dellas com menos difficultade, primeiro te dou as regras, e depois te explico o modo de executalas, assim em pratica, e demonstraçoens, como por algarismo, para que por este modo reconheças a certeza das obras, que intentares medir; e se elle não estiver conforme o teu desejo, peço-te que attendas ao fim, e à mente do Autor, que não he outra mais do que dár alguma luz aos modernos; e sem considerares o toscos do estilo, o honres benignamente; porque se assim o fizeres, sendo tu o honrador, e eu o que recebo a honra, pela tua parte se suprirão todos os defeitos, que nelle houverem, e eu agradecido rogarei a Deos, te guarde, &c.*

<sup>65</sup> Sendo Provincial João da Assunção no Colégio de Braga, e Secretário Fr. Manuel de S. João Evangelista.

<sup>66</sup> *Licença do Santo Oficio - Nelle ensina o seu Autor o modo de traçar em o plano as figuras rectilineas, e curvilíneas, e a medir quaesquer figuras assim de corpos solidos, como de superficies com grande utilidade do publico: maiormente nestes tempos; em que por serem muitas as obras, e se esperarem muitas mais; he preciso não só saber formalas, mas também saber exactamente medilas, para se evitar todo o prejuizo de terceiro. Frei Manoel do Nascimento, Qualificador do Santo Oficio, S. Domingos aos 24 de Abril de 1756.*

<sup>67</sup> A 25 de Maio de 1759, após citar vários géometras e acabar com referências a Azevedo Fortes, Campos e Monteiro, escreve: *Dos três ultimos, que são Portuguezes, se fez benemerito discipulo o Autor, escrevendo esta Geometria Portugueza, que comprehendendo o mais util, que esta sciencia tem, como Pratica, igualmente contém, e com facil, e bem ordenada diggestão os fundamentos da Elementar, que são precisos para se reduzirem à praxe as regras theoricas, das quaes deduz Proposiçoens, Demonstraçoens, e preceitos methodicos fundados nos principios dos primeiros elementos, e accommodados à percepção, e utilidade dos que por officio se occupaõ em Obras de Architectura Civil, aos quaes magistralmente dirige para o bem regulado de semelhantes Obras: prescrevendo-lhes juntamente os methodos mais exactos de medir áreas, circumferencias, paredes, superficies de abobedas e quaesquer mediçoens, que sejaõ necessarias para completo dezempenho da sua profissaõ: O A he benemerito de todo o louvor, e a sua composiçõ Geometrica digna de luz publica.*

<sup>68</sup> *Antes do julgo, que na occsiaõ presente será muy conveniente, que se dê à Estampa; porque não tem os nossos muitos livros na língua materna por onde possaõ estudar esta importantissima sciencia. Tem*

Organizado em XIV capítulos, os primeiros são dedicados a noções de Geometria Elementar, e os seguintes a regras de medição (de superfícies e sólidos) e a problemas de condução de águas, terminando com um capítulo especial sobre a medição de paredes, abóbadas, telhados e azulejos, As explicações são complementadas com nove estampas com desenhos de Geometria, gravadas em cobre.

Muito interessantes são os comentários que vai tecendo ao longo de todo o Tratado, não só pelas obras dos autores que cita - como o Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749)<sup>69</sup>, Valério Martins de Oliveira (1695-?)<sup>70</sup> e Frei Lorenzo de San Nicolás - demonstrando não só conhecimentos actualizados de engenharia e construção, mas revelando também aspectos relacionados com a sua própria prática profissional. O Tomo I do *Engenheiro Portuguez* de Manuel de Azevedo Fortes, dedicado à *Geometria Practica*, é citado logo no Capítulo V “Das medidas famozas, conforme o uso antigo”: *medidas e repartições, que agora vamos a descrever, são as que havemos de seguir, e observar, por ser methodo moderno, achado por Manoel de Azevedo Fortes, em contemplação da Aritmetica dizimal*. Este autor aparece também citado nos capítulos VII, VIII e XII, respectivamente a propósito da medição das áreas dos ovados, das superfícies côncavas das meias laranjas [Fig.8], e do método para calcular a altura de uma torre com o uso de um espelho [Fig.9] (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761: 48, 82, 87, 125, 176, estampas 5 e 7). No Capítulo XIV, *no qual se trata da quantidade de materiaes, que leva uma braça de parede; a de abobeda, a do telhado e a de azulejo; e explicaõ-se algumas duvidas, que se podem offerecer, nas mediçoens das paredes, quando nellas há portas, janellas, ou arcos* refere ter-se valido da autoridade de Valério Martins de Oliveira *por ser de hum Architecto da Corte a quem se deve toda a atençaõ* (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761: 197).

O terceiro autor citado, Frei Lorenzo de San Nicolás é, quanto a nós, da máxima importância pelo que ele representa no contexto da tratadística que mais influenciou a arquitectura dos Carmelitas Descalços: o seu Tratado *Arte y uso de la Arquitectura* publicado no século XVII constituiu uma obra teórica de referência no seu tempo para arquitectos, bem como para todas as ordens religiosas<sup>71</sup>. A par de

---

*boa digestão no methodo, clareza nas demonstraçoens; e ainda mayor facilidade da praxe deixada a especulaçaõ que muitas vezes he superflua.*

<sup>69</sup> O *Engenheiro Portuguez. Tomo I Que comprehende a geometria practica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares; e no Apendice a trigonometria rectilinea* (FORTES, 1728).

<sup>70</sup> *Advertencias aos Modernos, que aprendem o Officio de Pedreiro e Carpinteiro* (OLIVEIRA, 1739).

<sup>71</sup> Veja-se *supra*, nota 31.

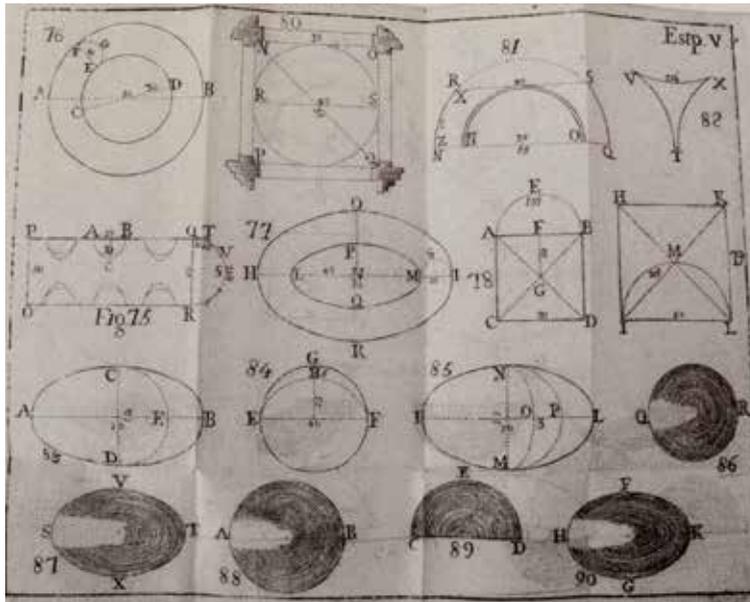


Fig. 8. Frei Luiz de Santa Tereza, *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761), estampa 5. BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

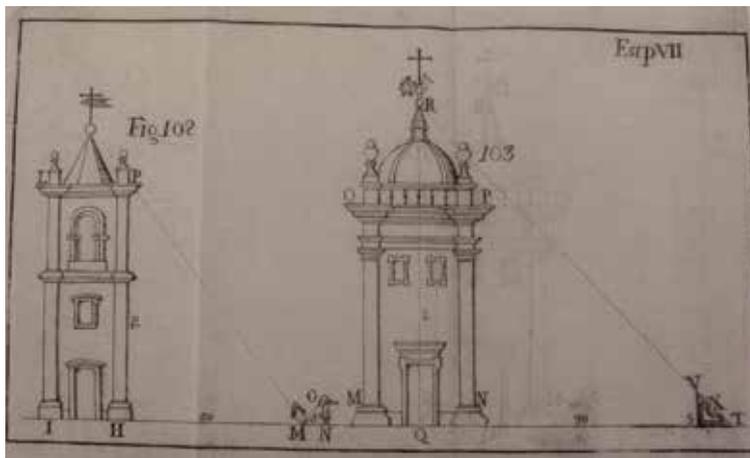


Fig. 9. Frei Luiz de Santa Tereza, *Tratado de Geometria Prática e Portuguesa* (1761), estampa 7. BNP S.A. 2881 P. Foto de Teresa Campos Coelho.

instruções sobre a construção de ovados e da medição de abóbadas, como fez com os outros autores, a principal citação da obra de Frei Lorenzo (referente à I Parte do seu Tratado) é feita por Frei Luís de Santa Teresa no Capítulo XIII, “No qual se trata de como se devem reconhecer as alturas dos montes, e elevação das aguas, quando estas se querem conduzir de hum lugar para outro, e também como se deve repartir a manilha da agua em partes iguaes”: *he este instrumento taõ certo como infalivel, e atrevo-me a confessar esta verdade, porque já a experimentei em hua obra de agua, a qual assisti na Cidade de Braga, a qual agua hia encanada 20 palmos por*

baixo do chaõ, e encaminhada para o meu Cõvento do Carmo, que temos naquella Cidade (SANTA TEREZA, O.C.D., 1761:180). Esta afirmação, para além de confirmar a influência que Frei Lorenzo continuava a exercer na arquitectura carmelitana em meados do século XVIII, revela-nos ainda a participação de Frei Luís de Santa Teresa a trabalhar em obras no Convento de Braga<sup>72</sup>.

Embora no *Dicionário de Inocência* o Tratado de Frei Luís de Santa Teresa venha descrito como *livro pouco vulgar, e ainda menos procurado* (SILVA, ARANHA, 1858-1958: Tomo V, 332; QUEIRÓS, 2007: 16) cremos que, em virtude da estrita regulamentação sobre as construções carmelitanas e da sua actividade como arquitecto<sup>73</sup>, ele terá tido a máxima importância dentro da própria Ordem - quanto mais não fosse, a importância que tem ainda hoje vem-lhe do facto de ser, até agora, o único tratado de arquitectura que se conhece escrito por um carmelita descalço português.

<sup>72</sup> Sabemos pelo Tomo IV das *Crónicas* que o abastecimento de água ao Convento do Carmo de Braga foi uma questão que preocupou os carmelitas desde a sua fundação em 1653, à semelhança do que terá acontecido com todos os outros conventos. Em 1672, o Arcebispo de Braga D. Veríssimo de Lencastre (1615-1692), concede-lhes a mercê de meio *anel de água*, sendo então construído o Chafariz dos Penedos: *Sem embargo da resposta do senado, mando se cumpra o nosso despacho: tendosse por certo, que não faltará á cidade a agoa necessaria com a que se dá aos religiosos, e sem milagre sucederá assim se se atalhar o de virtimento, que se faz della para outras pessoas; e não seja necessaria outra ordem nossa para se fazer este beneficio aos religiosos. Guimaraens 30 de Agosto de 1672 D. V. Arcebispo Primaz, Uma Provisão de 3 de Janeiro de 1725 (confirmada em 25 de Setembro de 1737), sendo Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Telles (1644-1728), autorizava o encanamento da água desde o chafariz até ao convento, para o que seria necessário vencer a resistência de alguns proprietários dos terrenos por onde passava, nomeadamente de António Francisco da Eyra: *Para o supprir se recorreo segunda vez á protecção do arcebispo, o qual ouvidos os pareceres do Senado, e do procurador geral da mitra, ordenou, como Senhor de Braga, se fizessem os aquedutos pelo casal da Eyra, obrigandosse o convento a pagar as perdas, e danos, que daqui se seguissem aó seu possuidor. Julgou elle mais conveniente vender a terra necessaria para os aquedutos; como effectivamente se concluiu.* Os problemas com o abastecimento de água persistiriam e novas dificuldades teriam que ser superadas já no tempo de D. José de Bragança (1703-1756), eleito Arcebispo de Braga em 1739 (e consagrado em 1741): *Coroou a obra sua alteza real, o serenissimo Senhor D. José, em favorecer o Carmo de Braga á nenhum segundo; porque comprando hum bom prior outro annel de agoa, que apparecera perto da igreja de S. Vicente, não só ordenou que o não tirassem com poços, e contraminas muytos que o pertendião fazer; mas permittio a conduzissimos pela rua dos Chãos de Sima, contra a vontade dos seus moradores; e muyto mais dos reverendos padres Augustinianos, os quais não obstante verem que os nossos aquedutos vinhão mais á flor da terra, do que os seus, se atreverão com escandalo da cidade a embargar a obra. Correo o pleito com bastante obstinação: não houve pedra que elles não movessem para atrahir os ministros a seu favor; mas por fim decahirão com vergonha sua, e contentamento de todos aquelles, que havião formado idéa da sua pouca, ou nenhuma justiça. Não se derão os padres do Carmo por offendidos deste procedimento bem alheio da verdadeira amisade: antes pelo contrario conservarão sempre / e conservão ainda hoje / aquella harmonia, que hé propria das corporações religiosas (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XI Cap. XXII, 361 a 364). Tendo em atenção os seus dados biográficos, a intervenção de Frei Luís de Santa Teresa na condução das águas ao Convento do Carmo de Braga terá ocorrido na campanha de obras executada no tempo em que foi Arcebispo D. José de Bragança (1739/1741-1756).**

<sup>73</sup> Frei Luís de Santa Teresa terá sido certamente um dos tracistas da Província Portuguesa que sucedeu a Frei Pedro da Conceição (1677-1745), de que a seguir nos ocuparemos.

## Apontamentos para uma biografia do tracista Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Carmelita Descalço

Embora escassos os elementos de que dispomos sobre a vida e obra de Frei Pedro da Conceição eles são, no entanto, de grande importância por se referirem a um dos poucos tracistas da Ordem, a par de Frei Alberto da Virgem (act.1617-1651), que conhecemos a trabalhar em território nacional. Com uma actividade documentada entre 1713 no convento masculino de N.ª Sr.ª do Carmo de Viana do Lima (actual Viana do Castelo) e 1745 (a dar um parecer para a Igreja dos Terceiros em Braga) conseguimos apurar na documentação dos Carmelitas Descalços dados que nos permitem deduzir alguns traços biográficos. Na realidade, nela conseguimos identificar quatro religiosos carmelitas descalços com o mesmo nome, dois de coro e dois leigos: Frei Pedro da Conceição, natural de Lisboa, que professou em 10 de Julho de 1585 e faleceu em Salamanca em 1628<sup>74</sup>; Frei Pedro da Conceição, natural de Vilarinho na Lousã, que professou a 27 de Dezembro de 1704 e faleceu em Évora em 1711<sup>75</sup>; Irmão Pedro da Conceição que nasceu em 1677 no Luso (Mealhada), professou nos Remédios em 1699, e morreu em 1745 em Braga<sup>76</sup> e, finalmente, Irmão Pedro da Conceição que nasceu em 1729 em Braga, professou nos Remédios em 1756 e morreu em Cascais em 1796<sup>77</sup>.

Cruzando estes dados com os que temos relativos à sua actividade, documentada entre 1713 e 1745, como vimos, Frei Pedro da Conceição de que aqui falamos foi, sem dúvida alguma, o que nasceu em 1677 no Luso (Mealhada)<sup>78</sup>, professou nos Remédios de Lisboa em 1699 e veio a falecer em Braga em 1745, uma vez que

<sup>74</sup> *Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas, Em que se faz memoria de N.N. P.P. Geraes, e Diffinidores Geraes Superiores à dita Provincia: dos Provinciaes, Vizitadores Ultramarinos, e Piores, e dos Capitulos Geraes, em que forão eleytos: dos Procuradores Geraes, Secretarios, Supriores, Mestres de Professos, e de Noviços co[m] seus Ajudantes: dos Leytores, Substitutos, e Passantes: dos Religiosos, que professarão; dos que entrarão em cada Curso d'Artes; dos que tem sido Conventuaes em Bussaco; dos Filhos da mesma Provincia, que fallecerão dentro, e fora della; das fundaçoens de seus Conventos; e finalmente dos Capitulos Provinciaes, e dos Deffinidores, Socios e Substitutos, que nelles se nomearam* Coimbra: 1748. Tomo I, Profissão nº 5. BNP, Secção de Reservados, Códice 8207.

<sup>75</sup> *Chronologia da Provincia De S Felippe...*, ob. cit., Tomo III, Profissão nº 998. BNP, Secção de Reservados Códice 8209.

<sup>76</sup> Irmão nº 1084, segundo a informação dada por Frei José Carlos Vechina (a quem agradecemos, uma vez mais), que a retirou do *Livro de defuntos de toda a Congregação de Espanha de Carmelitas Descalços*.

<sup>77</sup> Irmão nº 1792, *Livro de defuntos de toda a Congregação de Espanha de Carmelitas Descalços de N.ª S.ª de S. José*.

<sup>78</sup> Baptizado pelo padre Manuel Fernandes Esteves, no dia 10 de Outubro de 1677, na igreja paroquial de Luso, filho de Pedro Fernandes e de Ana Fernandes do Luso da Serra. Foram padrinhos Pedro Sueros de Cáceres e a mulher de António Fernandes Malícia. ADA - Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Luso, 1625-1765 (agradecemos a Miguel Portela a cedência deste documento).

nenhum dos outros se enquadra no espaço cronológico referido pelas obras que assinou. Infelizmente não dispomos também de outros elementos que possam juntar mais alguns esclarecimentos pois, na documentação até agora conhecida, dos *Livros de Profissão*, e nos quatro Tomos manuscritos da já citada *Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas...*, que fornecem dados apenas até 1748<sup>79</sup>, não localizámos a profissão dele.

Admitindo assim que o nosso *tracista* nasceu em 1677 e professou com 22 anos em 1699, a primeira obra que se lhe conhece (intervenção em 1713 no convento masculino de Viana do Castelo, fundado em 1617), ela terá sido efectuada quando contava 34 anos de idade e 14 de profissão - lembramos que Muñoz Jiménez refere que a partir dos casos que estudou em Espanha, sete anos e meio é o tempo que medeia entre a tomada do hábito regular (cerca dos vinte e um anos) e a execução de uma primeira traça conhecida, aos trinta e seis anos, média que depois de ponderada, pode baixar para os vinte e oito anos e meio (MUÑOZ JIMÉNEZ, 2014: 355). Pelo exposto, o trajecto de Frei Pedro da Conceição (1677-1745) enquadra-se perfeitamente nestes parâmetros, mesmo que seja detectada uma outra intervenção sua anterior a 1713.

A principal informação que dele nos chegou até hoje é-nos dada sobretudo pelos desenhos que traçou (todos eles aguarelados e a cores) quer para a Ordem (o que exigia um domínio da normativa e características da organização funcional da mesma), quer para entidades a ela exteriores, os quais nos revelam também conhecimentos profundos de arquitectura e engenharia, nomeadamente no que diz respeito a técnicas construtivas e materiais. As legendas e memórias descritivas constantes dos mesmos (alterações em conventos anteriormente traçados, ou até mesmo construção de raiz), permitem-nos contextualizar um pouco melhor a sua obra, a qual passaremos a analisar a partir desses mesmos desenhos e apontamentos, informados por outra documentação e também, sempre que o acharmos oportuno, pelo testemunho dos cronistas da Ordem - fontes deveras importantes pela descrição que fazem das diferentes etapas e respectivas campanhas de obras, bem como dos possíveis intervenientes, em especial artífices e encomendadores.

Em 1713 Frei Pedro da Conceição traçava as alterações do já citado convento masculino de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Carmo em Viana do Castelo: arco e cano para condução

<sup>79</sup> *Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas...*, ob.cit. BNP, Secção de Reservados, Códices 8207-8210.

de água ao convento junto do seleiro e acrescentamento da zona do refeitório, de acordo com os apontamentos constantes das plantas que repetiu em 1725, por se terem perdido as originais. Era então prior em Viana Frei Guilherme de Jesus Maria.

Para entendermos melhor o contexto da intervenção de Frei Pedro da Purificação teremos de recuar à fundação deste convento e analisar um pouco a sua evolução. Fundado em 1 de Julho de 1618 numas casas situadas na Rua da Bandeira, doadas por Francisco Jácome do Lago, assume especial interesse a notícia que nos deixou Frei Belchior de Santa Ana no Tomo I das *Crónicas* que, numa rara descrição, nos ajuda a entender como nos primeiros tempos as casas doadas aos Carmelitas Descalços poderiam ser adaptadas a convento<sup>80</sup>.

A exiguidade das instalações fez com que se pensasse fundar ali ou noutra local um novo convento e, já no tempo do Padre Fr. António das Chagas foi chamado Frei Alberto da Virgem, tracista da Ordem que, perante as possibilidades de escolha de outro espaço ali perto<sup>81</sup>, se decidiu pelas casas disponibilizadas pelos Mendonças, sendo lançada a primeira pedra do novo convento em 16 de Julho de 1621. Em 8 de Maio de 1625 encontravam-se já os Irmãos nas novas instalações e, em 20 de Julho de 1647, era por fim colocado o Santíssimo Sacramento na nova igreja<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> ...constavam de uma casa sobradada em que se acomodou a igreja tirando as traves e o sobrado das duas partes dela e deixando a terceira como estava para servir de coro alto: de umas casas térreas que ficavam por detrás da outra fizeram-se o refeitório e a cozinha. Noutra casa do sobrado repartida em sala, câmara e cozinha acomodaram-se as celas nos altos e a despensa com repartimentos de tabuado: nos baixos ficaram a sacristia e outras oficinas: tudo tão estreito e pobre como pode entender o que considerar um convento formado, metido nos estreitos limites de umas casas (...). Para alívio do encerramento em lugar tão apertado tinham os religiosos um quintal que ao comprido seestendia uma boa distância; mas era tão estreito que não excedia a sua largura à das casas que tinham pouca (SANTA ANA, OCD, 1657: Cap. X, nº 647).

<sup>81</sup> De acordo com o mesmo cronista, os Carmelitas puderam escolher entre as casas oferecidas por Miguel da Rocha situadas na mesma Rua da Bandeira (casas com boa cerca, ou ainda por um campo pouco distante delas) e as casas oferecidas pelos Mendonça, tendo Frei Alberto da Virgem optado por estas últimas.

<sup>82</sup> Igualmente interessante é a descrição que Frei Belchior de SANTA ANA nos dá também da construção e evolução e que o novo convento foi sofrendo, num processo permanente de alteração dos espaços: *Continuou com a obra com tanto cuidado que quando acabou de ser prior em Junho de mil seiscentos e vinte e dois tinha levantado até à flor da terra os alicerces de sete celas do dormitório grande pela parte que cai para o rio e o de três celas do quarto do meio dia gastando na obra e na compra do sítio oitocentos mil reis, duzentos dos quais deu- lhe de esmola com beneplácito da sua comunidade e a licença do nosso padre geral o padre prior de Lisboa Fr. Agostinho do Santíssimo Sacramento; os outros grangeou de esmolas e de seis missas quotidianas que as casas da província lhe davam. Com as esmolas destas três missas e muitas outras que lhe fizeram a câmara e benfeitores particulares acabou o Padre Fr. Simão dos Anjos as sete celas começadas do dormitório grande e fez seis no do meio dia, três no de baixo e três no alto; fez mais a escada, a rouparia, a chaminé, a varanda do sol e outras oficinas necessárias com que a casa ficou capaz de receber os religiosos com mais comodidade que tinham onde estavam; e assim mudou-os para ela no dia da gloriosa Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo 8 de Maio de mil seiscentos e vinte e cinco. Acomodou a igreja onde hoje é o refeitório e este pôs na casa que agora serve de despensa. Continuando com as obras levantou as paredes da parte do dormitório grande que estava por fazer até à altura das primeiras traves gastando em tudo três mil cento e setenta cruzados, soma que mostra bem a*

Alterações ditadas por variados factores, nomeadamente as relacionadas com a adaptação do espaço conventual às necessidades da vida da comunidade, determinariam uma nova campanha de obras no final do século XVII, já depois da descrição feita por Frei Belchior de Santa Ana<sup>83</sup>.

O abastecimento de água ao convento terá sido também uma preocupação que só viria a ser solucionada no início do século XVIII, na qual encontramos já documentada a intervenção de Frei Pedro da Conceição. Como testemunha Frei Manuel de S. Bento no Tomo IV das *Crónicas*, a 19 de Junho de 1659 o Prior Fr. António do Santíssimo Sacramento tomaria posse de uma fonte que Bernardo Velho Lobo possuía junto à sua quinta nas faldas do monte de Santa Luzia e doara ao convento. O Padre Prior começaria então, de imediato, uma obra que *consistio ella em formar canos, que levassem a dita agoa de hum lugar tão distante até o mais intimo do convento; sendo necessario atravessar quintas, campos, e estradas, e ainda mesmo desmontar e quebrar rochedos: e sobre tudo sendo necessario conseguir licenças da camara, e dos senhorios particulares, para se fazer licita, e validamente tal condução (...). Passados quasi cincoenta, e trez annos desde a posse da mesma fonte, começou a sentirse alguã diminuição nas suas correntes* (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 646 a 648). E prossegue o mesmo cronista esclarecendo como se solucionou o problema: em 1712, andando a caçar perto da capela de Santo André um religioso de S. Domingos *afeiçoado aos padres do Carmo*, encontrou uma mina de abundante água, o que logo comunicou ao convento carmelita, pelo que o Padre Prior pediu e obteve do Senado da Câmara licença para tomar posse da referida mina. O cronista dá-nos ainda outras importantes informações: *Feitas,*

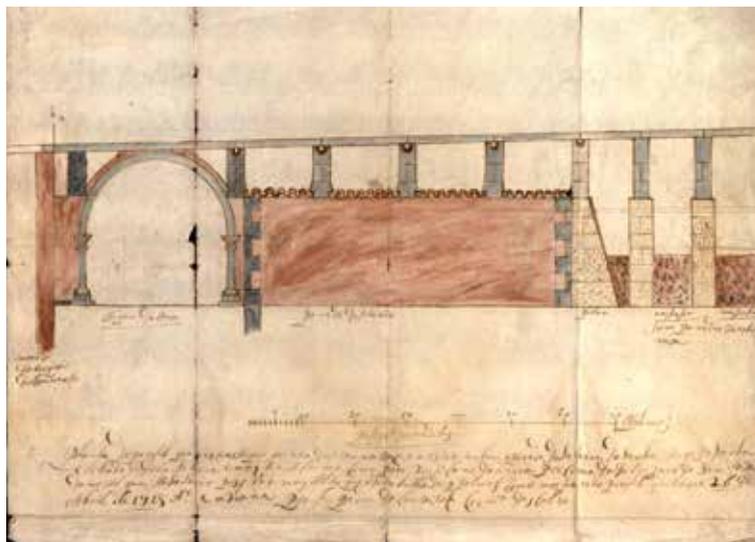
---

*grande caridade que usaram sempre connosco os moradores de Viana: é bem que nesta memória estampe também o agradecimento da religião. Fr. André da Anunciação acabou-lo de todo e acomodar melhor a casa com fazer o refeitório onde estava a igreja e pôr esta no que é hoje a sacristia e ante-sacristia e o lavatório. Causa estas mudanças nas casas dos pobres a falta das posses para fazerem tudo o que é necessário. Cada qual dos priores seguintes foi adiantando as obras com esmolos que nunca lhes faltaram (de tudo faremos adiante menção) até que o Padre Fr. Rodrigo da Encarnação com despesa de três mil e quinhentos cruzados pôs a igreja no estado de se colocar nela o Santíssimo Sacramento no dia do nosso padre e santo profeta Elias a 20 de Julho de 1647 como diremos no tal ano. Depois o padre prior Fr. José de Santa Teresa no sítio que occupava a igreja velha fez a sacristia, lavatório e ante-sacristia que são das melhores da província* (SANTA ANA, OCD, 1657: Cap. X, nº 647 e 648).

<sup>83</sup> Conhecemos as alterações efectuadas entre 1692 e 1694 que dizem respeito à construção do claustro (de 5 arcos por lanço, sendo o central aberto) e instalações à volta do mesmo, alterações essas aprovadas em Abril de 1694 por Frei Alberto da Madre de Deus, Geral da Ordem (homónimo do importante arquitecto da primeira metade do século XVII). Agradecemos a Frei José Carlos Vechina as informações e desenhos que nos disponibilizou há já algum tempo (integrados no conjunto de documentos deste convento que tem em organização) e ao investigador João Loureiro que os transmitiu, referentes a esta campanha de obras, bem como os referentes aos desenhos que Frei Pedro da Conceição, tracista da Ordem, elaborou em 1713, que a seguir analisaremos. A campanha de obras de finais do século XVII abordaremos num outro trabalho, e num outro contexto.

*e aperfeiçoadas as minas, cuidou logo o P. Fr. Guilherme de Jesus Maria, prior, que então era do convento, em mettela nos aquedutos da primeira, para que junta com esta, servisse aos mesmos fins. Em memoria deste beneffficio, que se attribuiu ao grande patriarcha S. Domingos, e em correspondencia aó affecto com que seus illustres, e esclarecidos filhos, honrarão em todo o lugar; e tempo aos carmelitas descalços; principiarão estes a convidallos para as festas de nossa santissima matriarcha, e do nosso, grande protector S. Joze, e para jantar no mesmo refeitorio: convidação, que longe de dinuir (sic) a nossa obrigação, a augmenta cada vez mais, pois aquelles religiosissimos padres cordeamentos (sic) de Santa Theresa, nos convidão tambem para as suas festas do santo padre, e do doutor angelico dandonos no coro, e no refeitorio a preferencia a todos os seus hospedes (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 648 a 650).*

O texto de Frei Manuel de S. Bento ajuda-nos a contextualizar a intervenção de Frei Pedro da Conceição, contemporânea dos factos acima descritos, e a explicar os desenhos por ele elaborados - logo em 26 de Abril 1713 o tracista desenha um perfil do aqueduto que passando sobre o celeiro de Jorge Pessanha e do arco da rua conduziria a água à cerca do convento, nele determinando também a constituição dos respectivos muros **[Fig.10]**<sup>84</sup>. Este desenho seria completado por outro alçado



**Fig. 10.** Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Perfil do Aqueduto. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1040. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

<sup>84</sup> Legenda: Muro da cerca do Convento / Arquo da Rua / parede do seleiro / pilar / em sossa / em sossa / sam paredes do extremo. Muro da cerca do Convento / Arquo da Rua / parede do seleiro / pilar / em sossa / em sossa / sam paredes do extremo. O desenho tem escala (petipe das medidas) de 0 a 70 palmos. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1040).

do arco da rua (agora tomado do sentido oposto) [Fig.11]<sup>85</sup>, bem como pelo da fonte nova então construída [Fig.12]<sup>86</sup>. Este deverá ter sido feito para a fonte pública situada na Rua da Bandeira a pedido dos seus moradores, o que foi cedido pelo convento enquanto este assim o entendesse, como cita também Frei Manuel de S. Bento que não poupa elogios à arquitectura do aqueduto: *Quasi todos prelados que se, seguirão ao P. Fr. Guilherme de Jesus Maria gastarão muyto com esta agoa, já para defendella dos emulos, como para conduzilla com mais segurança. Entre todos levou a preferencia o P. Fr. Francisco da Purificação, o qual sendo prior do convento, a encanou em aquedutos de pedra vazados, com arcos de pedra de cantaria tão magnificos que mais parecem obra de hum principe, do que de huã comunidade religiosa. Pelos mesmos arcos entra na cerca por sima do*

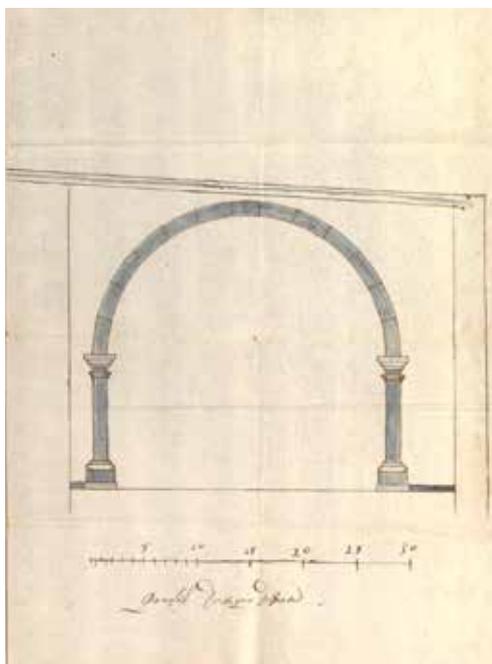


Fig. 11. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Arco da Rua. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1044. Legenda: Prefill do Arco da Rua. O desenho tem escala de 0 a 30 palmos. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).



Fig. 12. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Fonte Nova. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1043. Legenda: Planta do Arco da fonte /prefil p.<sup>a</sup> a fonte nova O desenho tem escala de 0 a 20 palmos. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

<sup>85</sup> Legenda: *Prefill do Arco da Rua*. O desenho tem escala de 0 a 30 palmos. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1044).

<sup>86</sup> Legenda: *Planta do Arco da fonte /prefil p.<sup>a</sup> a fonte nova* O desenho tem escala de 0 a 20 palmos. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1043).

muro, no nivel das janellas das cellas, por onde corre em canos de chumbo athé a varanda. A qui esta huã magnifica fonte em huã columna, que medêa entre as muytas, que compõe a varanda, e della se reparte para hum soberbo xafariz, que está no claustro, e para todas as officinas, sem ficar alguã que não participe da mesma agoa. Ainda que já está muyto diminuta para o que foi aó principio, ella chega com tudo para o sima referido, e para huã fonte publica, que se dá para a Rua da Bandeira, para onde sahe da pia da sacristia. Esta fonte pedirão na os moradores da ditta rua, e se lhes concedeo somente em quanto os religiosos quizessem. Disto se fez escriptura publica em 23 de Dezembro de 1713 (S. BENTO, O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 651)<sup>87</sup>.

Da mesma campanha de obras traçada por Frei Pedro da Conceição para este convento em 1713 fazem ainda parte as plantas (primeiro e segundo pisos) referentes às alterações no sector onde se situava o refeitório e cozinhas, plantas estas novamente realizadas em 9 de Julho de 1725 por se terem perdido as originais, como refere o próprio tracista na legenda [Fig.13]<sup>88</sup>.

Na *Primeira Planta* [Fig.14]<sup>89</sup> estão traçados o aumento do

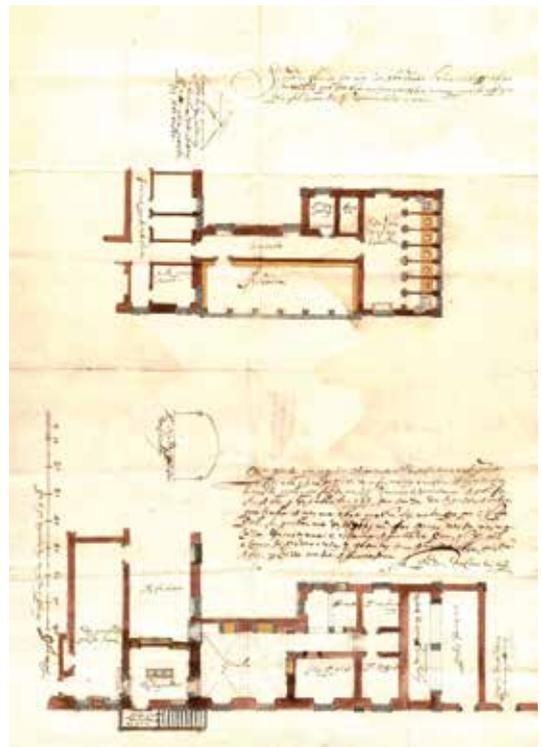


Fig. 13. Plantas do 1º e do 2º Pisos do sector do refeitório e cozinha. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1 e 2. (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Bragal).

<sup>87</sup> Sublinhado nosso.

<sup>88</sup> *Primeira e Segunda* plantas, traçadas numa mesma folha. Apesar destas alterações estarem projectadas desde 1713 a própria legenda (que refere que *escuza outra aprovasam* por terem sido anteriormente aprovadas pelo Padre Geral) leva-nos a pensar que elas só seriam realizadas em 1725. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1 e 2).

<sup>89</sup> Legenda; *Primeira planta que mostra o Acrecentam.<sup>10</sup> do refeitório e esfreguador e Cozinha e Caza de peixe e emfermarias e no fim As loges do officio homilde que he o que faltava a N. Convento de viAnna a qual fis eu a oje 9 de julho de 1725 por cauza de se perder A outra que tinha A mesma obra que eu fis no tempo que o N. P.º P.º fr. Guilherme de Jezus M.º foi prior nesta mesma caza de vianna e estava Aporvada por N. P.º g.º e como se perdeo estas 2 plantas tem A mesma obra pois eu a fis escuza outra Aprovasam (a) Fr. Pedro da Comceição. [Pormenor na margem esquerda] Para se medir Abobeda da Cozinha. Esta Primeira Planta foi já publicada por Miguel Portela (PORTELA, TEIXEIRA, 2017: 190, Fig.3). ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo* (PT/UM-ADB/MON/CNSCVCT/C49-1032-1) - (excerto).*

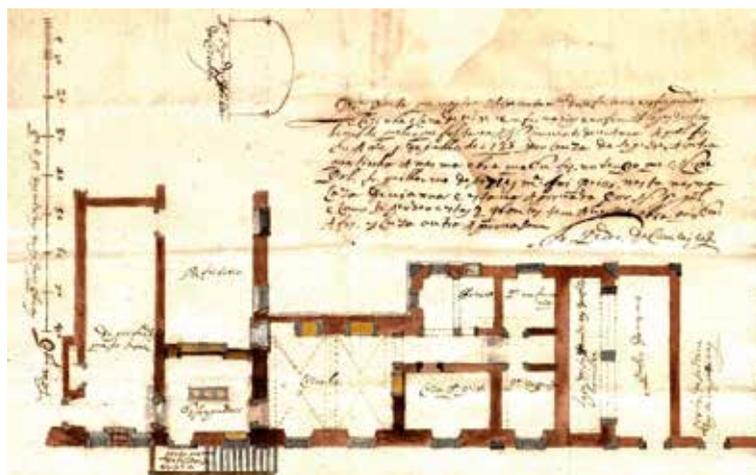


Fig. 14. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Primeira Planta. ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo, PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-1 (Excerto). (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

refeitório, cozinha e outros espaços de serviço a eles anexos (*esfreguador, casa de peixe*), enfermarias e *Oficio Homilde* (vulgo latrinas). Na margem, um pequeno apontamento desenhado em corte explica como deverá ser a abóbada da cozinha. Na *Segunda Planta* [Fig.15]<sup>90</sup> estão representados os espaços situados no piso superior, imediatamente acima dos anteriormente citados, nomeadamente a *varanda*. O desenho tem também na margem esquerda um pequeno apontamento para a construção das asnas da cobertura.

Como refere Frei Pedro da Conceição nas legendas, as obras contempladas nestes desenhos *era o que faltava ao Nosso Comvento de Viana*, vindo completar um ciclo de alterações iniciadas logo com a própria fundação, e ditadas pela evolução e necessidades da vida conventual.

Em 1719, seis anos depois da intervenção por si iniciada no convento de Viana, Frei Pedro da Conceição traçava as alterações ao convento masculino de *Nossa Senhora dos Remédios de Évora*, fundado ainda no século XVI, mas com um projecto posterior (início do século XVII) atribuído a Francisco de Mora (1553-1610).

A planta então traçada por Frei Pedro [Fig.16]<sup>91</sup> foi já publicada e analisada (MONTEIRO, 2011: Fig.3; TERENO, MONTEIRO, 2016: Fig.3 e 4)<sup>92</sup>. Nela está desenhado

<sup>90</sup> Legenda: *Segunda planta que mostra A baranda e o tranzito p.<sup>a</sup> o officio homilde que tonbem no fim o mostra e o mais que ella espliqua pois faltava ao N. Comvento de via<sup>a</sup>na.* [Na margem esquerda] *Medidas das madeira e como ham de ter As Asnas P.<sup>a</sup> esta obra quanto diz A baranda [espaços indicados nesta segunda planta]: tranzito que ja esta feito / salla que oje serve / Baranda / P.<sup>a</sup> despejos / chamine / Caza libre do officio homilde.* ADB, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo (PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-2) - (excerto).

<sup>91</sup> Câmara Municipal de Évora (PT/AMEVR/CME/M/H/015).

<sup>92</sup> Estas autoras transcreveram (em ortografia actualizada) também as principais anotações constantes da planta. Optámos fazê-lo agora com a ortografia original: *Planta alta para o dormitório que se detremina*

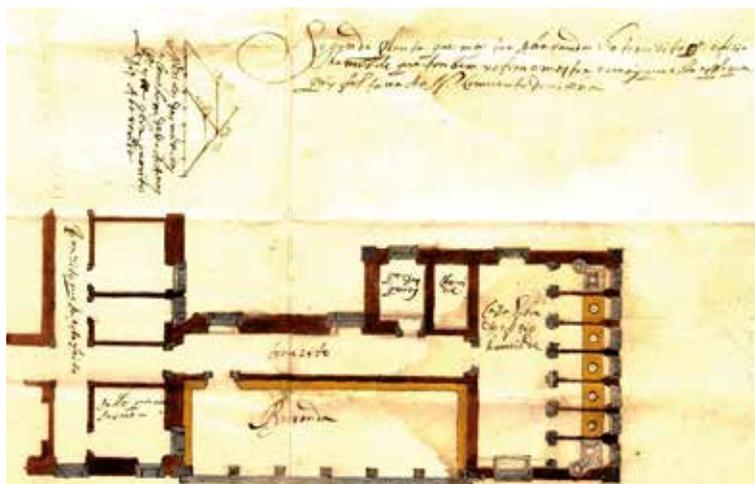


Fig. 15. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Segunda Planta*. ADB, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Viana do Castelo*, PT/UM-ADB/MON/CNSC-VCT/C49-1032-2 (Excerto). (Direitos da imagem: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga).

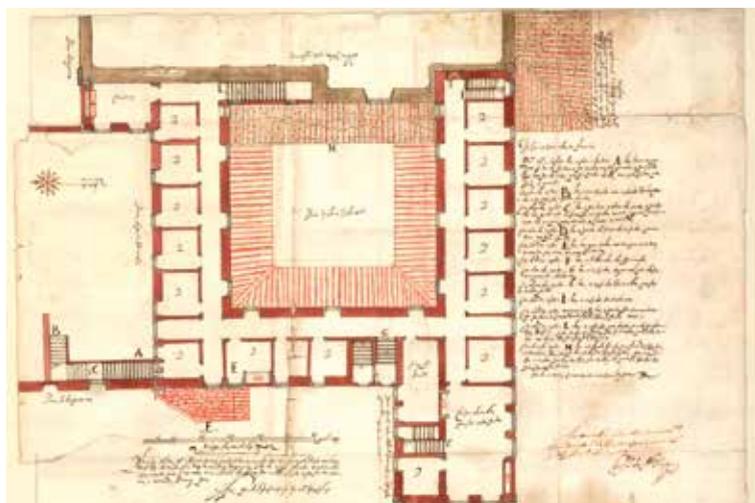


Fig. 16. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta do Dormitório do 2º Piso do Convento dos Remédios de Évora* (C.M.E. - PT/AMEVR/CME/M/H/015). Foto: C.M.E.

o projecto de um dormitório no segundo piso correspondendo, certamente, às exigências ditadas pelo crescimento e dinâmica da vida no convento.

Uma parte da legenda, que agora transcrevemos<sup>93</sup>, confirma que o *quarto debaixo*

*fazer no Convento de Carmelitas descalços de Nossa Sr.ª dos Remedios de Evora Cidade, a qual planta mostra todo o Convento que caminha em o nível da Caza da aulla que já esta feita e serve ha muntos Annos. Por Fr. Pedro da Comceição Carm.ª Descalço; Aprovada com consentim.º dos coatro P.ªs Assistentes. Carnide, 9 de fev.º de 1719. Fr. An.º de S.º Eliseu G.ª Vam donde esta a igreja / Vam do claro do claustro / Vam do zaguam / Oratorio / Vam da hospedaria / Vam do pátio dos mossos / Vam do Tilhado do dormitório que vem por detrás da capela mor e comesa a porta da libreria e acaba no direito do de profundis do coro como este tilhado mostra. / vam donde esta o tilhado do lavatório e do esfregador / casa da fruta / casa da aulla que ja esta feita. Esta planta foi ainda publicada num desdobrável, respectivamente em inglês, espanhol e português, da autoria de Filomena Monteiro, José João Loureiro e Francisco Lameira. Évora: 2016.*

<sup>93</sup> *Tem escala pitipe das medidas de 0 a 60 palmos. Declarasam desta planta / pr.ªm.º A donde a letra A he hum arco que se hade fazer a porta dos mossos junto a parede da hospedaria que por cima dele vai a esada que sobe o quarto. / E a donde esta B he a emtrada na escada da hospedaria que ja esta feita / E a*

já estava construído, tal como a *aula* feita havia muito tempo. Contrariamente às plantas de Viana, em que a par da traça dos diferentes espaços se anotam também pormenores de construção, estes não são aqui explicitados.

Em 1733 Frei Pedro da Conceição traçava a reformulação da capela-mor da **Igreja de S. Domingos do Porto**. Esta encomenda por parte dos dominicanos ao tracista carmelita poderá ser explicada pela grande colaboração e amizade existente entre as duas ordens religiosas testemunhada, como já vimos, por Frei Manuel de S. Bento, a propósito da mina de água que iria abastecer o convento de Viana encontrada por um dominicano em 1712 (S. BENTO O.C.D., 1800: Liv. XIII Cap. XII, 650).

Esta capela-mor tinha sido doada pelos dominicanos a D. Inês de Menezes para sepultura sua e de seus descendentes. Em 1734 os religiosos obteriam dos seus administradores, D. Afonso de Magalhães e Menezes, Senhor de Ponte da Barca, e de sua mulher D. Ana Luiza de Barbosa, autorização para a reformulação da mesma, obrigando-se o Mosteiro a fazer as obras à sua custa com toda a segurança, conservando as sepulturas e suas inscrições (FREITAS, 1939: 6).

As alterações delineadas por Frei Pedro então realizadas<sup>94</sup> fazem parte de uma campanha de obras que, de acordo com o *Livro da Descrição do Convento*<sup>95</sup>, se iniciara ainda cerca de 1720. A velha igreja gótica seria agora reformulada, sobretudo na capela-mor e áreas adjacentes. O desenho mostra uma capela-mor profunda, ladeada por dois espaços praticamente simétricos, destinados à sacristia e à “casa para as couzas da Sacristia”, rematados cada um deles por um altar situado já no transepto: interessante é também a representação do espaço destinado ao trono e altar.

---

*donde esta C heo patim a donde esta a porta da hospedaria e comesa a escada nova que vai por cima do arco que tenho acima nomiado / E a donde esta D he a porta do cimo da escada que entra na pr.<sup>a</sup> sella / E a donde esta E he huma sella maior que as outras e nesta faram uma Chamine / E a donde esta F he o tilhado da Baranda / E a donde esta G he a escada Reg.<sup>arua</sup> que desce a o quarto debaixo / E a donde esta H he a escada da aulla que ja esta feita / E a donde esta I he a escada da trabuna / E a donde esta o numero:3 he a porta da serventia p.<sup>a</sup> se hir acima do tilhado da Capella mor / E a donde esta I he a escada da trabuna / E a donde esta L he a escada que desce a o de profundis do Coro que se fara por huma cazinha que oie esta no de profundis do Coro / E a donde esta M he o tilhado do de profundis do Coro e também vai riscado o tilhado do Claustro, porem fica ainda por baixo das janellas do quarto debaixo que ja esta feito / tudo o mais se nomeia em seu lugar.*

<sup>94</sup> O desenho tem uma escala em palmos (0 a 60) e a seguinte legenda, para além de outras anotações referentes aos espaços reformulados: *Planta Do emligim<sup>o</sup> Da Capella mor e trebuna da igr.<sup>a</sup> De S. Domingos Da Cidade do Porto e mostra tambem as 2 capellas colaterais e o mais que nella se ve feita oje 6 Dez.<sup>bro</sup> De 1733 Annos. Fr. Pedro Da Comceipção Carm.<sup>co</sup>*. In blog de Maria José e Rui Cunha (CUNHA, s/d), disponível em: <https://portoarc.blogspot.com/search?q=ordem+terceira> [Consulta de 27 de Abril de 2019]. Muito destruída pelo grande terramoto de 1755, seria reconstruída e novamente destruída por um incêndio em 1777.

<sup>95</sup> ANTT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, L.º 1º, doc. citado in (FREITAS, 1939: 6 e ss). A par das alterações aqui referidas, este documento é muito interessante pois descreve em pormenor a antiga igreja antes das alterações iniciadas no século XVIII, não só no que diz respeito à arquitectura, mas também em relação à pintura, escultura, retabulistica, azulejaria e outros elementos.

Descreve-nos o já citado *Livro do Convento: O arco da dita cap.ª mor antigo p.ª o cruzeiro era abatido de 36 palmos em alto e de volta aguda; e de largo 30 palmos, e sobre elle se achavaõ 30 frestas com suas vidraças hua no alto quazi junta ao tecto de 10 palmos toda de volta em redondo, e as outras 20 mais no baxo de 30 palmos de largo, e 8 de alto que fechavaõ asim no alto como no baxo de meia volta, as quaes metiaõ no corpo da Igr.ª bastante luz, e era a principal luz q a Igr.ª tinha. O arco da dita cap.ª mor p.ª o cruzeiro q se fez levantou muito mais ficando em alto de 55 palmos e de volta redonda 33 de largo deixandose sobre a cornija q corre sobre o dito arco todo o vaõ livre p.ª todo servir de nova fresta em meia laranja de oitavado como ali vem fechar o painellado do forro da Igr.ª formando 5 vidraças com a devizão de 4 pillares que ao feitio do forro ali vem cahir sobre a dita cornija. Os arcos antigos dos lados corriaõ na mesma altura e forma de volta de ponto agudo como os demais arcos da Igr.ª sem destinação, os quaes por ficar o cruzeiro mais vistoso se levantaraõ com o arco da capela mor de volta redonda, e de altura 52 palmos e meio<sup>96</sup>. A obra aqui descrita mostra importantes alterações no estilo e dimensões dos arcos as quais, por sua vez, implicam não menos importantes alterações estruturais e um grande conhecimento de técnicas construtivas para a sua execução.*

Em 1739 Frei Pedro da Conceição traçava as alterações ao **Convento de Olhalvo** cuja fundação terá sido iniciada só após a da respectiva igreja, na sequência de um voto do Bispo de Elvas e Capelão-Mor de D. João IV e de D. Afonso VI, D. Manuel da Cunha.

Dedicada a N.ª Sr.ª da Encarnação, a Igreja de Olhalvo seria mandada erigir após a Restauração, ao que parece como cumprimento de uma promessa que D. Manuel da Cunha fizera a Nossa Senhora quando se encontrava bastante enfermo, para na capela-mor fazer o panteão da sua família cujos restos mortais se encontravam, até então, em S. Francisco de Xabregas<sup>97</sup>.

As plantas que do Convento hoje se conhecem, publicadas já por Ayres de Carvalho (CARVALHO, 1962: 71)<sup>98</sup> terão sido delineadas em 1658, ano da morte de

<sup>96</sup> ANTT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, L.º 1.º, fl.1.

<sup>97</sup> Como já referimos noutra publicação nossa, a Igreja encontrava-se já em construção em 1643, nela tendo trabalhado Mateus do Couto Tio, Marcos de Magalhães (que já referimos também anteriormente neste texto a propósito dos arquitectos exteriores à Ordem que para ela trabalharam), o pedreiro Domingos Vicente e André Reinoso (COELHO, 2016: 281, 282). Veja-se também o texto do Padre Carlos Alberto da Silva Ferreira BRANCO (BRANCO, 1994: 6 e 7), que nos fornece uma cronologia da evolução da igreja e convento, a qual utilizámos também na nossa publicação atrás citada.

<sup>98</sup> Sobre estas plantas veja-se ainda PONCE DE LÉON, 1997: 150 a 154, e COELHO, 2016: 282 a 284. Não transcrevemos aqui as respectivas anotações pois, por algumas plantas se encontrarem ainda em restauro,

D. Manuel da Cunha, por João Nunes Tinoco de acordo com a data constante na *Planta Primeira*. No entanto, sabemos pelo testemunho de Frei Manuel de S. Bento, que a construção do Convento se iniciara em 1648, sendo lançada a primeira pedra só a 29 de Maio de 1656, oito annos depois da primeira escritura<sup>99</sup>: *a 21 de Junho de 1648 o Provincial Fr. Andre da Annuniação tomou posse da igreja, hospicio, e terras adjuntas, e ordenaria aos padres Fr. João da Apresentação, Fr. Sebastião do SS. Sacramento, Fr. Rodrigo da Conceição, e aos irmãos de vida activa Alberto da Virgem, e Thomé do SS. Sacramento de profissão simplez para que viessem ser fundadores daquelle novo, e santo convento* (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXIV, 183)<sup>100</sup>. E por este testemunho poderemos também inferir que a traça inicial do convento poderá ter sido feita pelo famoso tracista Frei Alberto da Virgem, ali enviado para a sua fundação - falecido este em 1651 em Coimbra, como atrás referimos, a obra deverá então ter sido entregue ao architecto régio João Nunes Tinoco.

Estas plantas foram traçadas e/ou completadas em dois momentos diferentes: o primeiro corresponde a intervenção de João Nunes Tinoco em 1658, e o segundo às alterações introduzidas por Frei Pedro da Conceição em 1739, ao que parece traçadas com anotações sobre as plantas já existentes, como a diferente coloração

---

não as pudemos consultar. Agradecemos à Directora da Academia Nacional de Belas Artes, Prof.<sup>a</sup> Doutora Natália Correia Guedes, ter-nos facultado o acesso às plantas que estavam já restauradas.

<sup>99</sup> Em 10 de Julho de 1646 fez-se a escritura de padroado para a fundação do convento para o que, em 1647, partiriam alguns carmelitas descalços que se hospedariam numas casas do lavrador Manuel Dias situadas na Malaqueira (onde, de acordo com Frei Manuel de S. Bento se encontrava uma pequena capela com as Armas da Ordem); além da fundação do convento, os carmelitas fundariam ainda um hospício (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXIV, 159, 160 e 192).

<sup>100</sup> Muito interessante é a questão que opôs D. Manuel da Cunha e os carmelitas, por causa da igreja de Olhalvo que ele lhes doara quando da fundação do convento, e que levou a grandes alterações na mesma. Esta, em cuja construção participaram Mateus do Couto Tio e Marques de Magalhães, por ter duas torres na fachada (modelo que se vinha impondo, e que tinha então a sua máxima expressão na nova Igreja de S. Vicente de Fora, recentemente construída) violava segundo os Irmãos as normas da Ordem, apesar de sabermos que a fachada com torres laterais, que deriva do modelo vignolesco, era também uma tipologia por eles adoptada, embora menos divulgada (MUÑOZ JIMÉNEZ, 1990a: 64-73; STURM, 2002: 82-83) - e certamente não usada entre nós. Vejamos o que nos relata Frei Manuel de S. Bento: *De parte a parte tinham desculpa os resentimentos. Da parte do Illustrissimo fundador havia o justo motivo, que o obrigava a dizer = Que posto elle estimasse, não havia obrigado aos carmelitas descalços a acceitar a offerta; e que se a da sua igreja era contra o instituto, a podião rejeitar; pois o seu intento era augmentar, e não destruir a religião (...) dizião os maldizentes ser improprio de carmelitas descalços ter em Adolhalvo duas torres; innadvertida, e miseravelmente cahio o vigario na cova que havia formado. Com deitar abaixo as torres, e fazer em seu lugar hum tosco campanario; deo motivo para dizer, que elle procedera como cego, e obrara hum destempero da mayor marca (...) He aquelle testamento hum monumento perpetuo da piedade do illustrissimo fundador; pois não obstante o seu justo resintimento por lhe demolirem as torres, abaterem o frontespicio, e variarem a capella mor, elle determinou no mesmo testamento, e em hum codecillo, que lhe anda apenço (sic), que supposto tinha gasto em Adolhalvo o melhor de sessenta mil cruzados, se dessem com tudo os cinco, que tinha prometido, caso que se chegasse a sagrar arcebispo de Lisboa* (S. BENTO, OCD, 1800: Liv. X Cap. XXX, 190 e 191).

nos desenhos parece indiciar. As alterações que então se fizeram, como se comprova nas respectivas anotações, correspondem a adaptações ditadas por necessidades funcionais. Temos assim, para além de novos espaços, outros que tendo o nome primitivo riscado, surgem com uma nova funcionalidade.

A *Planta Primeira*<sup>101</sup> [Figs.17 e 18], assinada por João Nunes Tinoco e datada de 1658, mostra claramente que o convento já se encontrava praticamente construído. Tem apenso um segundo desenho<sup>102</sup> [Fig.19], traçado já por Frei Pedro da Conceição com a indicação dos novos espaços então construídos num acrescentamento à planta inicial, certamente ditados pelas exigências de adaptação e evolução do espaço, dele constando a necessária aprovação de Frei António de Santo Eliseu.

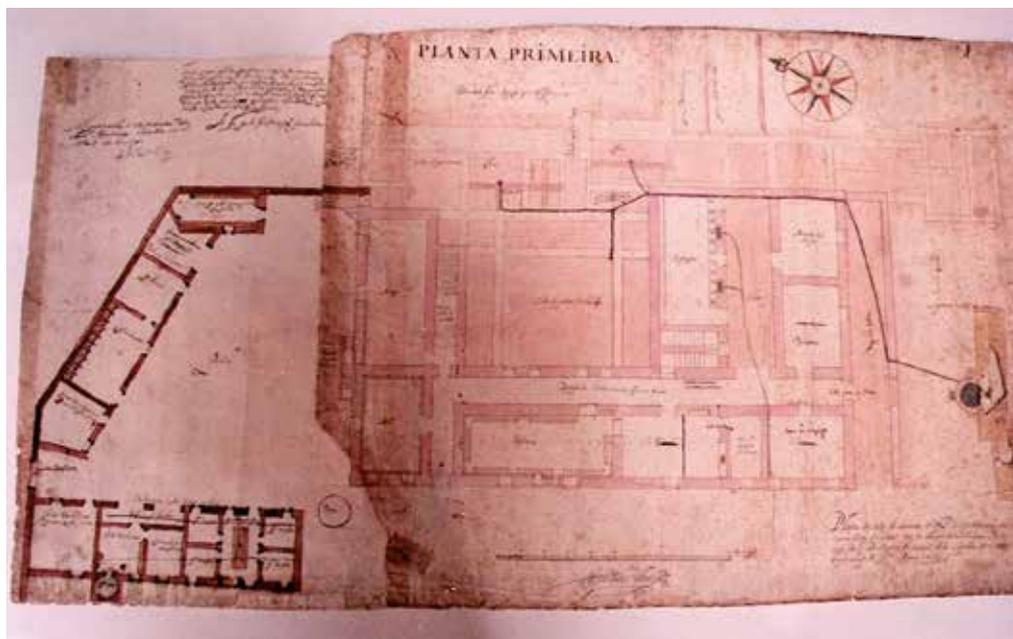


Fig. 17. João Nunes Tinoco (1616-1690) e Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 875, e nº 876 (apensa), *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658/1739. Foto de Teresa Campos Coelho.

<sup>101</sup> *PLANTA PRIMEIRA / Planta do Sitio do Convento de N.ª Sr.ª da Encarnação de / carmellitas descalsos. cito no Lugar de Dolhalvo. Padro/ado do S.º D. Manoel da Cunha. Bpo Cappellaõ Mór. Arçe-/bispo elleyto de Lx.ª. Anno 1658. Assinado: Joao Nunes Tinoco. Data: 1658. ANBA, nº de Inventário 875.*

<sup>102</sup> *Apenso à PLANTA PRIMEIRA / Tudo o que falta fazer nesta primeira /planta se fará conforme ella mesmo o mostra / A devir tudo tam-bem que as cazas dos mosos e amasado/ria e palheiro e estrumaria e as mais cazas que se / costumaõ fazer for a da clauzura se faraõ no ci/tio que esta planta as mostra acomodadas ao pre/ceito e conviniencia da Religiam. Assinada por Frei Pedro da Conceição Carmelita. Data: 15 de Maio 1739. À esquerda em cima "Aprovada de Frei António de Santo Eliseu". ANBA, nº de Inventário 876.*

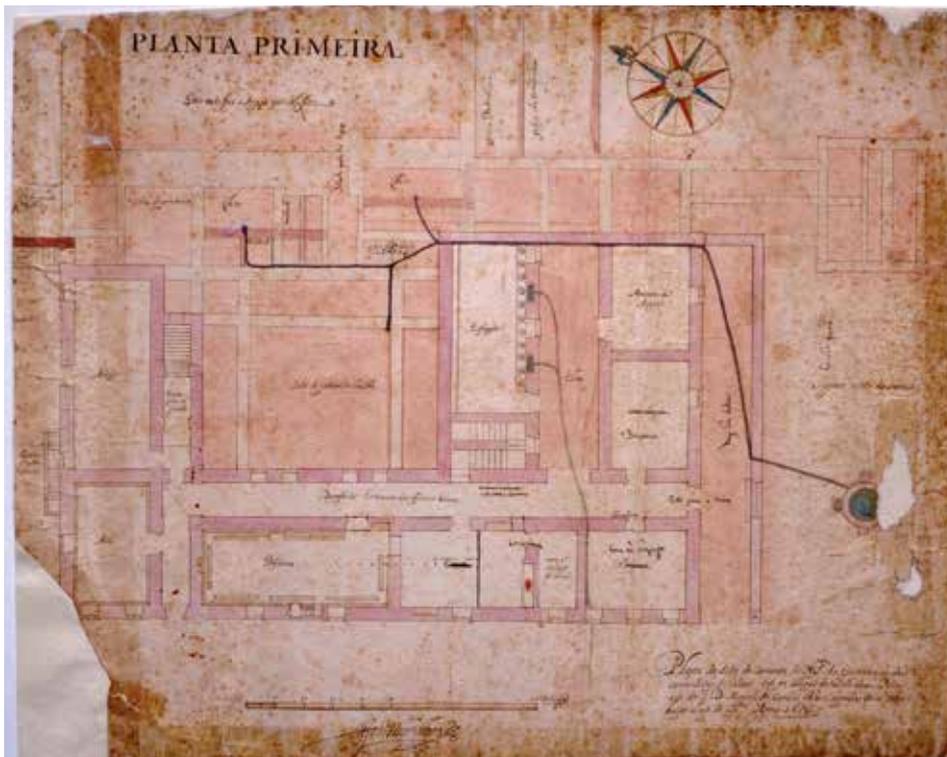


Fig. 18. ^ João Nunes Tinoco (1616-1690), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 875, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658. Foto ANBA.

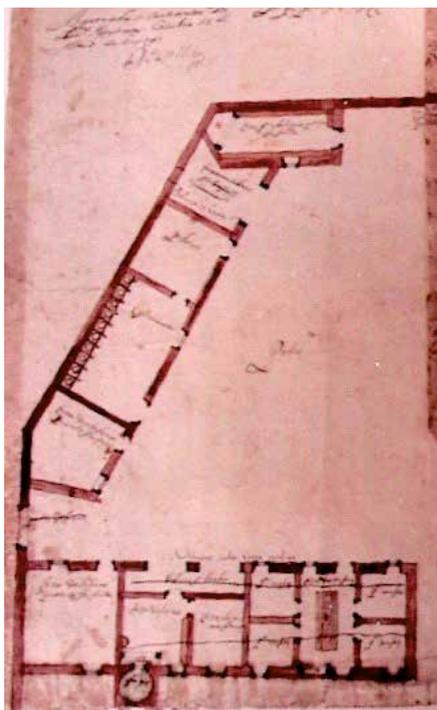


Fig. 19. < Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Primeira*. ANBA, nº de Inventário 876, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1739. Foto de Teresa Campos Coelho.

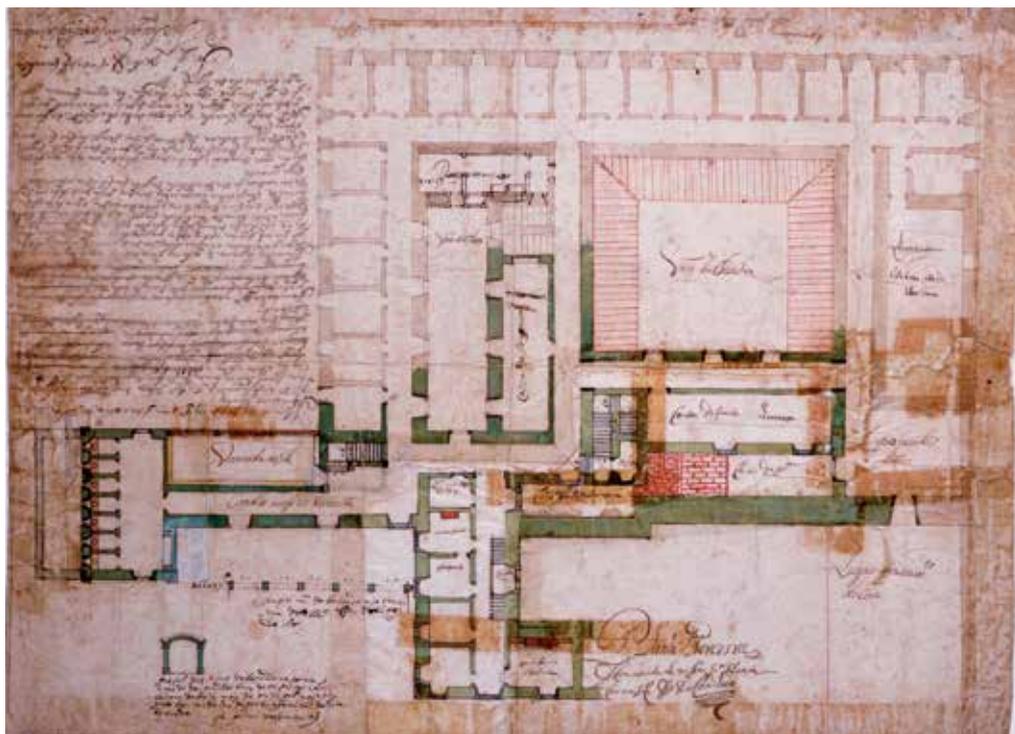


Fig. 20. João Nunes Tinoco (1616-1690) e Frei Pedro da Conceição (1677-1745), *Planta Terceira*. ANBA, nº de Inventário 878, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo*, 1658/1739. Foto ANBA.

Na *Planta Segunda*<sup>103</sup>, João Nunes Tinoco situa o pavimento do convento em relação com o da própria igreja. Quanto à *Planta Terceira*<sup>104</sup> [Fig.20] ela é sem dúvida a que mais nos esclarece sobre a intervenção de Frei Pedro da Conceição traçando os novos e/ou alterados espaços que completa com minuciosos apontamentos, quer sobre esses mesmos espaços, quer sobre as próprias técnicas construtivas - como já fizera, por exemplo, nos desenhos de alteração do convento masculino de Viana ou no Convento dos Remédios em Évora.

Muito arruinado com o terramoto de 1755, a venda do Convento ao Visconde da Arcada em hasta pública em 1841, iria marcar um novo ciclo de alterações, que o adaptariam às mais diversas situações.

<sup>103</sup> *PLANTA SEGUNDA / Do Convento de N.ª Sr.ª / da Encarnação de Dolhalvo/ Pavimento da Igr.ª*. Nela ressalta a organização do claustro - de forma quadrada, é composto por cinco tramos em cada lado, permitindo o central de cada um deles o acesso ao seu interior, dividido em quatro alegretes com o que parece ser uma fonte ao centro. Não apresentamos imagem desta planta, por se encontrar em restauro. ANBA, nº de Inventário 877.

<sup>104</sup> *PLANTA TERCEIRA / Do Convento de nossa Sr.ª Da em/carnasão Dolhalvo*. Assinada por Frei Pedro da Conceição e por Frei Joseph da Conceição, e aprovada por Frei Félix do Espírito Santo. ANBA, nº de Inventário 878.

Em Outubro de 1743 encontramos Frei Pedro da Conceição a dar a traça para a capela octogonal do **Senhor do Cruzeiro na Vacariça**, executada na sequência de um pedido para a sua construção feito ao Bispo de Coimbra em 26 de Março desse ano, de acordo com a verba de 400.000 réis disponibilizada por José Barreto em cumprimento de uma promessa feita ao dito Senhor do Cruzeiro (CARVALHO, 1995: 279)<sup>105</sup>.

A documentação deixada por Frei Pedro - desenhos datados de 21 e 24 de Outubro de 1743 (planta, alçado principal e dois alçados interiores) e memória descritiva datada de 29 do mesmo mês e ano (CARVALHO, 1995: 283 - 285, 293 e 294) elucida-nos bem sobre a natureza do projecto e dos procedimentos e materiais necessários para a sua execução revelando, uma vez mais, toda a sua perícia como arquitecto e conhecedor das técnicas construtivas. A planta **[Fig.21]**<sup>106</sup> é constituída por três espaços distintos - nave única de planta octogonal irregular, capela-mor profunda rectangular (definindo ambas um eixo longitudinal) tendo em anexo a esta última a sacristia, também de planta rectangular.

No exterior sobressai a fachada **[Fig.22]**<sup>107</sup> constituída por um pano único de alvenaria limitado por pilastras de cantaria, nela distinguindo-se o portal de verga rectangular encimado por um óculo polilobado traçado a partir de uma elipse. No mesmo desenho está represado ainda um alçado interior que mostra a capela-mor a que se acede por dois degraus e o altar onde se colocaria a imagem do Santo Cristo, bem como um corte da cobertura com as asnas que a suportam.

<sup>105</sup> Neste estudo de Catarina Domingues CARVALHO, a autora revela toda a documentação inédita que o suporta, desde os documentos para a fundação da Capela (originada pela existência de uma imagem do Senhor Crucificado existente num antigo cruzeiro fechado), bem como nos desenhos e apontamentos de Frei Pedro da Conceição, integrando-a e relacionando-a com outras capelas de planta centralizada no contexto da arquitectura portuguesa em Época Moderna, em especial com as da região de Aveiro

<sup>106</sup> Publicada com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 284, Fig. 3): *Petippe das medidas dos desta planta. Planta da Capella que se determina A fazer p.<sup>a</sup> o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa esta o corpo della he oitavado e tem tonbem sua Capella mor e Samcherstia como A ditta planta mostra com os oitavos na pr.<sup>a</sup> leva. A porta da Capella e de frente o Arquo cruzeiro da Capella mor e nos oitavos dous lados cada huaõ seu nicho e nos outros dous As frestas para darem luz A Capella. E nos outros dous as pias de Augua Benta o de mais As plantas tudo mostram m.<sup>to</sup> bem como nellas se ve que tonbem mostra As Abobedas Acim do Corpo da Capella como da Capella mor e Samcherstia que todas as mostram riscadas* (legenda novamente por nós transcrita). Agradecemos ao investigador João Loureiro que procurou os originais deste e dos outros desenhos desta Capela. AUC, III-1ºD-6-3-22\_02.

<sup>107</sup> Publicado com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 283, Fig.1 e 2): *Planta de perfil que mostra o forontespicio da Capella que se determina A fazer Ao S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa. Mostra o portal e A forma em q ha de ficar depois de Acabado. Mostra tonbem hum ocollo p.<sup>a</sup> dar milhor luz A Capella. Mostra tonbem os coinhais e cimalha da forma que ha de ficar com o tilhado. Planta de perfil que mostra a frente dentro na Capella mor Adon.<sup>de</sup> ha de estar o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> pois mostra os dous degraus em baixo e o frontal do Altar e sua banquetta e o Arquo com o espaldar, e tonbem mostra As paredes da Capella e cimalthas e Abobeda e tonbem a forma do madeiramento e tilhado. Petippe das medidas dos dous perfizes. Oie 24 de 8.<sup>bro</sup> de 1743 Annos. Por Fr. Pedro da Comceipçaõ* (legenda novamente por nós transcrita). AUC, III-1ºD-6-3-22\_01.



Fig. 21. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), planta da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_02, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.



Fig. 22. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Alçado e Corte da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_01, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.

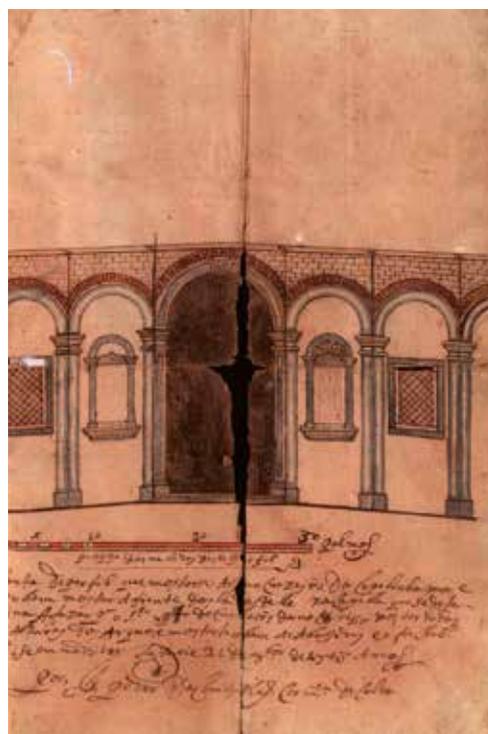


Fig. 23. Frei Pedro da Conceição (1677-1745), Corte da Capela do Sr. do Cruzeiro da Vacariça. AUC, III-1ºD-6-3-22\_03, 1743. © Arquivo da Universidade de Coimbra.

Um outro alçado tenta mostrar numa espécie de planificação o arco da capela-mor e os nichos dos altares e janelas que lhe estão imediatamente anexos [Fig.23]<sup>108</sup>.

E se a nave é constituída exteriormente por um octógono irregular que tem na fachada principal um lado de maiores dimensões, no interior ele apresenta uma forma que quase sugere uma elipse, criando uma tensão e dinamismo que ultrapassa a simples planta centralizada utilizada desde o período renascentista, denunciando o domínio de uma linguagem já assumidamente barroca. E demonstrando também que, à semelhança de exemplos conhecidos nas outras províncias da Península, os nossos tracistas carmelitas descalços executavam obras para alguns encomendadores que **acompanhavam a evolução da própria arquitectura, à margem daquilo que lhes era permitido fazer nos projectos da própria Ordem** (cuja normativa e orientação impunha sobretudo um estilo depurado e classicizante, como vimos anteriormente).

Por fim uma *memória descritiva*<sup>109</sup> a que chama *adevertências necesarias a quem fizer a Capella*, ainda que não prime pela correcção da expressão escrita, completa as legendas constantes dos desenhos e fornece uma descrição detalhada das dimensões, técnicas e materiais a utilizar - como, por exemplo, o uso de pedra de Ançã nas cantarias ou, até mesma, molduras dos nichos em alvenaria a imitar pedra. Falecido em 1745, Frei Pedro da Conceição já não terá assistido à construção da capela, a qual só seria iniciada mais tarde, de acordo com o contrato celebrado com Bernardo Luiz em 25 de Março de 1748 - nele se estabelece que *o Mestre se obrigava a fazer a dita obra na forma do risco e apontamentos que se acham feitos por mão e letra de Frei Pedro da Encarnação, digo, da Conceição, religioso carmelita descalço, que se acham por sua mão assignados* (CARVALHO, 1995: 295). Não deixa de ser curioso que no contrato se confunda inicialmente Pedro da Conceição com Pedro da Encarnação, outro carmelita descalço que, como vimos, terá projectado o convento feminino de Santa Teresa em Coimbra cujos estudos parece que se encontravam já feitos em 1714<sup>110</sup> - serão estes dois carmelitas a mesma pessoa? Só a continuação da nossa investigação o poderá vir a esclarecer.

<sup>108</sup> Publicado com a respectiva legenda em (CARVALHO, 1995: 285, Fig.4): *Petippe das medidas deste perfil. Planta derfilque mostra o Arquo Curzeiro da Capelinha mor e tonbem mostra A frente dos lados dele na Capella que se determina A fazer p.<sup>a</sup> o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa mostra todas As Alturas dos Arquos mostra tombem As Abobedas e o firchal se emadeirar. Oie 21 de 8.<sup>mo</sup> de 1743 Annos. Por Fr. Pedro da Comceipção* (legenda novamente por nós transcrita). AUC, III-1<sup>a</sup>D-6-3-22\_03.

<sup>109</sup> Apesar de publicada em (CARVALHO, 1995: 293, 294) decidimos transcrevê-la de novo e publicá-la aqui em anexo por constituir a única memória descritiva que até agora conhecemos da autoria de Frei Pedro da Conceição, a par dos apontamentos que descreve nos seus desenhos (anexo).

<sup>110</sup> DIAS, 1995: 87.

Encontramos ainda Frei Pedro da Conceição (1677-1745) a intervir noutros edifícios religiosos, embora até ao momento desconheçamos os documentos iconográficos que para eles terá elaborado.

Numa campanha de obras para a reconstrução da **Igreja de Santa Maria de Alcáçova em Santarém**, promovida entre 1715 e 1724 pelo 4º Conde de Unhão, D. Rodrigo Teles de Meneses, e custeada também pelas Ordens Militares (na qual participou o arquitecto João Baptista de Barros), Frei Pedro da Conceição terá desenhado uma planta de reconfiguração da nova capela-mor (SERRÃO, 2015).

Em 1725 traçaria a planta do mosteiro feminino de **Santa Rosa de Lima** em Guimarães<sup>111</sup>.

Perante a ameaça de ruína da abóbada da **Igreja dos Terceiros de S. Francisco em Braga**, o reconhecimento da sua perícia também no domínio das técnicas construtivas, faz com que seja chamado a dar um parecer sobre a mesma em Maio de 1745<sup>112</sup>, pouco tempo antes da sua morte, ocorrida nesse mesmo ano, em Braga. E já depois desta, em 6 de Março de 1749, era celebrado um contrato com João Vieira oficial de canteiro, para a obra do **claustro das Carmelitas Descalças de Aveiro** para *dar inicio a obra do dito claustro na forma da planta da mesma obra do claustro feita por Frei Pedro da Conseissão religioso da mesma ordem*<sup>113</sup>.

## Considerações finais

A obra de **Frei Pedro da Conceição (1677-1745)** é, indubitavelmente, um dos mais notáveis testemunhos da arquitectura dos Carmelitas Descalços em território nacional, não só pelos inúmeros documentos iconográficos que nos deixou (que constituem a esmagadora maioria das plantas e alçados conhecidos para a Ordem em Portugal), mas também pela quantidade e diversidade dos trabalhos que elaborou.

Nascido em 1677 no Luso (Mealhada) e falecido em Braga em 1745, o seu percurso como *tracista* da Ordem (certamente iniciado com a sua profissão em 1699

<sup>111</sup> Fundado em 1630, a planta traçada em 1725 terá sido feita numa campanha de obras promovida pela priora Madre Catarina das Chagas (lançamento da primeira pedra em 31 de Março de 1727), tendo sido levantados então os muros da cêrca (CALDAS, 1996). Agradecemos a João Loureiro esta referência.

<sup>112</sup> Intervenção citada em *SIPA-Monumentos*, (agradecemos a Miguel Portela esta referência). Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UTSE\\_3pyvrgJ:www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx%3Fid%3D15585+&cd=17&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UTSE_3pyvrgJ:www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx%3Fid%3D15585+&cd=17&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)

<sup>113</sup> ADA, SN, liv. 271, f. 84, citado em AMORIM, 2006: 706, nota 55.

no Convento dos Remédios em Lisboa, apesar da primeira obra que lhe conhecemos ser a intervenção, em 1713, no convento masculino de Viana do Castelo) evidencia um domínio da Arquitectura que não se limita apenas ao *desenho*, mas que contempla também amplos conhecimentos de Engenharia, como o demonstram os inúmeros apontamentos e memórias descritivas que acompanham os seus desenhos. Habilitações indispensáveis para o cargo de *tracista*, profissão que terá aprendido certamente com o ainda desconhecido tracista que o antecedeu (talvez Frei José de Jesus Maria, carmelita descalço que encontrámos a executar, em 1713, uma encomenda para uma igreja exterior à Ordem).

Traçando alterações a conventos antigos, de acordo com as adaptações que novas necessidades exigiam, ou construindo outros de raiz, a sua actividade demonstra ainda que à semelhança de paralelos encontrados nas diferentes províncias, a sua obra contemplou encomendas de outras ordens religiosas e entidades, nas quais pôde exibir um conhecimento das características da arquitectura barroca que a sobriedade e rigorosa normativa carmelitanas não lhe permitiam exercer dentro da Ordem<sup>114</sup>.

O prestígio que atingiu como *tracista* e também como conhecedor das técnicas e materiais construtivos (patentes nos pareceres que foi chamado a dar neste domínio) estendeu-se mesmo após a sua morte em 1745, como demonstram alguns contratos de obra celebrados após esta data, os quais remetem para os projectos por si elaborados e, como tal, então ainda validados.

Com uma actividade documentada por mais de trinta anos, desde 1713 até à sua morte, Frei Pedro da Conceição (1677-1745) constituirá sempre, sem dúvida alguma, um notável e importante exemplo de *tracista* no contexto da arquitectura dos Carmelitas Descalços em Portugal, ainda insuficientemente estudada e com muito por desvendar<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> Normativa que lhe impunha uma estreita obediência ao disposto nas então vigentes *ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España*, impressas em Madrid em 1700 (ver Fig.24 e caixa de texto em anexo).

<sup>115</sup> Para além daqueles que a quem agradecemos ao longo do texto, não podemos deixar de agradecer também à Biblioteca Nacional pelas imagens cuja a publicação autorizou, em especial à Dr.<sup>a</sup> Helena Patrícia e aos que, dentro da própria Ordem ou colaborando com ela, nos têm acolhido, incentivado e colaborado no nosso trabalho, em especial: ao Reverendo Padre Provincial Frei Pedro Ferreira, pela forma como nos tem recebido; ao Reverendo Padre Joaquim Teixeira, Delegado da *Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural* pelo acolhimento e incentivo à investigação; a Frei José Carlos Vechina, por todos os documentos que nos tem disponibilizado; ao João Loureiro, pela disponibilidade, constante apoio e divulgação de documentos, e pelas muitas horas que passamos a trocar impressões referentes à produção artística da Ordem – como afirmámos no início deste trabalho, ele poderia ter sido assinado por ambos.

**Excerto das leis emanadas do Capítulo Geral celebrado no convento de Santo Hermenegildo de Madrid, no dia 1 de Maio de 1700, constantes das ACTAS Y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España impressas em Madrid em 1700**

**Sobre os irmãos leigos:**

- Entende-se que as qualidades dos que sejam recebidos para o estado de Leigos, hão-de ser Artífices, e não de qualquer Arte, senão as que podem servir a Ordem, como as de Ensamblador, Entalhador, Escultor, Carpinteiro, Pedreiro, Dourador, Pintor e Cirurgião, e que nas ditas Artes sejam destros e não principiantes: e para que não haja fraude nisto, não se diligencie a recepção de nenhum sem que seja examinado por um Mestre da Arte, e conste por testemunho assinado ser ele apto, com informação dos Padres Provincial e do Prior da Casa que pretende [p.18].

- Em cada Província o número de leigos, entre noviços e professos não deverá ultrapassar o número de 8, no máximo 10: e determina-se que estando cumprido este número, não se dê licença para que seja recebido mais nenhum, a não ser num caso raro e inevitável, em que a relevância das prendas do Pretendente, e demais circunstâncias de Nobreza, e coisas que possam concorrer prudente e moralmente, torne necessário recebê-lo [p.125].

**Sobre a construção dos edifícios, e o papel dos tracistas:**

- Não devem ser realizadas construções, alteradas ou modificadas as traças sem autorização do Padre Geral, e caso se realizem deverão ser repostas, ao que estão obrigados todos os Religiosos, Prelados e Súbditos, com pena de privação do ofício por 4 meses aos Prelados e Súbditos [p.74].

- Obrigação de todos os Religiosos, Prelados, Súbditos, de quem presidir a Casa ou do ofício de Clavário, ou executor de traças, ou de outra sorte possa de qualquer maneira ser responsável por isso, que tendo conhecimento deste Preceito o guardem, e cumpram na execução das obras o que estiver assente, ou declarado nas traças dos Tracistas, que para isto estejam apontados, sem alterar, mudar ou exceder no todo ou em parte, em matéria ou forma, não tendo expressa licença nossa por escrito, e ordem dos mesmos Tracistas, também escrita, ou por traça por si assinada: e que eles não a possam dar, nem a dêem de palavra, mesmo que seja apenas para abrir uma janela, ou porta no que está feito: e mando, sob o dito Preceito, aos ditos Tracistas, e a qualquer outro Religioso, a quem se

*encomendar a delineação, ou execução de qualquer traça, que não tracem, não disponham, nem executem obra alguma em matéria forma ou medidas ao determinado nas nossas leis, e por quanto se reconhece excessos nesta matéria, mando, debaixo do dito Preceito, assim aos ditos Tracistas, como a qualquer Religioso, Prelado, ou Súbdito, a quem possa tocar, que não executem planta alguma, ainda que seja feita pelos que têm a Patente de Tracistas, sem que primeiro me seja remetida, e a assine em meu nome: e o mesmo se fará com qualquer Retábulo, para o Altar Mor, ou Capela, ou parte deles; e para os Tronos, que se fabricarem para a Imagem, que costuma haver nos nossos Coros; que antes de serem executados, me seja remetida a traça; e estando por mim assinada, se poderá pôr em execução. Tudo o que ordeno sob o dito Preceito. Item, foi aprovada a Acta que ordena que nos Retábulos não se ponham colunas Salomónicas, por serem contra o estilo comum, e espírito da Religião [pp. 75 e 76].*

### **Sobre as dimensões de alguns espaços:**

*- Sobre as Livrarias que venham a ser fabricadas determina-se que tenham esta proporção: que a largura não exceda dez ou oito pés, e no máximo, vinte; e de altura, doze pés, e no máximo, catorze; e comprimento não tenham mais que duas vezes e meia a largura, para que sejam proporcionadas [p.77].*

*- Do mesmo modo, as Sacristias que de doravante se fabriquem, não tenham mais de dez e seis pés de largura, e no máximo dez e oito; e de altura dez, ou doze; e de comprimento, duas vezes e meia a largura, como proporção [p.77].*

*- Do mesmo modo, que nas Ermidas que doravante se fabriquem, para exercício dos Religiosos na Horta ou dentro das clausuras nos Colégios, ou Conventos comuns, não haja excesso, como se reconheceu ter havido em alguns, que de algum tempo a esta parte se fabricaram, não possam ter as que doravante se fizerem, mais de quarenta pés de comprimento, e trinta de largo, no sítio da fábrica; e se por razão de faltar algo à dita largura, e comprimento, o que faltar se possa compensar na outra dimensão, e no dito sítio se acomodar a Cella do Ermitão, que no máximo poderá ter um pé a mais do que a Lei permite às Celas comuns, um Oratório de doze pés quadrados, no qual não se fará meia laranja, nem lanterna, senão um tecto plano, ou de abóboda, que chamam esquifada, ou de Capela de aresta, com adorno pobre, e devoto, e uma câmara, com sua chaminé, de até dez pés, onde coma o Ermitão; e terá nela um armário para guardar o que precisar para o seu sustento; e na recepção, ou entrada de acesso a esses espaços, ou em outra parte do dito sitio, se*

*poderá pôr um espaço para as vestes sagradas e vestir-se o Sacerdote; e se for possível de acordo com a orientação da Ermida, fazer no Átrio um lugar para o Ermitão apanhar sol, faça-se ali ou noutro lugar, segundo a posição em que está a Ermida, a qual poderá ter uma cave para maior sanidade, se o sítio o permitir [pp. 78 e 79].*

*-Se algum dos ditos Tracistas reconhecer que algo não está bem na Fábrica, a mande parar e me avise, e acudindo a um qualquer Religioso, o obrigue a que notifique este Preceito a quem o quiser impedir, para que assim a obra não avance, até eu ser informado. Tudo o que mando, sob o dito Preceito: e especialmente encarrego os Padres Provinciais, que tendo feito escrutínio deste ponto em matéria de Fábricas, e Edifícios, se das suas Visitas resultar algum excesso contra o sobredito, me avisem para o remediar [p.79].*

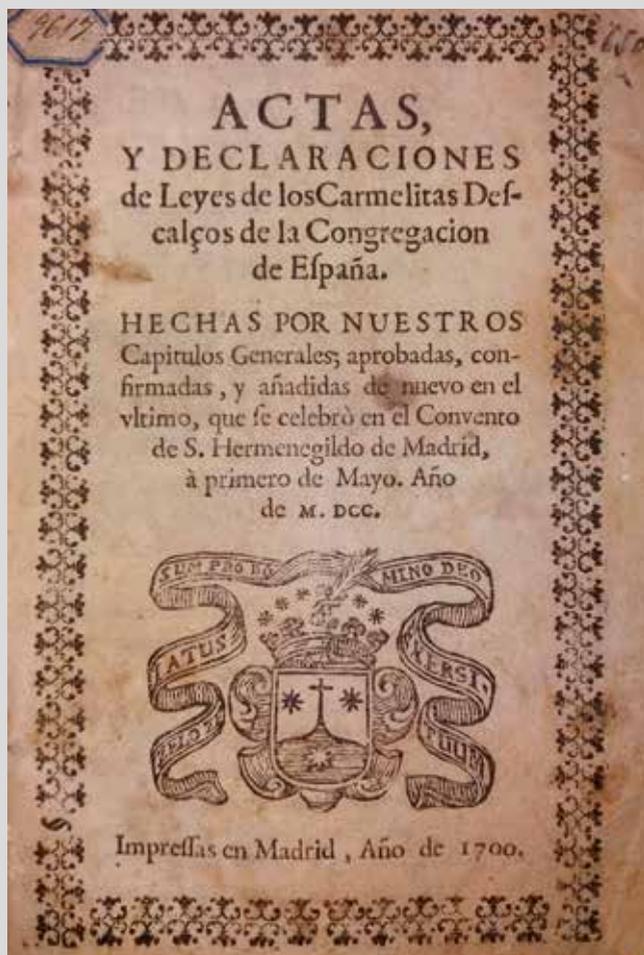


Fig. 24. Folha de rosto das ACTAS, y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España. HECHAS POR NUESTROS Capítulos Generales; aprobadas, confirmadas y añadidas de nuevo em el vltimo, que se celebrò en el Convento de S. Hermenegildo de Madrid, à primero de Mayo. Año de MDCC. Impresso em Madrid, Año de 1700. AOCDP. Foto de João Loureiro

## FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO (1677-1745) - BREVE CRONOLOGIA

1677 - Nasce no Luso (Mealhada).

1699 - Professa no Convento dos Remédios de Lisboa.

1713 - Traça as alterações do convento masculino de Viana do Castelo.

1715 - Participa na campanha de obras iniciada nesta data e terminada em 1725 de renovação da Igreja de Santa Maria de Alcáçova em Santarém, para a qual terá desenhado uma planta de reconfiguração da nova capela-mor (em data ainda desconhecida).

1719 - Traça as alterações do convento masculino dos Remédios de Évora.

1725 - Traça a planta do convento feminino de Santa Rosa de Lima, da Ordem de São Domingos, em Guimarães. Neste mesmo ano refaz as plantas do convento masculino de Viana, por se terem perdido as que fez em 1713, como indica nas mesmas.

1733 - Traça as alterações da capela-mor da Igreja de S. Domingos no Porto

1739 - Traça as alterações ao Convento de Olhalvo.

1743 - Desenha a Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça e a respectiva memória descritiva.

**1745 - É chamado a dar um parecer sobre a Igreja dos Terceiros de S. Francisco em Braga, em virtude a ameaça de ruína da abóbada. Neste mesmo ano falece em Braga.**

1748 - É celebrado o contrato para a construção da Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça.

1749 - É celebrado o contrato para a construção do claustro do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro segundo a traça que dera para o mesmo.

**ANEXO: MEMÓRIA DESCRITIVA FEITA POR FREI PEDRO DA CONCEIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELLA DO SENHOR DO CRUZEIRO DA VACARIÇA - 29 DE OUTUBRO DE 1743**

*Adevertencias necesarias A quem fizer A Capella que se determina A fazer para o S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> do Curzeiro da vacarissa.*

*Pr.<sup>a</sup> M.<sup>te</sup> se abrião os Alicerces das medidas que As plantas Mostram no modo e dirasam de sinquo palmos e m.<sup>a</sup> de largo como A dita planta mostra e se fundaraõ em thé se achar o solido e Achando ser firme se Alaguaraõ m.<sup>to</sup> bem molisados de pedra e cal deitandolhe boas pedras compridas para que fiquem bem tornadas e seguras e nesta largura iraõ em thé dous palmos e m.<sup>a</sup> de pavim.<sup>to</sup> da rua p.<sup>a</sup> cima restando todas neste nivel igualhadas. Será emlegida toda A capella com A mor e samcherastia cortando as paredes pella parte de fora huaõ palmo escaço que ficará de sapata em roda da Capella fiquando As paredes de quatro palmos e m.<sup>a</sup> de largo como A planta as mostra iseto as da samcherastia que só teraõ 4 palmos e Antre A Capella Mor e A dita samcherastia só terá 3 como a planta mostra.*

*As paredes caminharão nesta largura Asentadolhe os vazamentos dos coinhais assim de dentro como de fora em seus luguares como A planta os mostra e As ditas pilastras da parte de dentro e os coinhais da parte de fora caminharão m.<sup>to</sup> bem tornados com Alvenaria em the da porta de dentro quatorze palmos e huaõ quarto que nesta Altura se asentaraõ As emportas e os Arquos em cima como A planta de perfil os mostra. Da parte de dentro os da parte de fora caminharão em the vinte e huaõ palmos e três quartos Adonde se asentara a cimalha do Aljaros como A planta de perfil da porta de fora os mostra. Os nichos e frestas se asentaraõ em Altura e largura que as plantas de perfil os mostram Adevertindo que os nichos Asentandolhe A pr.<sup>a</sup> pedra em baixo que seraõ laboradas na forma que mostram os perfis se poderaõ fazer de Alvenaria e depois fingidos que paresam de pedra e o mesmo se poderaõ os coinhais da parte de fora. Iceto os 2 do foronte espicio que estes seraõ de pedra m.<sup>to</sup> bem laborados com os seus vazamentos no feitio e forma que As plantas de perfil os mostra. Como tam bem A cimalha que e tam bem o portal da Capella com o seu degrau em baixo e cimalthas em cima e o oculo sera tudo m.<sup>to</sup> bem acabado do feitio e medidas que A dita planta de perfil As mostra.*

*[fl.2]*

*O Arquo cruzeiro da Capella M sera m.<sup>to</sup> bem laborado com seu degrau em baixo e seus vazamentos e capiteis tudo da forma e feitio que A planta de perfil a mostra.*

*O degrau e pianha do Altar que torneiam toda A Capella Mor e todo o Arquo do Altar com capiteis e fecho sera tudo m.<sup>to</sup> bem laborado de pedra na forma e feitio que A planta de perfil mostra. Todas As impostas de todos os Arquos Assim da Capella Mor como da samcherestia seraõ de pedr e m.<sup>to</sup> bem laboradas na forma e feitio que As plantas de perfil mostram.*

*As abobedas serão m.<sup>to</sup> bem feitas na forma que estão riscadas na planta As da Capella Mor e samcherestia de aresta ou luneta e em camadas empostas de verço como A planta mostra e mais o perfil de dentro e as outavas iraõ de aresta todos os oitavos espirar o meio com huaõ roza grande que A guornisam seram taõ bem fingida a cal ou Ataraõ de pedra e se Asentara o fichar da Abobeda que A mesma planta mostra este feitio e o perfil de dentro mostra.*

*As lunetas de tigollo e A forma como se hade fazer A cimalha do aljaros da parte de fora se fara e sera toda feita na forma que A planta de perfil A mostra e correrá toda em roda de toda a Capella e taõ bem A Mor A qual se quiserem A poderaõ fazer de tiguollo e depois fingida que parrassa pedra, e o tilhado da samcherestia espirara de três augoas por baixo della.*

*Os madeiramentos da capela pirincipal serão de oitavo espirar o m.<sup>to</sup> com os seus oitavos espiguonis escorados na mesma Abobeda p.<sup>a</sup> mais seguranssa = e A Capella Mor sera emmadeirada na forma que mostra A planta de perfil. Adevertindo q a parte da asna que se ve he p.<sup>a</sup> nella perguar os dous espiguons cõi haros porque ha de ter três auguas e os espiguam deste tilhado ha de Acomedarce com os oitavos da pirincipal*

*[fl.3]*

*O tilhado sera m.<sup>to</sup> bem feito e emsapado levando nas cobirtouras os tres pedaços de cal e se for cuberto com canudo melhor sera iseto os espiguonis os quais A Capella principal ha de levar 8 e A samcherestia 2 e A Capella mor 2 e três com o do m.<sup>o</sup>*

*A cal para As Alvenarias sera tersada de duas de Areia e huã boa de cal e sera logo emguarlada com Augua que antes de Aguastar na obra a menos estara Acim emguarlada quinze dias*

*A cal para As guornisonis e tilhado sera tersada de duas de cal e tres de areia e Areia joiada e mais A cal logo emguarlada com Augua e estara Acim compondece o menos huaõ mes Antes que Aponham na obra.*

*E p.<sup>a</sup> Asentar As pedrarias se deve tonbem peneirar Areia e p.<sup>a</sup> de pedra e cal joiada torsada de 2 de cal e tres de Areia e p.<sup>a</sup> e tonbem emguarlada e composta p.<sup>a</sup> se hir guastando quando se Asentarem As pedrarias que com ella ficaraõ liguadas e seguras.*

*O pavim.<sup>to</sup> da Capella digo da emtrada e de redor della ficara mais Alto que o pavim.<sup>to</sup> da rua tres palmos e se Asentaraõ os degraos p.<sup>a</sup> e da forma que A planta os mostra Acim os da frente como os de tras da Capella mor e poderaõ ser de pedra mais tosqua.*

*As pedrarias para os Arquos cruzeiro e do S.<sup>to</sup> Xp.<sup>to</sup> e para o portal principal e p.<sup>a</sup> o ocollo e os pes dos nichos toda esta pedraria deve A ser de emsam e tombem os degraus Adonde ellas assentam.*

*Oie 29 de 8.<sup>bro</sup> de 1743 Annos*

*Fr. Pedro da Comceipçaõ*

Documento publicado in CARVALHO, 1994: 293, 294 e novamente por nós transcrito.

## ACRÓNIMOS

ADA	Aquivo Distrital de Aveiro
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADC	Arquivo Distrital de Coimbra
AHPL	Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOCDP	Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
C.M.E.	Câmara Municipal de Évora
O.C.D.	Ordem dos Carmelitas Descalços

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### MANUSCRITOS

*Chronologia da Provincia De S Felippe de Carmelitas Descalços no Reyno de Portugal e suas Conquistas, : Em que se faz memoria de N.N. P.P. Geraes, e Diffinidores Geraes Superiores à dita Provincia: dos Provinciaes, Vizitadores Ultramarinos, e Priores, e dos Capitulos Geraes, em que forão eleytos: dos Procuradores Geraes, Secretarios, Supriores, Mestres de Professos, e de Noviços co[m] seus Ajudantes: dos Leytores, Substitutos, e Passantes: dos Religiosos, que professarão; dos que entrarão em cada Curso d'Artes; dos que tem sido Conventuaes em Bussaco; dos Filhos da mesma Provincia, que fallecerão dentro, e fora della; das fundaçoens de seus Conventos; e finalmente dos Capitulos Provinciaes, e dos Deffinidores, Socios e Substitutos, que nelles se nomearam Coimbra: 1748. BNP, Secção de Reservados, Códices 8207-8210.*

*Descrição do convento, Mosteiro de São Domingos do Porto. ANTT- Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos do Porto, liv. 1.*

*Livro das Ordens e Decretos dos Capitulos Geraes, Deffinitorios, e de N. N. M.<sup>to</sup> RR. P.P. Geraes, mandado fazer pelo Decreto seguinte fielm.<sup>te</sup> tresladado. AHPL - ms. 620, fls. 42-45.*

Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Luso, 1625-1765. ADA - PT/ADAVR/PMLD04/1/1.

Livro dos assentos de baptismos, Paróquia de Monserrate - Viana do Castelo, 1718-1731. ADB - PT/ADVCT/PROQ/PVCT19/001/00006, fl. 163.

S. BENTO, O.C.D., Frei Manuel de (1800) - *Chronica de Carmelitas Descalços, particular da Provincia de S. Filippe dos Reynos de Portugal*, Tomo IV. Arquivo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal.

## FONTES IMPRESSAS

*ACTAS, y DECLARACIONES de Leyes de los Carmelitas Descalços de la Congregacion de España. HECHAS POR NUESTROS Capítulos Generales; aprobadas, confirmadas y añadidas de nuevo em el vltimo, que se celebrò en el Convento de S. Hermenegildo de Madrid, à primero de Mayo. Año de MDCC. Impresso em Madrid, Año de 1700* (AOCDP).

ANUNCIACION, Frei Juan de la (1698) - Avisos religiosos que a los descalzos de N.ª Sr.ª del Carmen escribe en Carta Pastoral su General, Madrid.

*CONSTITUTIONES FRATRUM DISCALCEATORUM BEATISSIMAE VIRGINIS MARIAE DE MONTE CARMELO. Primitiuae Obsrvantiae. CONGREGATIONIS HISPANIAE, á SS.D.N. Alex. Pp.VII Confirmatae Die III. Iulij Anno MDCLVIII. Pontificatus sui Anno Quarto. VLISIPONAE Cum Superiorum permissii. Anno 1665. Apud Henricum Valentem Olivieriam Typographum Regium.*

FORTES, Manoel de Azevedo (1728) - *O Engenheiro Portuguez. Tomo I Que comprehende a geometria pratica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares; e no Apendice a trigonometria rectilinea*. Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio.

MARIA O.C.D., Frei Joseph de Jesus (1753) - *Chronica de Carmelitas Descalços Particular da Provincia de S. Filippe dos Reinos de Portugal, Algarve & suas Conquistas*, Tomo III, Lisboa: Na Officina de Bernardo Antonio de Oliveira.

OLIVEIRA, Valério Martins de (1739) - *Advertencias aos Modernos, que aprendem o Officio de Pedreiro e Carpinteiro. OFFERECIDAS AO SENHOR S. JOSEPH, PATRONO DO MESMO OFFICIO, Venerado na sua Paroquial Igreja desta Cidade*

- de Lisboa, POR VALERIO MARTINS DE OLIVEIRA Mestre Pedreiro na mesma Cidade. Lisboa: na Officina Regia Sylviana, e da Academia Real.*
- Omnes morimvr: et quasi aque dilabimur in Terram que non revertūr, nº 22 e nº 188 (BNP E.A. 100 V.).*
- Primeira Parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal com a Regra Primitiva da Ordem, e com o Capítulo ultimo das mesmas Constituições, em que se contém as Leis Geraes da Congregação. Traduzida na Língua Portuguesa para uso dos Irmãos Leigos. Lisboa 1817. Na Off. De Simão Thaddeo Ferreira, Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.*
- Regla y constituciones de las religiosas primitivas descalças de la Orden de la gloriosissima Virgen Maria del Monte Carmelo. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1653.*
- Regra Primitiva e Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosissima Virgem Maria do Monte do Carmo, Traduzidas em Portuguez para a Congregação do Reino de Portugal: Adicionadas com as Declarações, e Actas, que pelo Decurso do tempo se lhes ajustaraõ para sua maior clareza, e perfeita observancia: Approvadas, e confirmadas pelo Santissimo Padre PIO VI, a 1 de Agosto de 1790, no Anno XVI do seu Pontificado: E Roboradas com o Beneplacito, Autoridade, e Protecção Regia da RAINHA FIDELISSIMA NOSSA SENHORA DONA MARIA I a 3 de Outubro do dito Anno de 1790. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, Anno 1791; Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros.*
- SACRAMENTO O.C.D., Frei João do (1721) - Cronica de Carmelitas Descalços, Particular da Provincia de S. Filipe do Reino de Portugal e as suas conquistas, Tomo II, Lisboa Occidental: Na Oficina Ferreyrenciana.*
- SANTA ANNA O.C.D., Frei Belchior de (1657) - Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal, e Provincia de Sam Felipe, Tomo I, Lisboa: Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira.*
- SANTA TERESA O.C.D., Frei José de (1683) - Reforma de los Descalzos de Nuestra Señora del Carmen, Tomo Tercero, Madrid: Julián de Paredes.*
- SANTA TEREZA O.C.D., Frei Luís de (1761) - TRATADO DE GEOMETRIA PRATICA, E PORTUGUEZA, No qual se trata da definição das linhas, do modo, e fórma de traçar em o plano as Figuras Rectilineas, e Curvilineas, e de medir quaesquer Figuras tanto de corpos sólidos, como de superficies. Tudo por estilo moderno. Composto por Fr. Luiz DE SANTA TEREZA Carmelita Descalço. Coimbra : Na*

Pffic. de Antonio Simoens Ferreira; Impressor da Universidade. *Com todas as licenças necessárias.*

## OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA

- AAVV, BORGES, Augusto Moutinho, coord, (2016) - *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras*, Lisboa: Confraria de São Vicente de Paulo: Palavras Tácteis.
- AAVV, TEIXEIRA O.C.D., Padre Joaquim, coord. (2017) - *Actas do Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal"*, Fatima, Domus Carmeli 2015, Marco de Canaveses: Edições Carmelo.
- AAVV, VIEIRA, Irmã Ana Maria, coord, RAPOSO, Teresa, coord. (2003) - *O Convento dos Cardaes : veios da memória*, Lisboa: Quetzal.
- ALONSO, Marina Alvarez, José Miguel Barbero SÁNCHEZ (2011) - " La Arquitectura del Carmen Descalzo", in *Revista de Espiritualidad*, Burgos: Carmelitas Descalzos, Grupo Editorial Fonte, 70, pp.189-208.
- AMORIM, Inês (2006) - "Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)", in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLI (180), pp. 693-729.
- ANTONIO SÁENZ, Trinidad de (1987) - "Nuevos datos para el estudio del Monasterio de la Encarnación", in *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, pp. 53-59.
- BERGANZA, Leticia Verdun (1996) - *La arquitectura carmelitana y sus principales ejemplos en Madrid (S.XVII)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, Departamento de História da Arte II (Moderno).
- BLASCO ESQUIVIAS, Beatriz (2004) - "Utilidad y belleza en la arquitectura carmelitana: las iglesias de San José y La Encarnación", in *Anales de Historia del Arte* 14, Universidad Complutense de Madrid, pp. 146-148.
- BRANCO, Padre Carlos Alberto da Silva Ferreira (1994) - *Igreja de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, Viagem no tempo. Convento dos Carmelitas Descalços*, Olhalvo: Paróquia de Olhalvo, pp. 6 e 7.
- BRAZ, José Campos (2000) - *Santarém raízes e memórias - páginas da minha agenda*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

- BUSTAMANTE GARCÍA, Agustín (1975) - “Los artífices del Real Convento de la Encarnación de Madrid”, in *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, 40-41, pp. 369-388.
- CALDAS, Padre António José Ferreira (1996) - *Guimarães: Apontamentos para a sua História*, 2.a Edição, Guimarães: CMG/SMS, parte II, pp. 333-336.
- CALVO, M.<sup>a</sup> Celia Fontana (2011) - “El desaparecido Colegio de San Alberto de Huesca y la Arquitectura carmelitana”, in *Argensola*, Huesca: Instituto de Estudos Altoaragoneses, 121, pp.207-272.
- CAMPOS, Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de (2013) - *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CARRUSCA, Suzana Andreia do Carmo (2015) - *A azulejaria barroca nos Conventos da Ordem do Carmo e da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal*, Tese doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora em 2015.
- CARVALHO, Ayres de (1960-62) - *D. João V e a Arte do seu Tempo* (2 Vols.), Lisboa: ed. Autor.
- CARVALHO, Ayres de (1971) - *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- CARVALHO, Catarina Isabel Soares Domingues (1995) - “A Capela do Senhor do Cruzeiro na Vacariça (Mealhada). Sua autoria e integração na arquitectura centrada portuguesa do século XVIII”, in *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, Vol. X, pp. 275-297.
- CASTILLA, María Josefa Tarifa (2016) - “Arquitectura para un carisma: carmelitas descalzos y tracistas de la Orden en España”, in *Hipogrifo*, Revista de Literatura y Cultura del Siglo de Oro , Vol 4.nº 2, 2016, pp. 67-87], Instituto de Estudos Auriseculares, Disponível em <https://www.revistahipogrifo.com/index.php/hipogrifo/article/view/214>.
- CERVERA VERA, L. (1982) - *Complejo Arquitectónico del monasterio de San José en Avila*, Valencia.
- COELHO, Teresa de Campos (2016) - “Os arquitetos João (1616-1690) e Luís Nunes Tinoco (1642/3-1719) e o mecenato da Infanta D. Maria (1644-1693)”/“Honrar os mortos. Tumulária Régia no Convento”, in MOUTINHO, Augusto (coord.), *Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide: o Falar das Pedras*, Lisboa: Confraria de São Vicente de Paulo, Palavras Tácteis, pp. 36 a 47, 83 a 85.

- COELHO, Teresa de Campos (2018) - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/ DOCUMENTA, 2018, pp. 263-284. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1984) - “A arquitectura maneirista e o estilo-chão”, in SERRÃO, Vítor (coord.) *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Vol. VII, Lisboa: Edições Alfa.
- COSTA, Sandra Ferreira (2002) - “O Convento do Santíssimo Coração de Jesus. Observância e desvios à regra”, in *Monumentos*, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 16, pp. 21 a 27.
- COSTA, Sandra Patrícia Antunes Ferreira da (2004) - *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela*, Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada.
- COUTINHO, Artur (1986) - *A Cidade de Viana no Presente e no Passado: da Bandeira à Abelheira, Viana do Castelo: Paróquia N. Senhora de Fátima*.
- CUNHA, Maria José e CUNHA, Rui (s/d) - “Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias, III”, in Porto de Agostinho Rebelo da Costa aos nossos dias, disponível em <https://portoarc.blogspot.com/search?q=ordem+terceira> [Consulta de 27 de Abril de 2019].
- DAGGE, Guilherme de la Poer, VARNHAGEN, F. Adolfo de (1872) - *Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos frades carmelitas descalços, Marianos em Lisboa: precedido de um estudo biographico ácerca de Salvador de Sá e Benevides e seu jazigo*, Lisboa: Typ. de Castro Irmão.
- D’ALPUIM, Maria Augusta (1979) - “Carmelitas em Viana”, in *Cadernos Vianenses*, Tomo II, Viana do Castelo, pp. 124-132.
- DIAS, Pedro (1995) - *Coimbra Arte e História*, 1ª edição, Coimbra: Livraria Minerva.
- DUARTE, Eduardo (2003) - “A Arquitectura do Convento dos Cardaes: uma caixa oferecida a Deus”, in VIEIRA, Irmã Ana Maria, e RAPOSO, Teresa (coord.), *O Convento dos Cardaes: veios da memória*, Lisboa: Quetzal.
- ECHEVERRIA GONI, Pedro y FERNANDÉZ GRACIA, Ricardo Fernández (1982) - “Aportación de los Carmelitas Descalzos a la historia del arte navarro: Tracistas y arquitectos de la Orden”, in *Santa Teresa en Navarra. IV Centenario de su muerte*, Pamplona, Grafinsa, pp. 183-230.
- FIGANIÈRE, Jorge César de (1841) - “Lista de alguns Artistas Portuguezes, e de varios estrangeiros que trabalharam em Portugal, coligida de escriptos e

- documentos”, in *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses physicos, moraes e literários, por uma sociedade estudiosa*, nº1, J.C. de F., p. 72.
- FIGUEIREDO, Leopoldo de (1943) - *O convento de N. S. dos Remédios*, Lisboa: Império.
- FREITAS, Eugénio de Andrea Cunha e (1939) - “As Capelas de S. Domingos do Porto”, in Separata do *Bol. Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: Ed. Maranus.
- GIURGEVICH, Luana, LEITÃO, Henrique (2016) - *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (Fontes para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja, Nº 1), Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- GOMES, Luís Miguel Martins (2007) - *Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao ISCTE-IUL.
- GOMES, Paulo Varela (2004) - “O Deserto Carmelita do Buçaco: Hum Breve Mapa da Cidade Santa de Jerusalém”, in *Monumentos*, n.º 20, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 36-41.
- GOMES, Paulo Varela (2005) - *Buçaco - O Deserto dos Carmelitas Descalços*. Coimbra: Ed. X.M.
- GOMES, Paulo Varela (2007) - “As igrejas conventuais de freiras carmelitas descalças em Portugal e algumas notas sobre a arquitectura de igrejas de freiras”, in *14,5 Ensaios de História e Arquitectura, Livraria*, Lisboa: Almedina, pp. 263 a 276.
- GRAS, M. Mercè (2018) - “Joan de Sant Josep, Blanc Mur (1642-1718), i les històries provincials de l’orde: Catalunya i Portugal”, *Castell Interior*, Disponível em <https://castellinterior.com/2018/12/03/joan-de-sant-josep-blanc-mur-1642-1718-i-les-histories-provincials-de-lorde-catalunya-i-portugal/> [Consulta de 18 de Maio de 2019].
- GUIMARÃES, Rodolpho (1909) - *Les mathématiques en Portugal*, deuxième édition, Coimbra: Imprimerie de l’Université.
- O Instituto, jornal científico e literário*, Vol. 53, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.
- JESÚS, Frei David do Coração de (1962) - *A reforma teresiana em Portugal*, Lisboa: Tip. Esc. Prof. Salesianos.
- LAMEIRA, Francisco; LOUREIRO, José João e VECHINA, Frei José Carlos (2015) - *Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços* (Promontoria Monográfica | História da Arte 11), Faro.

- LIMA, Carlos Manuel Ruão da Costa (2006) - *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: (1550-1640)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LOPEZ GAYARRE, P. A. (1989) - *Arquitectura Religiosa en Talavera de la Reina (Fray Lorenzo de San Nicolás y su influencia)*, Talavera.
- LOUREIRO, José João - “Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581 - 2016)”, in TEIXEIRA O.C.D., coord. (2017) - *Actas do Congresso Internacional “A Reforma Teresiana em Portugal” 2015*, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, pp. 23 - 29.
- LUCAS, Margarida Herdade (2012) - *O Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo de Figueiró dos Vinhos no contexto da Província Portuguesa de S. Filipe de Portugal*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte - apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2012.
- MARINHO, Lúcia Maria Rodrigues (2018) - *Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII*, Tese de Doutoramento no ramo de História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 2018.
- MARQUES, Alexandra Bastos Rodrigues Sá (2009) - *Descalços e de Burel Vestidos - Convento de Nossa Senhora do Carmo em Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.
- MONTEIRO, Filomena (2011) - “Convento de Nossa Senhora dos Remédios - interpretação dos antigos espaços cenobitas através de cartografia e iconografia Histórica”, in *Atas do IV Simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica*, Porto.
- MOREIRA, Rafael (1989) - “Marcos de Magalhães”, PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.), in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa: Ed. Presença, pp. 276 e 277.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1985) - “Nueva documentación sobre la polémica del convento de Santa Teresa de Ávila (1652-1665): la arquitectura carmelitana en la disyuntiva Manierismo versus Barroco”, in *Monte Carmelo*, 93, pp. 15-95.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1986) - “El Padre Fray Alonso de San José (1600-1654), arquitecto carmelita”, in *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 52, pp. 429-434.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989a) - “La arquitectura de Santa Teresa”, in *Monte Carmelo*, 97, pp. 127-157.

- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989b) - “Sobre la formación y significación del arquitecto montañés fray Alberto de la Madre de Dios (1575-1635)”, in *Altamira: Revista del Centro de Estudios Montañeses*, 48, pp. 65-90.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1989c) - “Fray Alberto de la Madre de Dios y la arquitectura cortesana: urbanismo en la villa de Lerma”, in *Goya: Revista de Arte*, 211-212, pp. 52-59.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1990a) - *La arquitectura carmelitana (1562-1800): arquitectura de los Carmelitas Descalzos en España, México y Portugal durante los siglos XVI a XVIII*, Ávila: Institución Gran Duque de Alba.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1990b) - *Fray Alberto de la Madre de dios, arquitecto (1575-1635)*, Santander: Tantin.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1992) - “Diccionario de artífices del Carmelo teresiano”, in *Monte Carmelo*, 100, pp. 49-78.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1998) - “La arquitectura de S. Juan de la Cruz: la capilla natal de Fontiveros como maqueta del estilo carmelitano”, in *Monte Carmelo*, Revista de Estudios Carmelitanos 106, pp. 109-128
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (2001) - “Addenda al diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos, Maestros de obras y Ensambladores”, in *Monte Carmelo*, 109, pp. 479-489.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, J. M (2013) - “Segunda Adenda al Diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos y Maestros de Obras”, in *Monte Carmelo*, Burgos, 121, pp. 269-304.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (2014) - “El estilo carmelitano de arquitectura: las vías de formación de los artífices en la descalcez española”, in *Monte Carmelo*, 122, pp. 341-361.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, J. M (2017) - “Tercera Adenda al Diccionario de artífices del Carmelo Descalzo. Arquitectos y Maestros de Obras”, in *Monte Carmelo*, Burgos, pp. 479-506.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (1995) - “La gestación de l’estil arquitectònic carmelità; les primeres disposicions dels descalços respecte a la construcció dels seus convents”, in *LOCVS AMŒNVS* 1, Universitat Autònoma de Barcelona. Departament d’Art 1, pp. 139-144.
- NARVÁEZ I CASES, Carme (2003) - *La arquitectura en la congregación de los carmelitas descalzos*, Burgos: Monte Carmelo, 2003.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (2004), *El tracista fra Josep de la Concepció i l’arquitectura*

- carmelitana a Catalunya*, Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat. Tese de doutoramento apresentada Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.
- NARVÁEZ i CASES, Carme (2015) - “«Todo tosco y sin labrar»: el model conventual de Santa Teresa i el seu reflex en la normativa arquitectònica de l'orde carmelità descalç”, in *Scripta: revista internacional de literatura i cultura medieval i moderna*, 6, pp. 176-189.
- PEREIRA, Luiz Gonzaga (1927) - *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Prefácio de Augusto Vieira da Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2008-2009) - “As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo”, in *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, Vol. VII-VIII, Universidade do Porto: Porto, pp. 319-338.
- PONCE DE LÉON, Fernando (1995) - *Carmelitas Descalços - Teresios - em Pernambuco. Padroado e vida conventual*. Tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco em 1995.
- PONCE DE LÉON, Fernando (1997) - “O Convento do Desterro - Santa Teresa de Olinda e a Arquitectura Carmelitana”, in *Actas do III Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Évora, pp. 111-128.
- PORTELA, Miguel (2017) - “Uma Arquitectura para a oração, os claustros dos conventos dos Carmelitas Descalços em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in TEIXEIRA O.C.D., Padre Joaquim, coord., *Actas do Congresso Internacional “A Reforma Teresiana em Portugal”*, Fatima, Domus Carmeli 2015, Marco de Canaveses: Edições Carmelo, pp.183 a 199.
- QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas (2007) - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O. C. D.), Director Espiritual e Biógrafo. A inacabada vida de Josefa Maria da Trindade (O. S. B.)*, Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RITA, Mário, BEJA, Hugo, colab., KLÜLL, fot. (1992) - *Retábulos e painéis no Convento dos Cardaes*, Lisboa: Convento dos Cardaes.
- SAGRADA FAMÍLIA O.C.D., Frei Emigdio (1948) - “Reseña histórica de los principales ejemplares”, in *Monte Carmelo*, Revista de Estudos Carmelitanos, XLIX, Abril-Setembro, Burgos, pp. 129 e seguintes.
- SAN JOSÉ, Félix Mateo de (1948) - “Canon arquitectónico en la legislación carmelitana”, in *Monte Carmelo*, 52, pp. 117-122.
- SANTA TERESA O.C.D., Frei Silverio de (1937) - *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y América*, Tomo VIII, Burgos, El Monte Carmelo.

- SARANTOPOULOS, Panagiotis (transcrição), (1986-1997) - *Memória da vida e morte do 10º Arcebispo de Évora D. Fr Luis da Siiva Telles* (Arquivo Distrital de Évora, Códice CVI/1-27, fl. 17), in *A cidade de Évora*, XLIII-XLIV, n° 69-70, pp.125 a 181.
- SERRÃO, Vítor (1983) - “ Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, N° 89, I Tomo.
- SERRÃO, Vítor (2003) - *História da Arte em Portugal - O Barroco*, Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Vítor (2015) - “A fantasiosa decoração de *Grotesche* de Santa Maria de Alcáçova em Santarém”, in *Jornal Correio do Ribatejo*, de 6 de Novembro.
- SILVA, Sara Manuela Correia Rodrigues da (2014) *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Innocencio Francisco da, ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito (1858-1958) - *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brazil*, Imprensa Nacional.
- SOROMENHO, Miguel (2004) - “O Convento de Corpus Christi: um caso de estudo”, in *Monumentos*, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 21, pp. 116-123.
- STURM, Saverio (2002) - *L'architettura dei Carmelitani Scalzi in età barocca*, Roma: Gangemi.
- TERENO, Maria do Céu Simões (2013) - “Conventos Carmelitas em Évora (Portugal) e Salvador (Brasil)”, in *Atas do Ciclo de Conferências sobre “Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil*, associado à exposição “Convento de Nossa Senhora dos Remédios. Évora 2012/2013”. Évora.
- TERENO, Maria do Céu Simões, MONTEIRO, Maria Filomena Mourato (2016) - “Evolução diacrónico-funcional num antigo espaço religioso do século XVII em Évora - Portugal”, in *Revista ART ISON* edição especial, n° 3 de 2016. Lisboa.
- VECHINA O.C.D., Padre Jeremias (2019) - “Reforma Teresiana em Portugal: História”, in *Studia Carmelita*, N.º 1, Fátima, CEHPC-OCD (publicação póstuma).
- VENTURA, Augusta Faria Gersão (1936) - *Subsídios para o estudo da flora camoniana: fruta da ilha dos amores*, Coimbra: Coimbra Editora, L.<sup>da</sup>.
- VIEIRA, S.J., (1938) - *O Convento de Nossa Senhora dos Remédios: Convento dos Marianos*, Lisboa: Portugália.